

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.



Relatório de Gestão do exercício de 2017

Aprovado pela RD-1759-04 de 22/05/2018

Florianópolis, 2018

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017, da Portaria TCU 65/2018, das orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU Nº 500/2016).

A Assessoria de Gestão Empresarial (ASG), órgão da Presidência da Eletrosul, foi a principal unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2017.

Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Florianópolis, 2018

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. VISÃO GERAL	12
2.1 Finalidade e Competências.....	12
2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	15
2.3 Ambiente de Atuação	16
2.4 Organograma	23
2.5 Macroprocessos Finalísticos.....	35
2.6 Composição Acionária do Capital Social.....	39
2.7 Participação em Outras Sociedades	39
2.8 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício	40
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	43
3.1 Planejamento Organizacional.....	43
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	43
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	45
3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	46
3.2 Desempenho Orçamentário	48
3.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da LOA	48
3.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	70
3.2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	71
3.2.4 Informações sobre a Realização da Receitas	78
3.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas	80
3.3 Desempenho Operacional.....	83
3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	84
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	97
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	97
4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais.....	106
4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	107
4.3 Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico	109
4.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	110
4.5 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	114
4.6 Gestão de Riscos e Controles Internos	114
4.7 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados	115
4.8 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	120
4.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade.....	121
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	125
5.1 Gestão de Pessoas.....	125
5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	128
5.1.2 Demonstrativo de Despesas com Pessoal	132
5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	133

5.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	133
5.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	136
5.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	139
5.3	Gestão da Tecnologia da Informação	139
5.3.1	Principais Sistemas de Informações	154
5.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	154
5.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	154
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	156
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	157
6.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	157
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	158
6.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	158
6.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade .	160
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	161
7.1	Desempenho Financeiro no Exercício.....	161
7.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	164
7.3	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	165
7.4	Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas	165
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	166
8.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	166
8.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	166
8.3	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	167
8.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	167
8.5	Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda	168
9	TÓPICO ESPECIAL RELATIVO AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO ACÓRDÃO N° 12.355/2016	170
9.1	Providências adotadas para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD-Elos/Eletrosul	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1.1 Composição Acionária	12
Quadro 2.1.2 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul	13
Quadro 2.1.3 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas	13
Quadro 2.1.4 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica	13
Quadro 2.3.1 Agentes de Geração - Os Principais Agentes	18
Quadro 2.3.2 Agentes do Setor de Transmissão	19
Quadro 2.4.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Presidência	29
Quadro 2.4.2 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Administrativa	30
Quadro 2.4.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Financeira	31
Quadro 2.4.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Engenharia	32
Quadro 2.4.5 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Operação	34
Quadro 2.5.1 Macroprocessos Finalísticos	36
Quadro 2.5.2 Manuais de Operação e de Manutenção	36
Quadro 2.5.3 Disponibilidade de Transmissão	37
Quadro 2.5.4 Disponibilidade de Geração	38
Quadro 2.5.5 Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento	38
Quadro 2.6.1 Composição Acionária do Capital Social	39
Quadro 2.7.1 Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	40
Quadro 3.1.1.1 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável	45
Quadro 3.1.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional	45
Quadro 3.1.3.1 Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras	47
Quadro 3.1.3.2 Diretrizes para Atuação: Objetivos Estratégicos a serem alcançados	47
Quadro 3.2.1.2.1.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042	48
Quadro 3.2.1.2.1.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.20OG.0001	50
Quadro 3.2.1.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054	51
Quadro 3.2.1.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001	53
Quadro 3.2.1.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1O50. 0001	54
Quadro 3.2.1.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001	57
Quadro 3.2.1.2.1.7 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15CY. 0043	64
Quadro 3.2.1.2.1.8 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001	66
Quadro 3.2.1.2.2.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040	67
Quadro 3.2.1.2.2.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040	68
Quadro 3.2.1.2.2.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040	69
Quadro 3.2.3.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2017	71
Quadro 3.2.3.2 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	72
Quadro 3.2.4.1 Principais Fontes Próprias de Receita	79
Quadro 3.2.5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	80
Quadro 3.2.5.2.1 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	81
Quadro 3.3.1 Indicadores de Desempenho (CMDE)	83
Quadro 4.3.1 Representantes da Eletrosul nos Conselhos das SPE's	109
Quadro 4.7.1 Metas de RVA 2017	118
Quadro 4.7.2 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos	119
Quadro 4.7.3 Síntese da Remuneração dos Administradores	119
Quadro 4.7.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	120
Quadro 4.9.1 Conselho de Administração Eletrosul 2017	122
Quadro 5.1.1 Indicadores de treinamento no período de 2016-2017	126
Quadro 5.1.2 Média de horas de treinamento no período de 2016-2017	126
Quadro 5.1.3 Investimento em treinamento no período de 2017	127

Quadro 5.1.1.1 Força de Trabalho.....	128
Quadro 5.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva.....	128
Quadro 5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	129
Quadro 5.1.2.1 Despesas do pessoal	132
Quadro 5.1.4.1 Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	133
Quadro 5.1.4.2.1 Composição do Quadro de Estagiários	134
Quadro 5.2.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação	137
Quadro 5.2.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção	138
Quadro 5.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da Eletrosul.....	142
Quadro 5.3.2 Capacitação do Pessoal de TI Efetivamente Realizada.....	145
Quadro 5.3.3 Força de Trabalho de TI.....	147
Quadro 5.3.4 Manutenções de Sistemas em Produção.....	147
Quadro 5.3.5 Composição do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática.....	148
Quadro 5.3.6 Resumo PDTA 2017	148
Quadro 6.1.1 Canais de Comunicação	157
Quadro 6.3.1 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2016	159
Quadro 6.3.2 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2011 e 2013.....	159
Quadro 7.1.1 Demonstração do Fluxo de Caixa	161
Quadro 8.2.1 Monitoramento de Recomendações do Órgão de Controle Interno em 2017	166
Quadro 8.5.1 Despesas com Publicidade	168
Quadro 8.5.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2017.....	169
Quadro 9.1.1 Situação Financeira/Atuarial 2016 do Plano BD ELOS/Eletrosul.....	172
Quadro 3.1.1.1 Plano Estratégico x Matriz de Riscos (Corporativas empresas Eletrobras)	177
Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Visão de Conjunto	46
Figura 2 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul	137
Figura 3 Divisões e Centros Regionais de Manutenção.....	138

ANEXOS

Anexo 1.....	Regulamento da Auditoria Interna
Anexo 2.....	Norma Organizacional da Auditoria Interna
Anexo 3.....	Plano Estratégico x Matriz de Riscos
Anexo 4.....	Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

SIGLAS e ABREVIATURAS

Sigla de áreas da Eletrosul	Descrição
AEE	Assessoria de Estruturação de Projetos de Engenharia
ARI	Assessoria de Relações Institucionais
ASG	Assessoria de Gestão Empresarial
AUD	Auditoria Interna
CCR	Conformidade, Controle e Riscos
CDA	Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa
CDE	Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Engenharia
CDF	Coordenadoria de Gestão da Diretoria Financeira
CDO	Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação
COARE	Centro Regional de Operação de Areia
COBLU	Centro Regional de Operação de Blumenau
COCNO	Centro Regional de Operação de Campos Novos
COLON	Centro Regional de Operação de Londrina
CONSR	Centro Regional de Operação de Nova Santa Rita
COSEE	Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul
CRARE	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Areia
CRCAP	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Capivari de Baixo
CRCNO	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Campos Novos
CRDOU	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Dourados
CRFAR	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Farroupilha
CRGJC	Centro Regional de Coordenação da Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior
CRJOI	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Joinville
CRLAR	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Laranjeiras do Sul
CRLIV	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Sant'Ana do Livramento
CRLON	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Londrina
CRSAN	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santo Ângelo
CRSVP	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santa Vitória do Palmar
CRUPJ	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina Passo São João
CRUSD	Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina de São Domingos
DA	Diretoria Administrativa
DAAE	Divisão de Direito Administrativo, Ambiental e Empresarial
DCE	Departamento de Comercialização de Energia
DCME	Divisão de Contabilização e Medição de Energia
DCO	Departamento Contábil, Fiscal e Tributário
DCPA	Divisão de Gestão de Contas a Pagar
DCRE	Divisão de Carreiras, Remuneração e Educação Corporativa
DCRG	Divisão de Captação de Recursos e Gestão dos Contratos de Financiamentos
DCRT	Divisão de Gestão de Contas a Receber e Tesouraria
DCTM	Divisão de Coordenação Técnica da Manutenção
DDIT	Divisão de Gestão da Documentação, Infraestrutura e Transportes
DDNE	Divisão de Desenvolvimento de Negócios
DE	Diretoria de Engenharia
DEA	Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária
DEEC	Divisão de Engenharia Eletromecânica e Civil
DEG	Departamento de Engenharia de Geração
DEME	Divisão de Engenharia de Manutenção de Equipamentos
DEMG	Divisão de Engenharia de Manutenção da Geração
DEML	Divisão de Engenharia de Manutenção de Linhas de Transmissão
DEOP	Divisão de Engenharia de Operação

DEOT	Divisão de Engenharia e Operação de Telecomunicação
DEPC	Divisão de Engenharia de Proteção e Controle
DES	Departamento de Engenharia do Sistema
DF	Diretoria Financeira
DGCE	Divisão de Gestão Comercial de Energia
DGI	Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
DGLC	Divisão de Gestão de Licitação e Contratos
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
DGS	Departamento de Gestão de Suprimentos
DGSF	Divisão de Gestão de Seguros, Materiais e Fornecedores
DIAP	Divisão de Administração de Pessoal
DINT	Divisão de Infraestrutura de Telemática
DJU	Departamento Jurídico
DMS	Departamento de Manutenção
DO	Diretoria de Operação
DOF	Departamento de Operações Financeiras
DOS	Departamento de Operação
DPAR	Divisão de Gestão de Participações
DPC	Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria
DPCA	Divisão de Engenharia de Manutenção de Proteção, Controle e Automação
DPCE	Divisão de Planejamento e Contratação da Engenharia
DPOC	Divisão de Planejamento, Orçamento, Controladoria e Estudos
DRCO	Divisão de Regulação e Contratos
DRP	Departamento de Regulação, Negócios e Participações
DSGI	Divisão de Sistemas e de Gestão da Informação
DTL	Departamento de Automação, Proteção e Telemática
DTTP	Divisão de Direito do Trabalho, Tributário e Patrimonial
DVCP	Divisão de Contabilização e Controle Patrimonial
DVCS	Divisão de Construção do Sistema
DVEG	Divisão de Engenharia e Projetos de Geração
DVFT	Divisão de Informações Fiscais e Tributárias
DVGA	Divisão de Gestão Ambiental
DVGF	Divisão de Gestão Fundiária
DVIC	Divisão de Consolidação e Informações Contábeis
DVOG	Divisão de Obras de Geração
DVOS	Divisão de Operação do Sistema
DVSS	Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional
GPAF	Gerência do Projeto Ambiental e Fundiário do Lote A
GPES	Gerência do Projeto ERP SAP
GPPD	Gerência do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento
GPR	Chefe de Gabinete da Presidência
OFCEN	Oficina Central de Equipamentos
OVGE	Ouvidoria Geral
PRE	Presidência
RMMS	Regional do Mato Grosso do Sul
RMOE	Regional do Oeste
RMPR	Regional do Paraná
RMRS	Regional do Rio Grande do Sul
RMSC	Regional de Santa Catarina
Demais Siglas	Descrição
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
Agiel	Agência Virtual de Estágios

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AOS	Análise de Ocorrência no Sistema
Art.	Artigo
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CE	Comunicação Externa
CI	Comunicação Interna
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CONSISE	Conselho Superior do Sistema Eletrobras
COPEM	Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente
DATUM SAD-69 e SIRGAS 2000	Orientações cartográficas
DCA	Deliberação do Conselho de Administração
DE	Diretor Empregado
e.g. CCS	Carbon Capture and Sequestration (Captura e Armazenamento de Carbono) - e.g. significa por exemplo
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPG	Empregado
FCPA / LACBRA	Foreign Corrupt Practices Act)
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
G	Geração
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
GW	Gigawatt
GWh	Gigawatt-hora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
KM	Quilômetro
KV	Quilovolt
LT	Linhas de Transmissão
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MSO	Materiais, Serviços e Outros
MVA	Mega-volt-amperes
MW	Megawatt
MWh	Megawatt-hora
NG	Norma de Gestão Empresarial
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Energia
PDG	Plano de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PE	Plano Estratégico
PG	Procedimento de Gestão Empresarial
PIB	Produto Interno Bruto
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças
PMI	Plano de Modernização das Instalações
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Energia
PNG	Plano de Negócios e Gestão
PRD	Proposta para Resolução da Diretoria

PROERP	Programa de implantação do padrão ERP nas empresas Eletrobras
PS	Pedido de Serviço de Manutenção
PV	Parcela Variável
RAP	Receita Anual Permitida
RAPO	Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais
RBSE	Rede Básica Sistema Existente
RD	Resolução da Diretoria Executiva
RDOS	Relatório Diário de Ocorrências no Sistema
REA	Resolução Autorizativa ANEEL
RT	Recomendação Técnica
RVA	Remuneração Variável Anual dos Dirigentes
S.A.	Sociedade Anônima
SAEC	Solicitação de Alteração/Encerramento Contratual
SAGE	Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia
SC	Santa Catarina
SCMA	Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras
SE	Subestação
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGF	Sistema de Gestão Fundiária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIN	Serviços de Informática – Aplicativo Lotus Notes
SMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre
SPE	Sociedade de Propósito Específico
T	Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
UPC	Unidade Prestadora de Contas

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório está estruturado de acordo com os conteúdos e orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e observa a estrutura de conteúdos estabelecida no Anexo II da DN TCU 161/2017.

As informações seguem o detalhamento em seções, itens e subitens observando os conteúdos atribuídos à Eletrosul constantes do Sistema e-contas.

Principais realizações da gestão no exercício

Uma das principais realizações para gestão do exercício de 2017 foi a assinatura do acordo estruturante com a Shanghai Electric e CHINA-LAC Industrial Cooperation Investment Fund Co. Ltd., que estabelece as condições da parceria para viabilização dos projetos que compõem o Lote A, resultante do Leilão ANEEL nº 004/2014. A assinatura é resultado de meses de trabalho intenso e cuidadoso para garantir a implantação de empreendimentos de transmissão de energia fundamentais para o Rio Grande do Sul, com investimento de R\$ 3,97 bilhões.

Ao longo do ano, a empresa aprimorou o trabalho que vinha realizando com o objetivo de reduzir custos e melhorar processos, alcançando as metas pretendidas. A dívida bruta consolidada da empresa foi reduzida em 35,9% por conta da transferência de participações em projetos de geração eólica para a Eletrobras e do recebimento de créditos provenientes da Lei nº 8.727/93, que possibilitaram a liquidação de empréstimos no valor de R\$ 939 milhões e R\$ 470 milhões, respectivamente. O Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) teve a adesão de 194 empregados.

As metas estabelecidas para a Eletrobras Eletrosul no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) firmado com a holding (com indicadores econômico-financeiros, operacionais, de gestão, conformidade e socioambientais) foram todas atingidas. O trabalho para a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e do Programa de Implantação do Padrão de ERP (ProERP) nas Empresas Eletrobras teve consideráveis avanços, modernizando a gestão e tornando mais eficientes e produtivas as atividades abrangidas.

Os investimentos em tecnologia não foram deixados em segundo plano. A parceria entre a Eletrobras Eletrosul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) produziu células solares com a maior eficiência do Brasil (17,3%), comprovando que é possível a produção de mais potência elétrica com a mesma quantidade de silício (a maior eficiência registrada até então no Brasil era de 17%). Em dezembro, foi iniciada a fase de testes da comunicação via satélite na operação remota das subestações e usinas, com o objetivo de reforçar o sistema redundante de fibra óptica para aumentar a eficiência e a confiabilidade das atividades de supervisão, comando e controle.

Tecnologia que, aplicada em Pesquisa e Desenvolvimento, também beneficia diretamente a sociedade, como no projeto de implantação de uma usina experimental de geração de energia termossolar em Laguna (SC), que está em fase de estudos. Foi iniciada a concorrência pública para implantação de uma mini central de geração de energia abastecida pelo biogás oriundo de dejetos de 12 propriedades de criação de suínos em Itapiranga (SC).

As principais dificuldades encontradas pela unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício de referência do relatório

No decorrer do ano de 2017, tempestades danificaram torres de transmissão de energia em dois empreendimentos da Eletrosul: no estado do Mato Grosso do Sul (em maio) e no Rio Grande do Sul (em junho). No entanto, equipes de profissionais da Eletrosul trabalharam rapidamente na recomposição do sistema de transmissão.

Encontrar soluções para estas e outras dificuldades só foram possíveis graças ao empenho de todo o corpo técnico da Eletrosul que, em qualquer cenário, comprova o valor de sua dedicação.

No entanto, há desafios conjunturais a serem enfrentados no próximo ano, como a revisão tarifária e a reformulação do marco legal do setor – perspectivas que, definidos os rumos, exigirão grandes esforços por parte da direção e dos empregados. Os esforços também deverão ser concentrados no trabalho a ser realizado em parceria com a Eletrobras e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) para definir as ações que vão viabilizar a reestruturação societária entre as duas controladas.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, Controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com sede em Florianópolis, Santa Catarina, a Eletrosul possui atuação nas regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e Norte (Pará e Rondônia), por meio de empreendimentos próprios e em parceria.

Concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de energia elétrica, visando cumprir seu objeto social, a Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação, atua na comercialização de energia elétrica e ainda pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

No encerramento de 2017, o quadro de pessoal da Eletrobras Eletrosul contava com um contingente de 1.229 empregados efetivos e 274 anistiados em conformidade com a Lei n.º 8.878/94, os quais estão cedidos para órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em cumprimento aos procedimentos legais adotados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Em 31/12/2017, a Empresa apresenta a seguinte estrutura societária:

Quadro 2.1.1 Composição Acionária

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social (R\$ Mil)	% de participação
Eletrobras	102.212.728	4.353.915	99,8782
Usiminas	57.901	2.466	0,0566
CEEE	49.519	2.109	0,0484
Copel	14.195	605	0,0139
Celesc	1.544	66	0,0015
CSN	1.194	51	0,0012
Outros	320	14	0,0003
Total	102.337.401	4.359.226	100,00

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

Alinhada às políticas públicas do Governo Federal, em 2017, a Eletrosul investiu R\$ 89 milhões em ativos próprios, além de R\$ 161 milhões em empreendimentos de geração e transmissão em implantação por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul, considerando todos os contratos de concessão, é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), representando uma capacidade total de transformação de 26.727,80 MVA, além de 11.077,16 km de linhas de transmissão.

Quadro 2.1.2 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul

Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul		
Subestações / Conversora de Frequência		45
Capacidade de Transformação (MVA)		26.727,80
Linhas de Transmissão (Km)	Tensão (kV)	Extensão
	69	56,2
	132	12,5
	138	1.918,49
	230	5.446,87
	500	2.173,49
	525	1.469,61
	Total	11.077,16

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

Quadro 2.1.3 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas

Empresa	Participação	Extensão (KM)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	27,42%	188,0
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	49,00%	151,5
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	51,00%	273,0
Marumbi Transmissora de Energia S/A	20,00%	29,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80,00%	788,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51,00%	468,0
Paraíso Transmissora de Energia S/A	100,00%	283,0
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	75,00%	120,0

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

No segmento de geração, a empresa realiza atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, sendo que a atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica (próprios e parcerias) totaliza 1.695,6 MW de potência em operação comercial (considerando apenas o percentual que cabe à Eletrosul e após transferência de participação acionária para a Eletrobras). Para tanto, os investimentos realizados associados aos empreendimentos acima totalizam mais de R\$ 5,4 bilhões.

Os empreendimentos de geração em operação comercial, estes totalizam onze usinas próprias, uma em consórcio e três em parceria por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 2.1.4 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica

Usina	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
Corporativo	661,2	661,2	349	-	476	248,2
UHE Passo São João	77	77	41,1	100	77	41,1

UHE Governador Jayme Canet Júnior (Consórcio Cruzeiro do Sul)	363,1	363,1	197,7	49	177,9	96,9
UHE São Domingos	48	48	36,4	100	48	36,4
PCH Barra do Rio Chapéu	15,2	15,2	8,6	100	15,2	8,6
PCH João Borges	19	19	10,1	100	19	10,1
Eólica Cerro Chato I	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Cerro Chato II	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Cerro Chato III	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Coxilha Seca	30	30	13,2	100	30	13,2
Eólica Capão do Inglês	10	10	4,5	100	10	4,5
Eólica Galpões	8	8	3,5	100	8	3,5
Megawatt Solar	0,9	0,9	Não aplicável	100	0,9	Não aplicável
SPE's	5.649,00	5.595,00	3.155,00	-	1.219,56	681,53
UHE Jirau	3.750,00	3.750,00	2.212,60	20,00	750,00	442,52
UHE Teles Pires	1.819,80	1.819,80	930,70	24,70	449,90	229,88
Livramento Holding	79,20	25,20	11,70	78,00	19,66	9,13
Total	6.310,20	6.256,20	3.504,00	-	1.695,56	929,73

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu o processo de transferência de participação acionária detida nas seguintes Sociedades de Propósito Específico para a sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras:

Quadro 2.1.5 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica transferidos para Eletrobras

SPE	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
Santa Vitória do Palmar Holding	258	258	109,5	78	201,24	85,41
Chuí Holding*	144	144	59,6	78	112,32	46,49
Eólica Hermenegildo I	57,3	57,3	24,9	99,99	57,3	24,9
Eólica Hermenegildo II	57,3	57,3	25,3	99,99	57,3	25,3
Eólica Hermenegildo III	48,3	48,3	21	99,99	48,3	21
Eólica Chuí IX	17,9	17,9	7,4	99,99	17,9	7,4
Total	582,8	582,8	247,7	-	494,36	210,5

* Após combinação de negócios, a Chuí Holding passou a ser subsidiária da Santa Vitória do Palmar Holding
Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

As relações comerciais no atual modelo do Setor Elétrico Brasileiro se estabelecem no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No Mercado de Curto Prazo, são contabilizadas e liquidadas as diferenças entre os montantes gerados, contratados e consumidos.

Desde 2010, com o retorno da Eletrobras Eletrosul à geração, a empresa atua fortemente no ACR, comercializando a energia produzida pelos empreendimentos UHE Passo São João, UHE Governador Jayme Canet Júnior, UHE São Domingos e Complexo Eólico Cerro Chato. Em 2015, a empresa ampliou sua atuação nesse ambiente, com a incorporação dos parques eólicos Galpões, Capão do Inglês e Coxilha Seca, que venderam cerca de 70% da energia em leilões regulados.

O ACL possibilita aos agentes maior liberdade para negociar a compra e venda de energia, estabelecendo volumes, preços e prazos de suprimento. Trata-se de um ambiente mais dinâmico, com volumes e prazos de suprimentos mais flexíveis e preços mais voláteis quando comparados ao ACR. Em contrapartida, existem oportunidades de obter melhores preços de venda, aumentando a rentabilidade dos empreendimentos.

A Eletrosul tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para um determinado período, de forma a minimizar o risco de exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As vendas são feitas dentro das “janelas” de oportunidade que se apresentam quando o mercado revela maior propensão de compra.

O mercado de energia foi gravemente impactado pelos GSF e PLDs elevados, pois diversos agentes de geração obtiveram liminares que os protegeram contra os efeitos dos baixos níveis de geração hidrelétrica, ficando isentos de honrarem seus compromissos na liquidação financeira do mercado de curto prazo (MCP), promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Consequentemente, a inadimplência média no MCP foi de 90% em 2017.

As usinas da Eletrosul são operadas centralizadamente por meio do Centro de Operação de Geração (COG), que faz parte do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSEE), em turno de revezamento 24 horas, com pelo menos quatro operadores em tempo real por turno. Além disso, prestam suporte à operação em tempo real equipes de pré-operação, pós-operação, telecomunicações, engenharia de tempo real e equipe de proteção, bem como equipes que atuam como apoio à operação nas plantas de geração, em horário comercial.

As equipes de manutenção são descentralizadas, sendo que a logística e o dimensionamento destas são reconfiguradas sempre que as análises e cálculos desenvolvidos pela área de Engenharia de Manutenção da empresa demandarem ajustes. As equipes de Coordenação Técnica e de Engenharia de Manutenção realizam análises sistemáticas do desempenho das instalações, tendo presente os dados disponíveis nos sistemas de gestão da Eletrosul. Dessas análises resultam as definições de melhorias e reformas a serem implantadas nas instalações, com o objetivo de manter a confiabilidade das usinas.

A empresa possui reserva de equipamentos e acessórios, com o intuito de reduzir, ao máximo, os tempos de eventuais indisponibilidades das unidades geradoras.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. foi constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395, de 23/04/1969. Incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1998 foi impelida a vender suas operações de geração e a limitar sua atuação ao segmento de transmissão. Após a privatização de seu parque gerador, em 1998, a Lei 10.848/2004, em seu art. 31, volta a autorizar a empresa a prestar os serviços públicos de geração de energia elétrica, mediante concessão ou autorização.

Para orientar suas atividades, a Eletrosul segue um Estatuto Social, Políticas específicas, Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Conselho Fiscal, Normas Organizacionais e de Gestão, Manuais Técnicos e Código de Ética e Conduta.

De acordo com seu Estatuto, a empresa tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

A Eletrosul segue ainda outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada, tais como Resoluções Aneel e Procedimentos de Rede ONS.

2.3 Ambiente de Atuação

Cada vez mais, a Eletrosul vem se consolidando como referência nacional em transmissão e geração de energia renovável. Comprometida com a sociedade e com o Governo Federal, tem como objetivo garantir a produção e transmissão de energia de forma eficiente e segura. Para que isso ocorra, são priorizadas as pesquisas em novas fontes de geração de energia elétrica e em novas tecnologias.

A Eletrosul possui atuação nas regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e Norte (Pará e Rondônia), por meio de empreendimentos próprios e em parceria.

Os empreendimentos de geração em operação comercial totalizaram em 31 de dezembro de 2017, 11 usinas próprias, uma em consórcio e três em parceria, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), conforme quadro 2.1.4 “Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica” que faz parte do item 2.1 “Finalidade e Competências”.

Cabe salientar que em 29 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu o processo de transferência de participação acionária detida em seis Sociedades de Propósito Específico para a sua controladora Eletrobras: Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding, Eólica Hermenegildo I, Eólica Hermenegildo II e Eólica Hermenegildo III, e Eólica Chuí IX, conforme apresentado em quadro 2.1.5 “Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica transferidos para Eletrobras” que faz parte do item 2.1 “Finalidade e Competências”.

No que se refere à transmissão, considerando todos os contratos de concessão, o sistema de transmissão próprio da empresa é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência, com capacidade total de transformação de 26.727,80 MVA, além de 11.077,16 quilômetros de linhas de transmissão. A companhia ainda tem envolvimento com mais 55 subestações de propriedade de outras empresas, nas quais possui parceria, equipamentos e/ou bays instalados, ou presta serviço de manutenção e/ou operação.

Espaço Potencial de Atuação com relação ao Espaço Ocupado pela Empresa

A expansão da geração está especialmente vinculada a realizações de Leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), tendo o seu planejamento norteado pelo Plano Nacional de Energia (atual PNE 2030) e seus desdobramentos nos Planos Decenais de Energia (atual PDE 2024), instrumentos máximos do planejamento setorial indicativo.

Apesar da promissora oferta de energia no mercado futuro, a Eletrosul, a partir de 2014, foi impactada com a redução da geração interna de recursos, o que diminuiu a capacidade de fazer frente a investimentos já contratados e a empreendimentos futuros. Com isso, foram suspensos vários projetos já existentes e inviabilizada a participação da empresa em novos projetos, até que a capacidade de investimento da empresa se restabeleça.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Eletrosul aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para o período de 2017-2021, prevê as ações da empresa para os próximos cinco anos.

Conforme descrito no PNG, até que a capacidade de investimento da empresa se restabeleça, não está prevista expansão em projetos de geração a partir de 2017. Dessa forma, não se evidencia o aumento da potência instalada nos próximos anos.

Da mesma forma, no que se refere à transmissão, embora possa haver casos específicos de pequenos e médios empreendimentos e boas oportunidades de negócios, em termos gerais não há previsão para que no próximo ano a Eletrosul participe de forma corporativa ou em parceria em novos leilões ANEEL.

Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Na condução de seus negócios, a Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicações e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Dessa forma, os principais produtos da empresa são a produção de energia e a disponibilidade do sistema de transmissão. Na geração de energia elétrica, tem participação no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; na transmissão de energia elétrica atua em projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul.

Caracterização e Comportamento de Mercado

Nas últimas décadas, o setor elétrico brasileiro passou por intensas mudanças no seu modo de funcionamento e atuação das empresas que atuam neste mercado. Durante esse período, houve uma nova regulação e uma nova forma de competição e concorrência, uma vez que o setor, que antes era basicamente governamental e monopolista, em pouco mais de 10 anos passou a ser extremamente competitivo e concorrencial, e uma empresa, para sobreviver deve ter estratégias bem definidas, eficiência de gestão e custos baixos, para assim poder vencer os leilões de energia elétrica e continuar atuando neste ramo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a área de atuação preponderante da Eletrosul responde por, aproximadamente, 18,2%¹ do PIB nacional e 19%² do mercado de energia elétrica brasileiro, abrigando uma população da ordem de 32,36 milhões de habitantes³, o que representa 15,6%³ da população brasileira. Essa área também responde por 33,5%¹ da produção agropecuária, 20,4%¹ da indústria e 17%¹ do comércio nacional.

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Os 10 maiores agentes por capacidade instalada, segundo a ANEEL:

Quadro 2.3.1 Agentes de Geração - Os Principais Agentes

Nº	Agentes do Setor	Potência Instalada (kW)
1º	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	10.670.231,00
2º	Furnas Centrais Elétricas S.A.FURNAS	9.411.200,00
3º	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	9.045.454,10
4º	Itaipu Binacional - ITAIPU	7.000.000,00
5º	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	6.283.874,60
6º	Engie Brasil Energia S.A. - ENGIE	6.188.467,73
7º	Norte Energia S.A.	5.160.788,77
8º	Rio Parana Energia S.A	4.995.200,00
9º	Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL-GT	4.926.014,00

¹ IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Contas Regionais do Brasil 2010-2014.

² EPE - Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – Dez/2016.

³ IBGE - Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros – Jul/2016.

10º	Energia Sustentável do Brasil S.A. - UHE Jirau	3.750.000,00
-----	--	--------------

Fonte: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/GraficoDezMaioresPotencia.asp>

Já na área de transmissão, destacam-se as seguintes empresas:

Quadro 2.3.2 Agentes do Setor de Transmissão

Agentes do Setor - Transmissão
ARGO - Argo Energia Empreendimentos e Participações S/A
CEEE GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica Geração e Transmissão S/A
CELEO – Celeo Redes Brasil S/A
CELG GT – CELG Geração e Transmissão S/A
CEMIG - Geração e Transmissão S/A
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
COPEL - Geração e Transmissão S/A
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
ELETRO NORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
ELETROSUL – Eletrosul Centrais Elétricas S/A
EQUATORIAL – Equatorial Energia S/A
FURNAS - Centrais Elétricas S/A
NEOENERGIA – Neoenergia S/A
STATE GRID BRASIL
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Fonte Site Aneel <http://www.abrate.org.br/>

Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

No Plano Estratégico das Empresas Eletrobras estão descritas as oportunidades e ameaças, que foram levantadas por meio de uma Análise Ambiental (Matriz Swot). Em seu Plano Estratégico 2015-2030, as empresas Eletrobras utilizaram a matriz SWOT com o objetivo de mapear as interações entre as oportunidades e as ameaças oriundas do ambiente externo versus as forças e as fraquezas existentes no ambiente interno. Dessa forma, o instrumento possibilitou a criação de recomendações de atuação (ofensiva e defensiva) para as empresas Eletrobras, além de identificar possíveis vulnerabilidades.

Destaca-se que a Matriz foi construída pensando nos negócios de todas as empresas Eletrobras, e a Matriz descrita no Relatório de Gestão da Eletrosul 2017 refere-se apenas à Geração e Transmissão, negócios compatíveis com o perfil da Eletrosul.

Ressalta-se ainda que para a construção do Plano de Negócio e Gestão (PNG) das empresas Eletrobras devem ser seguidas as premissas do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras e, consequentemente, do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, que contempla os riscos e oportunidades de negócios para a empresa.

Oportunidades:

- Demanda deverá crescer a uma taxa de 4% a.a., requerendo expansão no sistema elétrico para atendê-la;
- A expansão da geração demandará a construção de 63,3 GW de usinas, até 2023;
- A expansão do SIN demandará a construção de 69,8 mil km de linhas de transmissão, até 2023;
- Manutenção de UHEs como base da matriz energética;
- Crescimento da participação de fontes eólica, solar e térmica a gás natural;

- O mercado internacional apresenta oportunidades com risco adequado e atratividade superior ao mercado brasileiro;
- Oportunidades de crescimento via Fusões e Aquisições (M&A);
- Captura de dívida por meios alternativos pode ser um importante complemento ao BNDES;
- A fonte solar como geração distribuída está muito próxima da viabilidade financeira em algumas regiões;
- Novas tecnologias capazes de reduzir a emissão de CO2 de fontes a carvão e gás podem se viabilizar (e.g. CCS);
- O armazenamento de energia pode ser importante para a gestão da matriz energética e espera-se crescimento global de 4% a.a. até 2020;
- A descontratação nos próximos anos abre a oportunidade de geração de valor em função da alta dos preços do MWh no mercado livre;
- Regras de leilão podem se alterar para atender ao setor e viabilizar fontes menos competitivas;
- Necessidade de investir na modernização e revitalização de ativos renovados.

Ameaças:

- O potencial remanescente de UHEs é de mais difícil exploração;
- A crescente entrada de empresas privadas tem gerado maior competição;
- Processo de licenciamento socioambiental continuará restrito e desafiante;
- A remuneração prevista para fundos e programas reduzirá no futuro próximo, com alterações regulatórias;
- Empreendimentos de G e T passarão por processo de revisão tarifária em curto prazo;
- A renovação recente e futura de concessões de G e T, como novo fator estrutural de pressão sobre as margens das empresas – mecanismos de revisão tarifária incertos;
- Incidentes de projetos causam atrasos em obras e elevações de orçamento em empreendimentos do setor;
- Órgãos reguladores têm atuado com maior rigor e ações concretas para prevenir atrasos futuros em obras;
- Dificuldade de obtenção de financiamento para apoiar a expansão do Sistema Eletrobras.

Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.

No segmento de transmissão, os principais clientes da Eletrosul são empresas distribuidoras, transmissoras e geradoras dos três estados da região Sul e do Mato Grosso do Sul, áreas nas quais também presta serviços de telecomunicações. Na área de geração, atende distribuidoras de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O engajamento com os clientes é realizado de forma contínua, visando estreitar a relação entre a empresa e o cliente e otimizar os serviços prestados. A Eletrosul faz o levantamento das necessidades dos clientes por meio de Pesquisa de Satisfação de Clientes, Relatórios Técnicos e Reuniões Técnicas.

Outra importante forma de relacionamento comercial com o cliente do serviço de operação se dá por meio da comunicação feita continuamente entre o Cliente e o Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul (COSEE).

Além disso, para os clientes com os quais existe Acordo Operativo formalizado, ou seja, contratos celebrados com as empresas, por ocasião das definições das cláusulas contratuais já ficam definidos

os canais de relacionamento comercial e técnico. A comunicação do COSEE com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é regulada pelos Procedimentos de Rede que estabelecem todo o protocolo de comunicação entre as empresas em tempo real.

Por meio da Ouvidoria Geral também são disponibilizados outros canais de comunicação com o cliente como carta, telefone, fax, e-mail e contato pessoal com os empregados dessa área.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A edição da Medida Provisória (MP) 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, impactou profundamente a estratégia de atuação da empresa em função dos ajustes praticados pelo Governo Federal sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, uma vez que uma série de premissas adotadas sobre geração de caixa, financiamentos, captações e estratégias de expansão foram afetadas pelas disposições introduzidas pela citada MP. As medidas adotadas pelo Governo Federal visaram, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica por meio da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Mediante tais instrumentos legais, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Eletrosul aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão 57/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da empresa, o que representou uma redução de 50,1% da receita atual das instalações de transmissão do referido contrato. Tal concessão é composta por 38 subestações de transmissão e 9.450,64 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

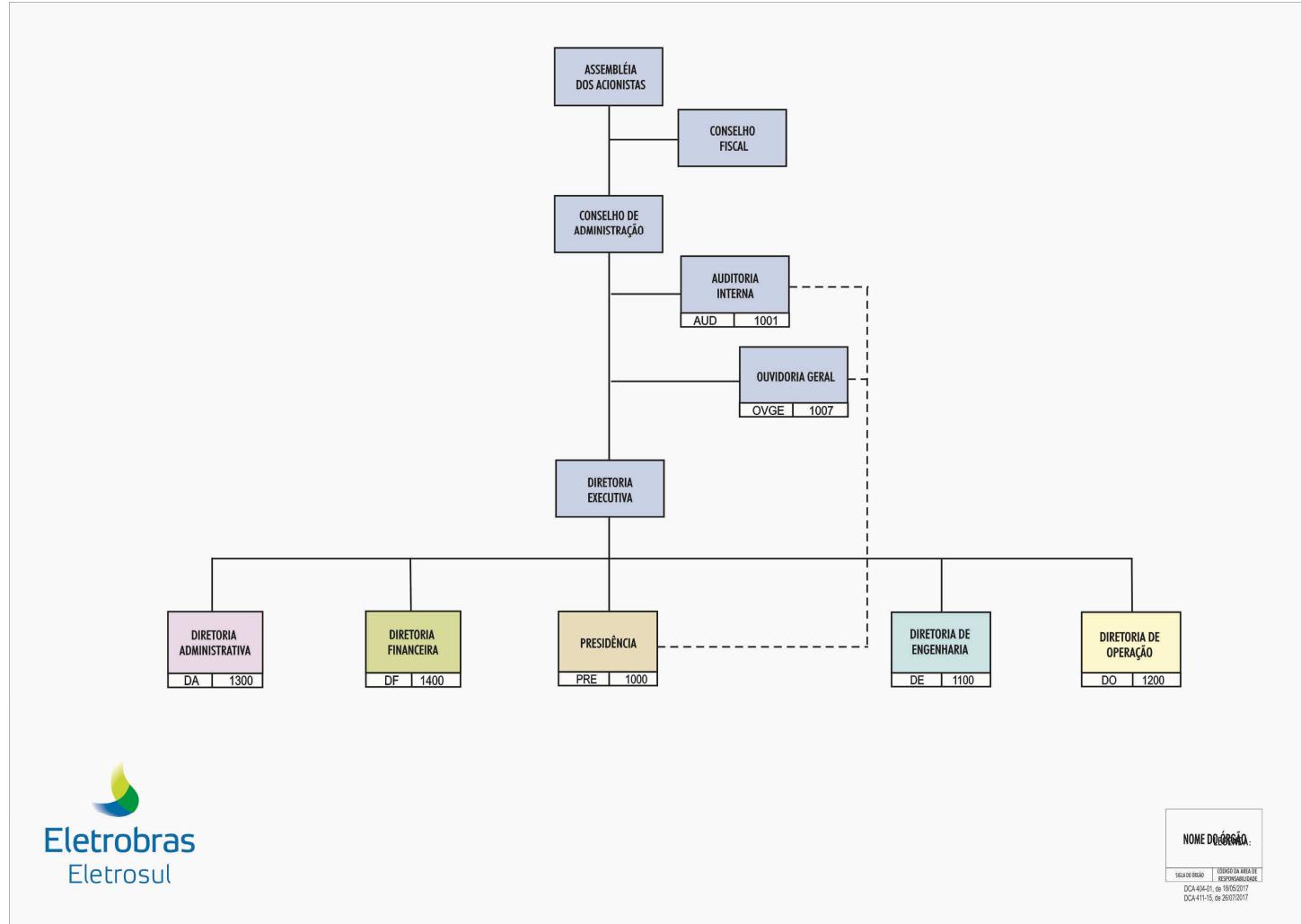
Destaca-se que o bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a Empresa na definição, pelo Ministério de Minas e Energia - MME, do novo valor da Receita Anual Permitida - RAP, com a prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados.

Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAPs, a ANEEL criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

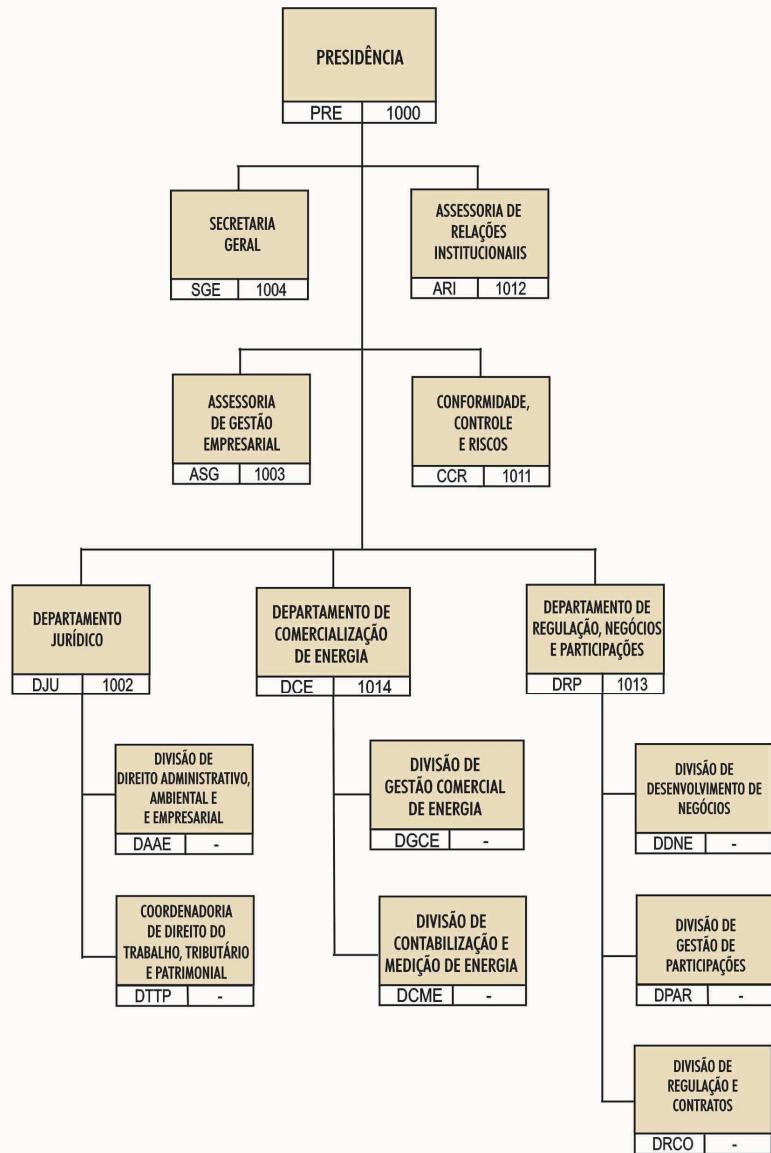
As dificuldades vivenciadas pela crise da economia nacional refletiram em diferentes setores produtivos do País, impactando no Setor Elétrico Brasileiro. Com isso, houve a necessidade de adequação, por parte da empresa, a esse novo contexto. Foram adotadas medidas de otimização de recursos, redução de custos e reformulação de investimentos, o que ensejou na elaboração e aprovação de um Plano de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021.

2.4 Organograma

A seguir apresentaremos a estrutura orgânica da Eletrosul e as principais funções das áreas relevantes da empresa.



PRESIDÊNCIA



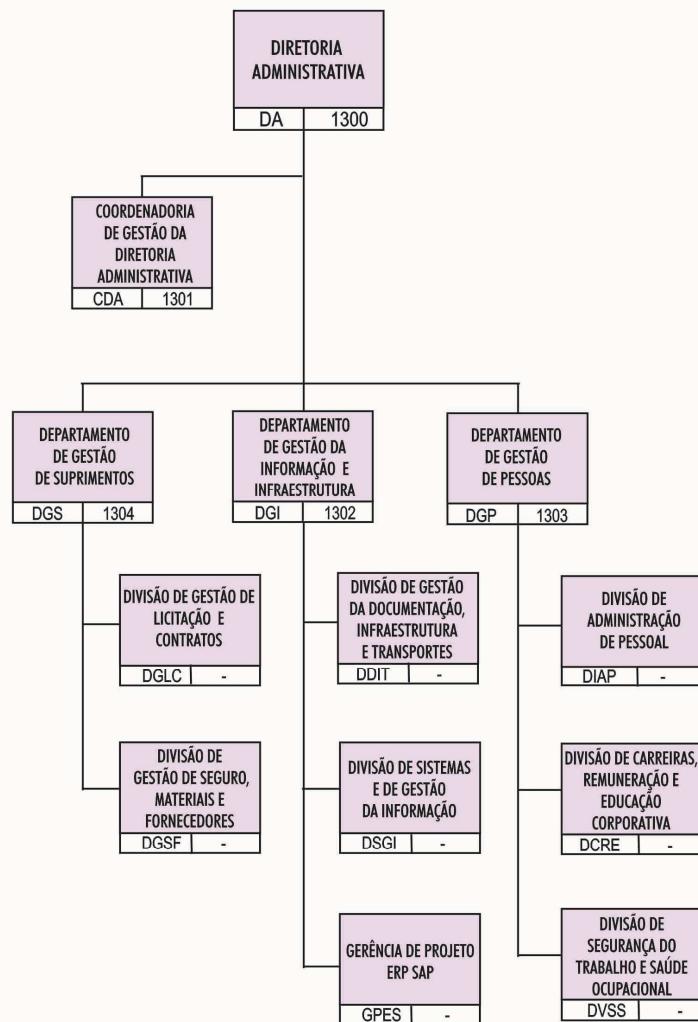

Eletrobras
Eletrosul

LEGENDA: NOME DO ÓRGÃO

SEZA DO ÓRGÃO | CÓDIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Extrato do organograma atualizado em 01/07/2017

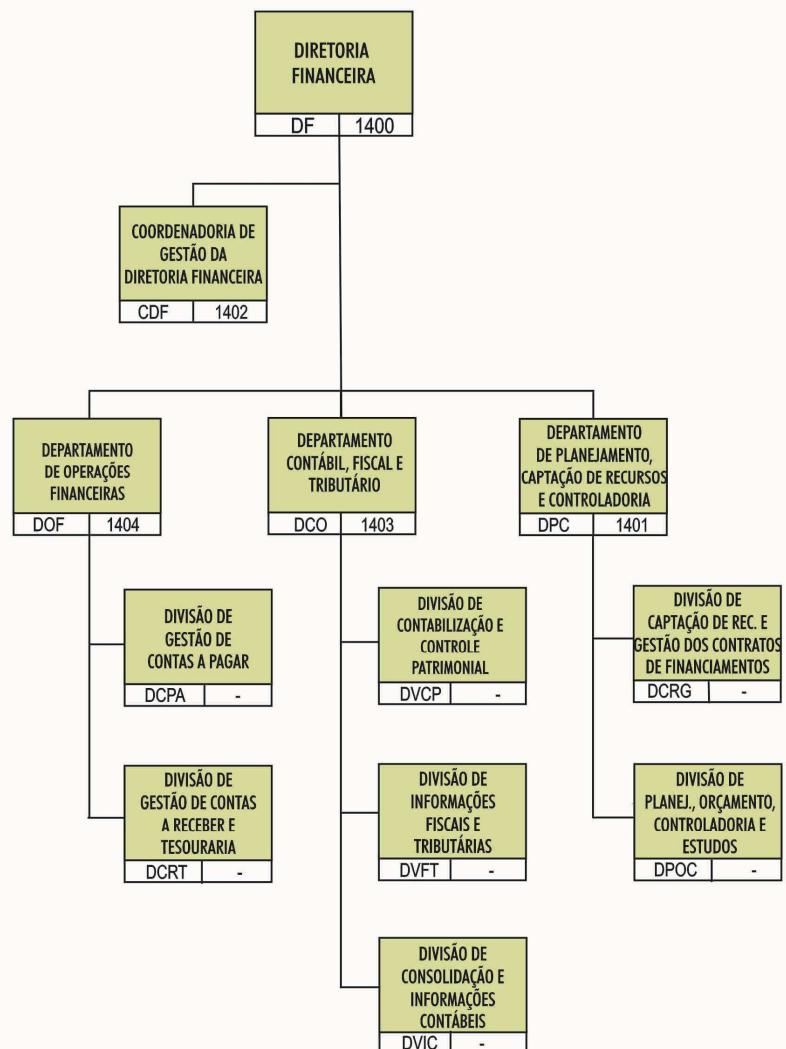
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



LEGENDA:	
NOME DO ÓRGÃO	
SELA/01/01/00	CÓDIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Extraído do organograma atualizado em 01/07/2017

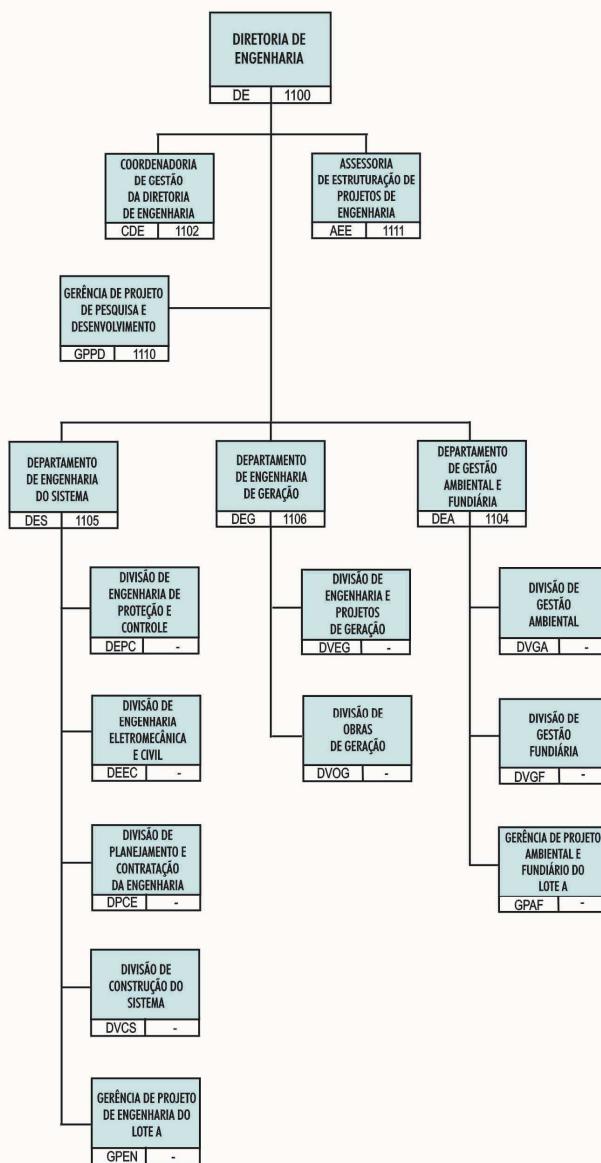
DIRETORIA FINANCEIRA



LEGENDA:
NOME DO ÓRGÃO
SÍMBOLO DO ÓRGÃO | CÓDIGO DA ÁREA DE
RESPONSABILIDADE

Extrato do organograma atualizado em 01/07/2017

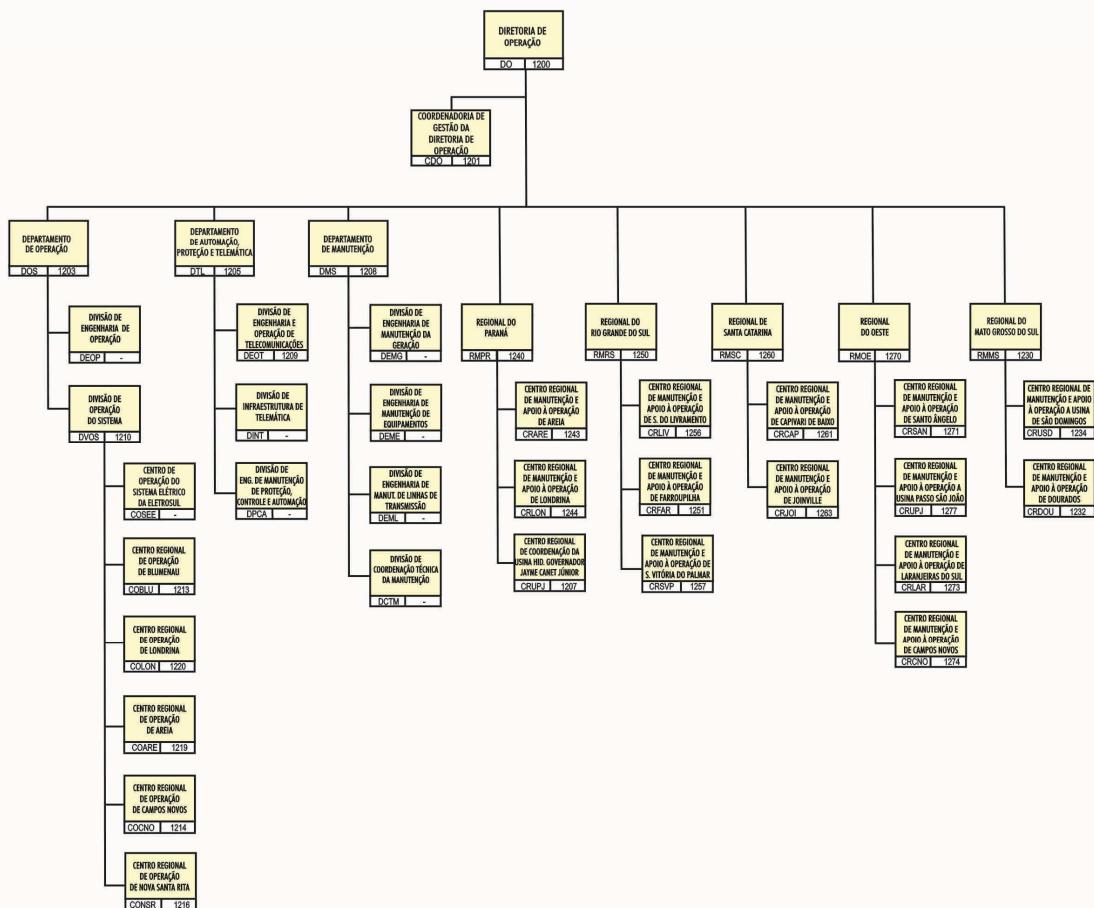
DIRETORIA DE ENGENHARIA



LEGENDA:
 NOME DO ÓRGÃO
 SÍMBOLO DO ÓRGÃO | ÓRGÃO DA ELETROSUL | RESPONSABILIDADE

Extrato do organograma atualizado em 01/07/2017

DIRETORIA DE OPERAÇÃO



LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO

Extraído do organograma atualizado em 01/07/2017

Informações sobre as áreas estratégicas

A Assembleia dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva constam no item 4.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Quadro 2.4.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Presidência

PRESIDÊNCIA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Presidência (PRE)	Orientar as estratégias empresariais e a representação da Eletrosul, e coordenar as ações da Diretoria Executiva com vistas a assegurar o funcionamento integrado da Empresa e a execução do seu objeto social.	Diretor-Presidente	Márcio Pereira Zimmermann	01/01/2017 a 16/03/2017
			Gilberto Odilon Eggers	17/03/2017 a 31/12/2017
Secretaria Geral (SGE)	Secretariar e assessorar os órgãos de deliberação coletiva da Administração Superior e do Conselho Fiscal da Empresa, e prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Gabinete do Diretor-Presidente e orçamentário às Áreas vinculadas à Presidência e à Comissão Permanente de Ética da Eletrosul.	Secretária-Geral	Maria Luísa Longen Cavallazzi	01/01/2017 a 04/04/2017
			Marialba dos Santos Coelho	05/04/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Relações Institucionais (ARI)	Assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva em suas relações institucionais.	Gerente da Assessoria de Relações Institucionais	Celso Soares Pereira	01/01/2017 a 26/03/2017
			Múcio Althoff de Medeiros	27/03/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)	Gerenciar o desenvolvimento das ações para a incorporação das melhores práticas de governança corporativa e gestão empresarial, considerando requisitos de sustentabilidade.	Gerente da Assessoria de Gestão Empresarial	Jorge da Silva Mendes	01/01/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Conformidade Corporativa (ASC)**	Promover um ambiente de controles internos adequado e eficaz, em conformidade com as orientações regulatórias internas e externas, de modo a mitigar os riscos, tornando-se uma linha de defesa para a Empresa.	Gerente da Assessoria de Conformidade Corporativa	Luiz Arthur Duarte Nunes	01/01/2017 a 30/06/2017
Conformidade, Controle e Riscos (CCR)*	Promover a consolidação dos controles internos relacionados ao cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley, a gestão das informações relativas aos riscos corporativos e a implantação e monitoramento do Programa de Conformidade, contribuindo na busca de um ambiente de negócios de alto padrão ético.	Gerente da Conformidade, Controle e Riscos	Luiz Arthur Duarte Nunes	01/07/2017 a 31/12/2017

Assessoria de Comercialização de Energia (ACE)**	Assessorar a Presidência nos assuntos relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como, ao mercado de subprodutos da geração de energia elétrica.	Gerente da Assessoria de Comercialização de Energia	Alceu Vieira Neto	01/01/2017 a 30/06/2017
Departamento de Comercialização de Energia (DCE)*	Assessorar a Presidência nos assuntos relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como, ao mercado de subprodutos da geração de energia elétrica.	Gerente do Departamento de Comercialização de Energia	Alceu Vieira Neto	01/07/2017 a 31/12/2017
Assessoria Jurídica (AJU)**	Resguardar os interesses empresariais e preservar o patrimônio jurídico da Eletrosul.	Gerente da Assessoria Jurídica	Fabiano Marcos Zwicker	01/01/2017 a 05/04/2017
			Rafael Rebelo Pereira	06/04/2017 a 30/06/2017
Departamento Jurídico (DJU)*	Resguardar os interesses empresariais e preservar o patrimônio jurídico da Eletrosul.	Gerente do Departamento Jurídico	Rafael Rebelo Pereira	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Regulação, Negócios e Participações (DPR)*	Gerenciar o desenvolvimento das ações relacionadas à regulação, negócios e gestão das participações acionárias da Empresa.	Gerente do Departamento de Regulação, Negócios e Participações	Marco Antonio Salgueiro dos Santos	01/07/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações (AGP)**	Assessorar a Presidência nos assuntos relacionados à regulação, negócios e gestão das participações acionárias da Empresa.	Gerente da Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações	Sidney do Lago Júnior	01/01/2017 a 05/04/2017
			Marco Antonio Salgueiro dos Santos	06/04/2017 a 30/06/2017
Ouvidoria Geral (OVGE)***	Estabelecer um canal institucional de comunicação com os públicos interno e externo, contribuindo para a credibilidade, o fortalecimento da imagem, a reputação e a sustentabilidade da Empresa, além de promover a cultura da cidadania e a preservação dos direitos individuais e coletivos.	Gerente da Ouvidoria Geral	Luiz Alberto de Cerqueira Cintra Filho	01/01/2017 a 31/12/2017
Gabinete da Presidência (GPR)**	Assessorar o Diretor-Presidente na execução de suas atribuições.	Chefe de Gabinete da Presidência	Maria Luísa Longen Cavallazzi	01/01/2017 a 04/04/2017
			Aurélio Castro Remor	06/04/2017 a 30/06/2017

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)

* Área criada pela DCA 404-01, com vigência a partir de 1º/07/2017.

** Área extinta pela DCA 404-01, com término em 30/06/2017.

*** Em 1º/07/2017 a Ouvidoria Geral foi vinculada funcionalmente ao Conselho de Administração da Eletrosul, mantendo o vínculo administrativo com a Presidência, conforme RD-1708-07.

Quadro 2.4.2 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Administrativa

DIRETORIA ADMINISTRATIVA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria Administrativa (DA)	Administrar de forma econômica, competitiva e temporal a gestão	Diretor Administrativo	Gilberto Odilon Eggers	01/01/2017 a 16/03/2017

	organizacional, de pessoas, de informação, de suprimentos corporativos e de infraestrutura predial, bem como as relações trabalhistas e sindicais, objetivando maximizar os resultados empresariais.		Laércio Faria Jaime de Souza	17/03/2017 a 14/09/2017 15/09/2017 a 31/12/2017
Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)*	Assessorar o Diretor Administrativo nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria e promover a gestão orientada por processos na Eletrosul.	Gerente da Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa	Siusiane Lovato	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)	Instrumentalizar os processos de negócios através do provimento e administração de sistemas/aplicativos corporativos, de instrumentos normativos, de transportes, da gestão do acervo documental e da infraestrutura predial da Sede.	Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	Tarcisio Kemper Orli Fernandes	01/01/2016 a 31/12/2016 16/12/2017 a 31/12/2017
Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)	Assegurar o planejamento e execução das políticas de gestão de pessoas da Empresa.	Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas, interino	Marialba dos Santos Coelho Jeferson Nunes	01/01/2017 a 26/03/2017 27/03/2017 a 31/12/2017
Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)	Promover o suprimento de bens e serviços, administrar os materiais e equipamentos de estoque, coordenar a gestão de transporte internacional e de seguros.	Gerente do Departamento de Gestão de Suprimentos	Edson Augusto Buch	01/01/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)**	Assessorar o Diretor Administrativo nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria e promover a gestão orientada por processos na Eletrosul.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa	Marialba dos Santos Coelho Siusiane Lovato	01/01/2017 a 05/04/2017 06/04/2017 a 30/06/2017
Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais (ART)**	Coordenar a formulação de estratégias relacionadas às relações trabalhistas e sindicais.	Gerente da Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais	Jeferson Nunes	01/01/2017 a 30/06/2017

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)

* Área criada pela DCA 404-01, com vigência a partir de 1º/07/2017.

** Área extinta pela DCA 404-01, com término em 30/06/2017.

Quadro 2.4.3 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria Financeira

DIRETORIA FINANCEIRA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria Financeira (DF)	Gerenciar os recursos econômico-financeiros visando maximizar, de forma sustentável, os resultados empresariais.	Diretor Financeiro	Tomé Aumary Gregório	01/01/2017 a 31/12/2017

Coordenadoria de Gestão da Diretoria Financeira (CDF)*	Assessorar o Diretor Financeiro na gestão dos assuntos econômico-financeiros da Empresa.	Gerente da Coordenadoria de Gestão da Diretoria Financeira	Ernesto Stodieck Neto	01/07/2017 a 31/12/2017
Gerente do Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)*	Administrar o sistema de informações contábeis, fiscais e de controle patrimonial da Empresa.	Gerente do Departamento Contábil, Fiscal e Tributário	Sandro Rodrigues da Silva	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Operações Financeiras (DOF)*	Gerir as carteiras de contas a pagar e a receber e administrar os recursos financeiros da Empresa.	Gerente do Departamento de Operações Financeiras	Andréa Catão Martins	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)*	Administrar os processos de responsabilidade da Diretoria Financeira, no que tange à avaliação econômico-financeira de ativos e leilões, aspectos econômico-financeiros da regulação setorial e do planejamento empresarial, coordenação e controle orçamentário, controladoria, captação de recursos e administração dos contratos e instrumentos de financiamento e empréstimo.	Gerente do Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria	Eduardo Cardeal Tomazzia	01/07/2017 a 31/12/2017
Assessoria Econômico-Financeira (AEF)**	Assessorar a Diretoria nos assuntos de natureza econômico-financeira.	Gerente da Assessoria Econômico-Financeira	Janildo Jovino da Silveira	01/01/2017 a 30/06/2017
Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)**	Assessorar o Diretor Financeiro na gestão dos assuntos econômico-financeiros da Empresa.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira	Sadi Luis Schoeler	01/01/2017 a 30/06/2017
Departamento de Contabilidade (DCO)**	Administrar o sistema de informações contábeis e de controle patrimonial da Empresa.	Gerente do Departamento de Contabilidade	Sandro Rodrigues da Silva	01/01/2017 a 30/06/2017
Departamento Econômico-Financeiro (DEF)**	Elaborar o planejamento econômico-financeiro de forma a subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão e administrar os recursos financeiros da Empresa.	Gerente do Departamento Econômico-Financeiro	Andréa Catão Martins	01/01/2017 a 30/06/2017

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)

* Área criada pela DCA 404-01, com vigência a partir de 1º/07/2017.

** Área extinta pela DCA 404-01, com término em 30/06/2017.

Quadro 2.4.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Engenharia

DIRETORIA DE ENGENHARIA				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria de Engenharia (DE)	Assegurar a otimização e expansão dos negócios da Empresa.	Diretor de Engenharia	Jorge Andriguetto Junior	01/01/2017 a 31/12/2017

Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Engenharia (CDE)*	Assessorar o Diretor de Engenharia nos assuntos relacionados com a gestão da Diretoria.	Gerente da Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Engenharia	Jorge Luis Alves	01/07/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Estruturação de Projetos de Engenharia (AEE)*	Assessorar a Diretoria de Engenharia nos assuntos relacionados à estruturação dos projetos de engenharia, planejamento setorial, e monitoramento dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul e em parceria, durante a fase de implantação.	Gerente da Assessoria de Estruturação de Projetos de Engenharia	Daniel Vieira de Almeida	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária (DEA)*	Gerir as ações de fundiário, patrimonial, meio ambiente e suas políticas associadas.	Gerente do Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária	Giovani Gonçalves Petri	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Engenharia de Geração (DEG)	Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia, elaborar documentação para contratação e aquisição de serviços e bens, e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa.	Gerente do Departamento de Engenharia de Geração	Franklin Fabricio Lago	01/01/2017 a 26/01/2017
			Cassiano Ricardo Perego	27/01/2017 a 12/02/2017
			André Colussi	13/02/2017 a 31/12/2017
Departamento de Engenharia do Sistema (DES)	Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos da expansão, integração de usinas e a otimização da infraestrutura do sistema de transmissão da Empresa.	Gerente do Departamento de Engenharia do Sistema	Marco Antonio Salgueiro dos Santos	01/01/2017 a 05/04/2017
			Adilson Souza da Silva	06/04/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia (AGE)**	Assessorar o Diretor de Engenharia nos assuntos relacionados com a gestão da Diretoria.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia	Jorge Luis Alves	01/01/2017 a 30/06/2017
Assessoria de Engenharia e Estruturação de Empreendimentos (AEE)**	Assessorar a Diretoria de Engenharia nos assuntos relacionados à estruturação dos empreendimentos e planejamento setorial.	Gerente da Assessoria de Engenharia e Estruturação de Empreendimentos	Daniel Vieira de Almeida	01/01/2017 a 30/06/2017

Assessoria de Implantação de Projetos (AIP)**	Administrar o monitoramento dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul e em parceria, durante a fase de implantação.	Gerente da Assessoria de Implantação de Projetos	Maurício Xavier	01/01/2017 a 30/06/2017
Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento (APD)**	Gerir os processos de inovação e de eficiência energética na Eletrosul propiciando ganhos de competitividade sustentável e sócio-ambiental responsável.	Gerente da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento	Dirceu Wilson Külzer	01/01/2017 a 30/06/2017
Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária (DEA)**	Assegurar que a implantação dos empreendimentos da Empresa ocorra em consonância com a política de preservação socioambiental e gestão patrimonial, garantindo o atendimento aos requisitos legais e promovendo o princípio da sustentabilidade.	Gerente do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária	Giovani Gonçalves Petri	01/01/2017 a 30/06/2017

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)

* Área criada pela DCA 404-01, com vigência a partir de 1º/07/2017.

** Área extinta pela DCA 404-01, com término em 30/06/2017.

Quadro 2.4.5 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – Diretoria de Operação

DIRETORIA DE OPERAÇÃO				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Diretoria de Operação (DO)	Assegurar a operação, manutenção e a telemática do sistema elétrico de transmissão e geração da Empresa.	Diretor de Operação	Rogério Bonini Ruiz	01/01/2017 a 31/12/2017
Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)*	Assessorar o Diretor de Operação nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria.	Gerente da Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação	Décio José do Lago Júnior	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Manutenção (DMS)*	Administrar o desempenho dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica, buscando a melhor relação entre disponibilidade e confiabilidade dos ativos, atuando de forma sustentável sob aspecto econômico, social e ambiental.	Gerente do Departamento de Manutenção	Luis Ricardo Zenker	01/07/2017 a 31/12/2017
Departamento de Operação (DOS)*	Administrar a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, buscando assegurar a confiabilidade e disponibilidade dos mesmos.	Gerente do Departamento de Operação	Eduardo Neu Presti	01/07/2017 a 31/12/2017

Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL)*	Prover a infraestrutura e serviços de telemática, automação e proteção para a Empresa.	Gerente do Departamento de Automação, Proteção e Telemática	Celso Soares Pereira	01/07/2017 a 31/12/2017
Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)**	Assessorar o Diretor de Operação nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria.	Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação	Décio José do Lago Júnior	01/01/2017 a 30/06/2017
Departamento de Engenharia de Manutenção (DEM)**	Administrar o desempenho dos ativos dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, buscando a melhor relação entre disponibilidade e confiabilidade dos ativos, atuando de forma sustentável sob aspecto econômico, social e ambiental.	Gerente do Departamento de Engenharia de Manutenção	Ayres Melchiades Ulysséa Junior	01/01/2017 a 24/04/2017
			Luis Ricardo Zenker	25/04/2017 a 30/06/2017
Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO)**	Assegurar a disponibilidade dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, através da manutenção e apoio à operação de usinas, subestações, linhas de transmissão e sistema de telecomunicações.	Gerente do Departamento de Manutenção e Apoio à Operação	Altair Coutinho de Azevedo Junior	01/01/2017 a 24/04/2017
			Luis Ricardo Zenker	25/04/2017 a 30/06/2017
Departamento de Operação do Sistema (DOS)**	Administrar a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, buscando assegurar a confiabilidade e disponibilidade desses sistemas.	Gerente do Departamento de Operação do Sistema	Adriano Pauli	01/01/2017 a 24/04/2017
			Eduardo Neu Presti	25/04/2017 a 30/06/2017
Departamento de Telemática (DTL)**	Prover a infraestrutura e serviços de telemática e automação para a Empresa.	Gerente do Departamento de Telemática	Marcos Romeu Benedetti	01/01/2017 a 26/03/2016
			Celso Soares Pereira	27/03/2017 a 30/06/2017
Coordenadoria da UHE Mauá (CCHM)**	Administrar os interesses da Eletrosul no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS).	Gerente da Coordenadoria da UHE Mauá	José Henrique do Rosário Schreiner	01/01/2017 a 05/03/2017
			Ricardo Doetzer	06/03/2017 a 30/06/2017

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA)

* Área criada pela DCA 404-01, com vigência a partir de 1º/07/2017.

** Área extinta pela DCA 404-01, com término em 30/06/2017.

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Eletrosul são: a Geração & Comercialização de Energia e a Transmissão de Energia Elétrica.

Em 2007, iniciou-se o mapeamento dos processos, com a elaboração de mapas, normas e procedimentos para padronização, devidamente aprovados pela Diretoria Executiva. Outros procedimentos são documentados, há mais de 30 anos, por meio dos manuais de operação e de

manutenção, que determinam o que e como devem ser feitos pelos profissionais para garantir que o padrão de trabalho seja executado por todos os envolvidos.

Quadro 2.5.1 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Geração & Comercialização de Energia	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de geração até a gestão dos contratos de comercialização de energia.	Produção de energia elétrica.	Agentes geradores; produtores independentes e os autoprodutores de energia; agentes Importadores e Exportadores, Comercializadores e Consumidores Livres.	DRP AEE DEG DEA DCE DOS DMS Regionais DTL
Transmissão de Energia Elétrica	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de transmissão até a operação e manutenção da transmissão.	Disponibilidade de Linhas de Transmissão.	Agentes geradores e distribuidores; produtores independentes e autoprodutores de energia; e, Operador Nacional do Sistema (ONS).	DRP AEE DES DEA DOS DMS Regionais DTL

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa (CDA).

Quadro 2.5.2 Manuais de Operação e de Manutenção

Padrões de trabalho	Manual técnico de operação	Manual técnico de manutenção
Critério	Baseado nas normas da Aneel e do ONS	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS, bem como nos catálogos dos fabricantes de equipamentos
Composição	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas
Divulgação	Via correio eletrônico e disponibilizado no ambiente de escritório virtual “Lotus Notes”	

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG).

Os serviços de geração e transmissão de energia elétrica são garantidos pelo Departamento de Operação (DOS), Departamento de Manutenção (DMS) e pelas Regionais de Manutenção, no que se refere à operação e manutenção. Esses órgãos constantemente realizam:

- o monitoramento do estado, condições e ocorrências em equipamentos e linhas de transmissão;
- a avaliação do estado dos equipamentos;
- a inspeção para verificação de anormalidades (inspeção diária ou semanal);
- o registro em sistemas corporativos dos defeitos ou anormalidades detectadas/encontradas em equipamentos e Linhas de Transmissão (LT);
- o gerenciamento da execução dos Pedidos de Serviço (PS) de manutenção.

Para garantia da qualidade dos serviços, a Eletrosul possui também sistemas de monitoramento *on-line* de alarmes e grandezas de equipamentos, tais como, sistema de supervisão e controle e central de monitoramento de equipamentos. O desempenho do processo e melhorias são continuamente verificados.

O processo principal “Operar Sistema Elétrico” é avaliado por meio da análise dos dados cadastrados no Relatório Diário de Ocorrências no Sistema (RDOS), que é avaliado do ponto de

vista de desempenho de proteção, por meio da elaboração de Análise de Ocorrência no Sistema (AOS) (deste o ano de 1976), que gera Pedido de Serviço (PS) à área de manutenção, e dos procedimentos operacionais, por meio da elaboração de Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais (RAPO) (deste o ano de 2006), e onde são geradas recomendações às áreas de manutenção, operação, telemática e engenharia.

Também são realizadas inspeções periódicas, pelas equipes de operação das instalações, gerando PS à área de manutenção para correção de anormalidades (essa prática existe desde 2007).

O processo de “Manutenção da Geração e Transmissão” é avaliado criticamente por meio da análise de indicadores de desempenho, pela Divisão de Coordenação Técnica de Manutenção (DCTM), a partir de relatórios, estatísticas e dados históricos. Quando são constatadas anormalidades, emite-se PS de manutenção. O Departamento de Manutenção (DMS) analisa a incidência das anormalidades e o final de vida útil dos equipamentos e emite uma Recomendação Técnica (RT) para as Regionais envolvidas efetuarem as correções/adequações necessárias. Essas avaliações resultam em maior disponibilidade e confiabilidade do sistema, bem como na preservação do meio ambiente onde a empresa atua.

A disponibilidade do sistema de transmissão indica o percentual do tempo em que este permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.

Nos últimos dois anos, a Eletrosul obteve o índice de disponibilidade de transmissão da Eletrosul obteve, os resultados a seguir apresentados:

Quadro 2.5.3 Disponibilidade de Transmissão

Disponibilidade - Conjunto de Funções de Transmissão	2016	2017
Linhas de Transmissão*	99,95%	99,90
Banco de Capacitores*	99,79%	99,99
Reatores*	99,85%	99,89
Transformadores*	99,92%	99,86

*Indicador obtido considerando apenas os desligamentos penalizados com Parcela Variável (PV).

Fonte: Departamento de Operação do Sistema (DOS).

No que concerne às concessionárias de transmissão de energia elétrica, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 729/2016, estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações, aplicando como penalidade a Parcela Variável – PV (é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão).

Neste contexto, a Eletrosul objetiva executar com excelência todos os seus processos e em especial os vinculados à transmissão de energia, visando manter a maior disponibilidade dos seus ativos e, consequentemente, adicionar valores à sua receita.

No que tange à geração, há um indicador de disponibilidade também, que tem como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas. A seguir são apresentados os índices de disponibilidade na geração hídrica e na eólica, dos últimos dois anos:

Quadro 2.5.4 Disponibilidade de Geração

Disponibilidade	2016	2017
Disponibilidade Usinas Hidrelétricas*	90,75%	91,74
Disponibilidade Usinas Eólicas **	98,77%	97,07

Fonte: Departamento de Operação do Sistema (DOS).

*Acumulada nos últimos 60 meses.

A seguir destacamos as classificações de fornecedores de insumos e serviços essenciais ao andamento dos processos:

Quadro 2.5.5 Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento

Tipo	Fornecedores	Insumos
Material	Fabricante de equipamentos eletromecânicos e materiais elétricos, telecomunicações e informática.	Equipamentos de sistema de supervisão e controle. Equipamentos/materiais elétricos, eletrônicos e mecânicos. Equipamentos de infraestrutura do sistema de telecomunicação e do sistema de transmissão.
Serviço	Construtoras e Montadoras. Consultorias. Prestadoras de serviços de vigilância e de limpeza e conservação.	Construção e infraestrutura de instalações do sistema de transmissão e geração. Projetos de engenharia. Serviços de vigilância, limpeza e conservação.

Fonte: Áreas de Contratação (DGS, DES e DEG/DPCG).

Principais Parceiros:

Macroprocesso: Geração de Energia Elétrica

- Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
- Teles Pires Participações S.A.
- ESB Participações S.A.
- Livramento Holding S.A.
- Chuí Holding S.A. *
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A. *
- Eólica Hermenegildo I S.A. *
- Eólica Hermenegildo II S.A. *
- Eólica Hermenegildo III S.A. *
- Eólica Chuí IX S.A. *

* Em 29 de dezembro de 2017, a Eletrosul concluiu o processo de transferência de participação acionária detida nestas Sociedades de Propósito Específico - SPEs para a sua controladora Eletrobras.

Macroprocesso: Transmissão de Energia Elétrica

- Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
- Marumbi Transmissora de Energia S.A.
- Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.
- Uirapuru Transmissora de Energia S.A.
- Paraiso Transmissora de Energia S.A.

2.6 Composição Acionária do Capital Social

Quadro 2.6.1 Composição Acionária do Capital Social

Denominação completa				
Eletrosul Centrais Elétricas S/A				
		Ações Ordinárias (%)	Posição em	
ACIONISTAS			31/12/2017	31/12/2016
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais		99,87817	99,87817
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,87817	99,87817	99,87817
Free Float	Pessoas Físicas		0,00006	0,00006
	Pessoas Jurídicas		0,12177	0,12177
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,12183	0,12183	0,12183
	Subtotal Ordinárias (%)	100,00	100,00	100,00
Ações Preferenciais (%)		Posição em		
ACIONISTAS		31/12/2017		31/12/2016
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
	Subtotal Preferenciais (%)			
		Total	100	100

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO).

2.7 Participação em Outras Sociedades

Além do parque gerador e sistemas de transmissão próprios, a Eletrosul participa de projetos nos segmentos de geração e de transmissão de energia elétrica em outras sociedades controladas e controladas em conjunto. Em 29 de dezembro de 2017, a empresa concluiu o processo de transferência de participação acionária detida em 6 (seis) Sociedades de Propósito Específico para a sua controladora Eletrobras.

A operação mencionada representa uma das etapas previstas Plano Diretor de Negócios e Gestão (PNDG) 2017-2021 que tem por objetivo promover a quitação de dívidas desta empresa com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira. Essas participações societárias, posteriormente e conforme avaliações em andamento poderão ser vendidas para o mercado pela Eletrobras, em conjunto ou separadamente.

Quadro 2.7.1 Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

Denominação Investidora (UPC)	ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2017	31/12/2016
Livramento Holding S/A	78,00	59,00
Santa Vitória do Palmar Holding S/A*	-	49,00
Chuí Holding S/A*	-	49,00
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	49,00	49,00
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	27,42	27,42
ESBR Participações S/A	20,00	20,00
Marumbi Transmissora de Energia S/A	20,00	20,00
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80,00	80,00
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51,00	51,00
Teles Pires Participações S/A	24,72	24,72
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	75,00	75,00
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	51,00	51,00
Eólica Chuí IX S/A*	-	99,99
Eólica Hermenegildo I S/A*	-	99,99
Eólica Hermenegildo II S/A*	-	99,99
Eólica Hermenegildo III S/A*	-	99,99
Paraíso Transmissora de Energia S/A	100	100
Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2017	31/12/2016
-	-	-

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

* Participações Transferidas à Eletrobras em 29/12/20017 por meio de dação em pagamento.

2.8 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Em dezembro de 2017 a empresa efetuou combinação de negócios bem como transferiu participações societárias à Eletrobras. A combinação de negócios envolveu as SPEs Chuí Holding S/A, Santa Vitória do Palmar Holding S/A, e Livramento Holding S/A.

Chuí Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a Eletrosul concluiu a capitalização na Chuí Holding S/A do montante de R\$ 431.913 mil aportados nessa SPE a partir de 06/2014 e que estavam registrados como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Esses AFAC foram realizados pela Eletrosul para a conclusão dos parques eólicos e não foram acompanhados pelo outro acionista da SPE, Brave Winds Geradora S/A controlada pela Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações (FIP). Dessa forma, a participação acionária da Eletrosul passou de 49% para 86,57%, decorrente da diluição do capital. Os AFAC foram convertidos em ações ON pelo valor de R\$1,00/ação. Também na mesma data, a Companhia cedeu em permuta para a Acionista Brave Winds Geradora III S/A, o montante de 50.228.188 ações ordinárias, equivalentes a 8,57% do capital da Chuí Holding, tendo como contrapartida 101.925.081 ações ordinárias da SPE Santa

Vitória do Palmar Holding S/A, equivalentes a 24,37% do capital da referida SPE. Após a capitalização e cessão, que representou uma contraprestação efetivamente transferida de R\$ 338.608 mil, a Eletrosul passou a deter o controle da Chuí Holding S/A, com 78% do capital. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia e a Brave Winds Geradora S/A integralizaram as ações detidas no capital da Chuí Holding S/A, equivalentes a 100% do capital da SPE, no capital social de Santa Vitória do Palmar Holding S/A. A partir desse momento a Chuí Holding S/A passou a ser uma subsidiária integral da Santa Vitória do Palmar Holding S/A. Essa reestruturação societária não teve impacto nas participações societárias dos acionistas, uma vez que eram as mesmas nas duas SPE, 78% Eletrosul e 22% Brave Winds III S/A e visou consolidar a geração de caixa dessas SPE otimizando o pagamento das dívidas e debêntures das mesmas.

O negócio não envolveu desembolsos financeiros, somente a capitalização de AFAC que já tinham sido realizados para a conclusão do empreendimento e permuta de ações, o que permitiu uma participação linear da Eletrosul nas três SPEs (Livramento, Chuí e Santa Vitória do Palmar). O aumento do valor do investimento por causa da apuração de ativo de concessão foi ajustado na sequência pela provisão para perdas de investimentos.

Santa Vitória do Palmar Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Santa Vitória do Palmar Holding S/A do montante de R\$ 37.945 mil, nessa SPE a partir de 06/2014 e que estavam registrados como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Esses AFAC foram realizados pela Eletrosul para a conclusão dos parques eólicos e não foram acompanhados pelo outro acionista da SPE, Brave Winds Geradora S/A controlada pela Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações (FIP). Dessa forma, a participação acionária da Eletrosul passou de 49% para 53,63%, decorrente da diluição do capital. Os AFAC foram convertidos em ações ON pelo valor de R\$1,00/ação. Também na mesma data, a Companhia recebeu em permuta com a Acionista Brave Winds Geradora S/A, o montante de 101.925.081 ações ordinárias da Santa Vitória do Palmar Holding S/A, equivalentes a 24,37% do capital da referida SPE, em contrapartida à cessão de 50.228.188 ações ordinárias da Chuí Holding S/A, equivalentes a 8,57% do capital dessa SPE. Após a capitalização e permuta de ações, que representou uma compra vantajosa de R\$ 33.335 mil e contraprestação efetivamente recebida de R\$ 65.528 mil, a Eletrosul passou a deter o controle com 78% do capital da Santa Vitória do Palmar Holding S/A. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Em 29 de dezembro de 2017, com a capitalização das ações detidas pelas acionistas, a Chuí Holding passou a ser subsidiária integral de Santa Vitória do Palmar.

O negócio não envolveu desembolsos financeiros, somente a capitalização de AFAC que já tinham sido realizados para a conclusão do empreendimento e permuta de ações, o que permitiu uma participação linear da Eletrosul nas três SPEs (Livramento, Chuí e Santa Vitória do Palmar).

Livramento Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Livramento Holding S/A do montante de R\$ 221.465 mil, nessa SPE a partir de 06/2014 e que estavam registrados como adiantamento para futuro aumento de capital (AFACs). Esses AFACs foram realizados pela Eletrosul para a conclusão dos parques eólicos e não foram acompanhados pelo demais acionistas da SPE, Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações (FIP) e Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social. Dessa forma, a participação

acionária da Eletrosul passou de 59% para 73,84%, decorrente da diluição do capital. Também na mesma data, em decorrência do acordo de acionistas, a Companhia recebeu em permuta da Acionista Brasil Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participação (FIP), o montante de 20.481.425 ações ordinárias, equivalentes a 4,16% do capital da Livramento Holding S/A. Após a capitalização e recebimento de ações, que representou uma contraprestação efetivamente transferida de R\$ 223.183 mil, a Eletrosul passou a deter o controle, com 78% do capital da Livramento Holding S/A. Esse percentual considera as ações da Elos, equivalentes a 3,2% do capital da SPE, cuja transferência para a Eletrosul está em discussão arbitral. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

O negócio não envolveu desembolsos financeiros, somente a capitalização de AFAC que já tinham sido realizados para a conclusão do empreendimento e permuta de ações, o que permitiu uma participação linear da Eletrosul nas três SPEs (Livramento, Chuí e Santa Vitória do Palmar).

Alienação de Ativos à Eletrobras

Em 29 de dezembro de 2017, após o atendimento de todas as condições, previstas nos Termos de Dação em Pagamento firmado com sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, a Companhia concluiu a alienação da totalidade da participação societária nas seguintes Sociedades de Propósito Específico – SPEs:

- Santa Vitória do Palmar Holding S/A *
- Eólica Hermenegildo I S/A
- Eólica Hermenegildo II S/A
- Eólica Hermenegildo III S/A
- Eólica Chuí IX S/A

A partir de 29/12/2017, a Chuí Holding S/A passou a ser uma subsidiária integral da Santa Vitória do Palmar Holding S/A.

A transferência dos ativos à Eletrobras foi aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e este projeto de transferência está inserido no Plano de Negócios e Gestão 2017 da Eletrosul, atrelado ao Pilar Disciplina Financeira.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

Nos subitens a seguir será apresentado o planejamento organizacional da Eletrosul no que tange a descrição sintética dos objetivos do exercício, o estágio de implementação do planejamento estratégico e a vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O processo vinculado ao planejamento estratégico das empresas Eletrobras encontra-se sob a coordenação da holding, que realiza as revisões do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, bem como a avaliação e monitoramento da implementação do referido plano. Concomitantemente, no âmbito da Eletrosul, o monitoramento das estratégicas associadas aos objetivos estratégicos é medido por meio do CMDE, verificando assim se o desempenho da empresa encontra-se em alinhamento às estratégias definidas.

A Eletrosul aprovou em 2016, sua adesão ao Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, que orienta as ações para todas as empresas Eletrobras, por meio de cinco diretrizes estratégicas:

- desempenho econômico-financeiro superior;
- expansão sustentável;
- eficiência operacional;
- excelência em pessoas e cultura de excelência; e
- readequação do modelo de negócios, governança e gestão.

O referido Plano define que as empresas Eletrobras têm como missão atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável e como visão de futuro estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável as melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos desse Plano foram definidas estratégias que servem de linhas de ação a serem implementadas para o seu alcance. O Plano estabelece, ainda, indicadores vinculados aos Objetivos Estratégicos, com a finalidade de medir o alcance dos resultados esperados e da proposta de valor para os públicos de interesse: Acionistas, Empregados, Clientes, Fornecedores, Governo e Sociedade.

O desdobramento das estratégias definidas no Plano Estratégico se dá por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), desenvolvido pela Eletrobras, que posteriormente dá origem ao Plano de Negócios e Gestão, elaborado em conjunto entre a *holding* e suas controladas.

Em 2017 a Eletrosul aprovou o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021, por meio da Resolução da Diretoria RD 1662-07 de 05/12/2016 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 394-04 de 15/12/2016.

A Versão 2.0 do Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 foi aprovada pela Resolução de Diretoria RD 1684-1, de 20/04/2017 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 407-08 de 08/06/2017. Essa nova versão tornou-se necessária em função da atualização de indicadores contidos no Contrato de Metas de desempenho Empresarial 2013-2017 em data posterior a

aprovação da versão 1.0 do PNG 2017-2021 que passou a contemplar 6 (seis) indicadores a mais, totalizando 19 indicadores, com protocolos de apuração e metas diferentes, vigorando o período 2017-2021.

Com a aprovação do CMDE 2017-2021 houve a necessidade de adequação do documento do PNG 2017-2021 em três questões:

- Inclusão do indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão e respectivos referenciais;
- Alteração dos referenciais de resultado da Pesquisa de Clima Organizacional;
- Alteração dos itens do PNG 2017-2021 que tratam de questões econômico-financeiras (Análise do Endividamento da Dívida e Análise dos Indicadores do CMDE).

O Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE 2017-2021) faz parte do Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras e é celebrado entre a Eletrobras e as controladas, no qual são estabelecidas metas de desempenho econômico, financeiro, operacional, de gestão, governança e socioambientais para cada ano desse período, que são avaliadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

Ao avaliar as estratégias definidas para o alcance dos objetivos da empresa, alguns riscos associados são identificados como possíveis de ocorrerem, os quais estão relacionados na Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras. A Eletrosul aderiu a esta Matriz por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1658-03 e Deliberação do Conselho de Administração DCA-393-17.

Em 2017, a Empresa leuaderiu a esta Matriz por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1718-10, e acompanhando à Eletrobras na priorização de riscos para o ciclo 2017, no que couber à Eletrosul, priorizou os seguintes 11 (onze) Eventos de Riscos para o Ciclo de 2017:

- Comercialização de Energia e Gestão de Contratos;
- Demonstrações Contábeis e Financeiras;
- *Compliance FCPA / LACBRA*;
- Fluxo de Caixa;
- Formação e Gestão do Contencioso;
- Fundos de Pensão;
- Gestão do Negócio de SPEs;
- Licenciamento Ambiental (ênfase na Transmissão);
- Novos Negócios e Leilões;
- Revisão Tarifária na Transmissão;
- Gestão Ambiental de Empreendimentos.

Cada Objetivo Estratégico pode conter mais de um Evento de Risco relacionado, porém nem todos os Eventos de Riscos já mapeados na Empresa estão diretamente relacionados aos Objetivos Estratégicos consignados no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030.

Essa relação entre Objetivos estratégicos, respectivas estratégias e eventos de riscos estão apresentados em Quadro 3.1.1.1 Plano Estratégico X Matriz de Riscos - Anexo 03 deste relatório.

Visando dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro da empresa, bem como atender seus objetivos estratégicos de eficiência, expansão e rentabilidade, institui-se o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), constituindo-se em um instrumento de gestão do desempenho empresarial que permite a definição de ações estratégicas na busca pela melhoria nos resultados.

Com relação ao Plano Plurianual (PPA) foram executados programas e ações relacionados a seguir, alinhados ao Plano Estratégico da Empresa.

Quadro 3.1.1.1 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .
Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.
Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)
Ação 15BD – Ampliação do sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul
Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 15CY – Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Quadro 3.1.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em setembro de 2012, a Medida Provisória 579/12, convertida na Lei 12.783, de 11/01/2013, estabeleceu a forma de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia. As novas regras estabelecidas trouxeram novos desafios por conta principalmente da relevante redução de receitas, ao mesmo tempo que apresentaram novas perspectivas e a necessidade de agilizar a melhoria contínua de nossos processos na busca de uma empresa cada vez mais eficiente.

Dante desse novo cenário, foi elaborado o novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, para o período de 2015-2030, aprovado em 26/11/2014 e emitido em 12/08/2015. Para a confecção desse plano, foram avaliados diversos cenários, as atratividades dos negócios no mercado de energia, as potencialidades existentes nas empresas Eletrobras e as aspirações dos acionistas. Foram elaboradas, ainda, projeções para apoiar as decisões quanto ao portfólio de negócios, a revisão da Identidade Empresarial (Missão, Visão e Valores) e o estabelecimento de Diretrizes, Objetivos e Estratégias para o período de 2015-2030.

Como a Eletrosul segue o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, no início de 2016, a Alta Administração da Empresa aprovou sua adesão a essa última versão.

O desdobramento das estratégias definidas no Plano Estratégico se dá por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), desenvolvido pela Eletrobras, que posteriormente dá origem ao Plano de Negócios e Gestão, elaborado em conjunto entre a *holding* e suas controladas.

Vinculado ao PDNG 2017-2021, em 2017 a Eletrosul aprovou o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021, por meio da Resolução da Diretoria RD 1662-07 de 05/12/2016 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 394-04 de 15/12/2016.

O Plano de Negócios e Gestão Eletrosul (PNG) 2017-2021 apresenta as principais estratégicas da Empresa para a expansão, operação e manutenção de seus negócios de geração e transmissão de energia elétrica, bem como os aspectos de gestão necessários para suportar o alcance dos objetivos e metas propostos para o período, alinhado ao PDNG 2017-2021 da Eletrobras.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Diretrizes Estratégicas para atuação conforme Plano Estratégico das Empresas Eletrobras

Visando cumprir sua Missão e realizar a sua Visão de Futuro, no período de 2015 a 2030, as empresas Eletrobras deverão orientar sua atuação por meio de 5 Diretrizes Estratégicas citadas no item 3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício. A figura a seguir apresenta estes elementos em uma visão de conjunto:

Figura 1 Visão de Conjunto



Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

Quadro 3.1.3.1 Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras

Diretrizes do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras	Descrição
Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos e a adequação da estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras.
Expansão Sustentável	Manutenção da liderança do Sistema Eletrobras no setor elétrico brasileiro e uma atuação mais expressiva no exterior, além do desenvolvimento de um portfólio de experimentos de modo a sustentar a sua competitividade.
Eficiência Operacional	Desenvolvimento de planos de revitalização e eficientização de ativos para atendimento aos parâmetros regulatórios e a adoção das melhores práticas.
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Aperfeiçoamento do modelo de Gestão de Pessoas no Sistema Eletrobras.
Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Mudanças no Sistema Eletrobras face ao novo contexto regulatório no setor elétrico brasileiro. Elas englobam temas como a revisão da lógica societária, o fortalecimento de estatutos, a adequação da estrutura organizacional da holding e das empresas Eletrobras, readequação de processos e sistemas e gestão sustentável dos recursos financeiros.

Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

Posicionamento Estratégico: Diretrizes e Objetivos Estratégicos

Para as 5 diretrizes estratégicas foram definidos 14 objetivos estratégicos:

Quadro 3.1.3.2 Diretrizes para Atuação: Objetivos Estratégicos a serem alcançados

Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades			Garantir a sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras		
Expansão Sustentável	Ampliar os negócios de GT de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Expandir seletivamente a atuação internacional em GT, alinhada com os negócios da companhia	Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	Eficiência Operacional	Aprimorar os negócios de GTD de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras			Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial organizacional do Sistema Eletrobras		

Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	Aprimorar a governança competitiva, baseada nas melhores práticas do mercado	Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	Garantir que os empreendimentos sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade
--	--	--	--	---	--

Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

3.2 Desempenho Orçamentário

3.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da LOA

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 (Energia Elétrica) e 0807 (Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais), motivo pelo qual não apresenta informações sobre Programas temáticos nem Objetivos.

3.2.1.1 Ações

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, possuindo apenas ações de Orçamento de Investimento.

3.2.1.2 Ações - Orçamento de investimento - OI

3.2.1.2.1 Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW (SC) para a geração de energia elétrica

Compreende a implantação do Complexo Alto da Serra constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação SE Santo Cristo.

Quadro 3.2.1.2.1.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033. 10D7 . 0042	Tipo: Projeto
Título	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .	
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas	Código: 000R
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.	
	Código: 0019	

Programa	Energia Elétrica Código: 2033						
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Código: 32225						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.143.600	170.000	75.071	Implantação do Complexo Alto da Serra 37,5 KV	%	1	1	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

A PCH Santo Cristo teve uma resolução postergando o cronograma: REA 2014 4685. Nesse cronograma, as unidades geradoras tinham previsão de início da Operação Comercial em 31/10/17, 30/11/17 e 30/12/17. A PCH Coxilha Rica não teve seu cronograma alterado. No momento, não há recursos disponíveis para implantação dos empreendimentos. A diretoria executiva da Eletrosul aprovou o cancelamento da implantação desses empreendimentos. Para a transferência de titularidade do projeto, foi lançada uma licitação para alienação, que deve ser concluída em abril de 2018.

- Execução das metas:**

Os contratos que tinham sido firmados para projeto executivo e execução de estudos e programas ambientais foram rescindidos ou estão em processo de rescisão.

- Fatores Intervenientes:**

A PCH Coxilha Rica continua com parecer contrário a sua implantação emitido pelo IPHAN e, todas suas licenças (prévia e de instalação) estão revogadas pelo órgão ambiental competente – FATMA/SC.

A PCH Santo Cristo teve sua licença ambiental de instalação obtida em 25/01/2016, a LAI FATMA 342/2016. A implantação do empreendimento, porém, foi suspensa pela falta de recursos financeiros para implantação do empreendimento.

A meta econômica existente é apenas para a execução das rescisões contratuais ainda pendentes.

- **Restos a pagar:**

Está pendente de pagamento a rescisão dos contratos com as empresas de meio ambiente. Existem dois contratos de meio ambiente, cujos valores de rescisão não passarão de R\$ 40.000,00.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Todas as campanhas de investigações geológicas estão concluídas. Não estão sendo realizadas atividades nesses empreendimentos até que se conclua o processo de alienação.

Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul

A ação 20OG compreende investimentos para a manutenção do sistema de geração, buscando maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de geração é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.20OG.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.20OG.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.	
Iniciativa	Manutenção do parque gerador de energia	Código: 01G1
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
19.646.775	8.039.624	4.443.224

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Esta ação inclui dispêndios com eventuais investimentos na manutenção das usinas em operação, compra de equipamentos sobressalentes, atividades de implantação e manutenção de torres anemométricas e estações solarimétricas.

Em 2017, foi dada continuidade às atividades de prospecção dos parques eólicos, conforme listado abaixo:

- ✓ Prospecção UEE Coxilha Negra
- ✓ Prospecção UEE Santa Vitória do Palmar
- ✓ Prospecção UEE Quaraí
- ✓ Prospecção Eólica (diversos)

Também foi dada continuidade às atividades de prospecção solar:

- ✓ Subestação Dourados
- ✓ Subestação Anastácio
- ✓ UHE São Domingos
- ✓ UHE Passo São João
- ✓ Subestação Campos Novos
- ✓ Conversora de Uruguaiana

- **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que determinou a postergação de atividades para o próximo exercício.

A postergação de atividades não impactou em risco à geração de energia.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (22 MWp)

O empreendimento consiste na Instalação de uma usina solar fotovoltaica de 22 MWp em corrente contínua e com capacidade de saída de 20 MW. Além disso, implantação de toda infraestrutura para permitir a instalação dos equipamentos de maneira a captar a irradiação solar local com eficiência adequada.

Quadro 3.2.1.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.15BC.0054	Tipo: Projeto
Título	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)	
Iniciativa	Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas	Código: 000Y
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.	Código: 0019
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Código: 32225
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Financeira e Física		
Execução Orçamentária e Financeira	Execução Física – Meta	

Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	20.000	0	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos.	%	1	1	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Estimou-se um prazo de instalação da UFV São Domingos de 18 meses. Em relação às experiências internacionais, esse é um prazo bastante longo, mas, devido ao mercado fotovoltaico ainda incipiente aqui no Brasil, preferiu-se adotar um tempo conservador.

Obra não iniciada.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul, mesmo tendo cadastrado a Usina Fotovoltaica São Domingos nos leilões oficiais de 2017, não deu lance para venda de energia. Os motivos para a empresa não ter ofertado a energia desse empreendimento remetem a baixa de capital para investimentos da empresa.

Uma vez que as características locais são favoráveis para a instalação de uma usina fotovoltaica, a Eletrosul mantém a campanha de medição de dados solarimétricos junto à UHE São Domingos, visando ao cumprimento das condicionantes para participação em futuros leilões oficiais.

A não realização da meta econômica é motivada pelo não início das obras de implantação da usina fotovoltaica.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Não se aplica.

Ação 15BD – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul

Essa ação tem como objetivo a expansão da capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e a ampliação e ou repotenciação de usinas existentes e, na sua composição, estão os empreendimentos:

UHE Passo São João: Instalação de duas unidades geradoras de 4,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (tomada d'água, canal de adução e casa de força) de modo a permitir a ampliação.

UHE São Domingos: Instalação de uma unidade geradora de 1,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (conduto forçado e casa de força) de modo a permitir a ampliação.

Quadro 3.2.1.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15BD.0001						Tipo: Projeto
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul						
Iniciativa	Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação. Código: 04U6						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica						Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						Código: 32225
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	30.000	0	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul	%	1	1	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Obra não iniciada.

- Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- Restos a pagar:**

Não se aplica

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

Quadro 3.2.1.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1O50. 0001

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033. 1O50 . 0001						
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul.						
Iniciativa	Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN. Código: 0027						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033						
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Código: 32225						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
135.955.873	81.134.102	72.962.147	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	13	10	8

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em 31/12/2019. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

- **Execução das metas:**

Em 2017 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 2616 MVA – AMPLIAÇÃO “J” Empreendimento: Instalação do 3º banco autotransformador (TF3), monofásico, de 525/230-13,8 kV, 672 MVA, e respectivos módulos de conexão 525 kV e 230 kV, nos arranjos disjuntor e meio (525 kV) e barra dupla a quatro chaves (230 kV), na Subestação Biguaçu - 525/230 kV.	01/09/2014	19/02/2017
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 2616 MVA – AMPLIAÇÃO “M” Empreendimento: Implantação de 01 banco de reatores de barra 525 kV – 3x50 MVAr (e 01 reator reserva–50 MVAr) na SE Biguaçu e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo disjuntor e meio. Interligação de barramentos IB4, em 525 kV na SE Biguaçu.	02/06/2015	25/05/2017
SE DOURADOS 230/138 kV, 300 MVA – AMPLIAÇÃO “H” Empreendimento: Desmontagem e transporte de 01 Autotransformador 230/138 kV – 75 MVA, proveniente da SE Itajaí e posterior montagem na SE Dourados, como reserva de sistema.	24/08/2016	04/08/2017
SE CANOINHAS 230/138 kV, 450 MVA – AMPLIAÇÃO “F” Empreendimento: - Substituição do 3º autotransformador trifásico, de 230/138-13,8 kV, 75 MVA por outro de 150 MVA; - Adequação do módulo de conexão 230 kV existente, com a substituição de 03 para-raios e do sistema de proteção, controle e supervisão; Adequação do módulo de conexão 138 kV existente, com a substituição de 03 para-raios e 03 transformadores de corrente.	03/11/2014	03/12/2017

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

- **Fatores Intervenientes:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.879/2011

O Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (CELESC), sofreu atraso na definição da melhor localização para a SE.

Em virtude da indefinição do cronograma e da localização da SE Garopaba, etapas preliminares e de responsabilidade da Celesc Distribuição, as atividades de contratação, elaboração de projeto executivo, estudos ambientais, liberação fundiária e obras, estão paralisadas pela Eletrosul.

A empresa vem comunicando a ANEEL a respeito deste impedimento desde 2013, conforme correspondências CE ARN-0209/2013, CE ARN-0128/2014 e CE AGP-0064/2015. No último comunicado, a Eletrosul solicitou a revogação da outorga, permanecendo no aguardo de uma definição por parte da ANEEL e da concessionária de distribuição.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.603/2016

SE Tapera – Ampliação “C”: Com o intuito de evitar subtensão na contingência da LT 230kV Passo Real – Tapera 2, , a ANEEL autorizou a Eletrosul a instalar, na Subestação Tapera, 01 (um) banco de capacitores 230 kV - 50 MVAr na SE Tapera 2 e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (25/01/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.616/2016

SE Santo Ângelo – Ampliação “G”: Para viabilizar a conexão de futuros parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, a Eletrosul foi autorizada a instalar um banco de 3 autotransformadores monofásicos 525/230 kV – 13,8 kV, 672 MVA na SE Santo Ângelo 2 e de seus respectivos módulos de conexão. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (04/02/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.744/2016

SE Dourados – Ampliação “I”: Para Evitar subtensão na região de Dourados., a Ampliação “I”, compreende a Implantação de 02 bancos de capacitores 230 kV - 50 MVAr cada, na SE Dourados e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Os equipamentos de pátio foram comprados em 2016 e em 2017 foi contratada a empresa para a execução da obra e da elaboração dos Projetos de Proteção e Controle. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (11/04/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.042/2016

SE Nova Petrópolis - Ampliação “A”: Para atender ao critério N-1 na contingência do TF1 da SE Nova Petrópolis, a ANEEL autorizou a Eletrosul a Instalar o 2º transformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 83 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Nova Petrópolis 230/69 kV. Em 2017, foram contratados os equipamentos de pátio e o fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (23/09/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.090/2016

SE Biguaçu Ampliação “K”: Com o intuito de propiciar a flexibilidade operativa para controle de tensão na região de Biguaçu, na carga média de verão, a Eletrosul foi Autorizada pela ANEEL, a instalar 01 (um) Banco de Capacitores 230kV – 100MVAr, e respectivo módulo de conexão 230 kV e 69 kV, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Em 2017, foram contratados os equipamentos de pátio e o fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (04/11/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.688/2017

SE Farroupilha Ampliação “F”: Com a finalidade de evitar sobrecargas na transformação 230/69 kV da SE Farroupilha, previstas para o verão 2020/2021, a ANEEL autorizou a Eletrosul a Instalar o 3º autotransformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 88 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a cinco chaves e barra simples, na Subestação Farroupilha. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no primeiro semestre de 2017. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (20/10/2020).

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente no tempo, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001

Identificação da Ação		
Código	25.75.2033.2D94. 0001	Tipo: Atividade
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes. Código: 04UG	
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
11.611.249	13.784.997	10.808.024

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

• Data de início e de conclusão da obra:

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em dezembro de 2021. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

• Execução das metas:

O investimento de aproximadamente de R\$ 10,81 milhões realizado em Reforços e Melhorias nos ativos de transmissão da Eletrosul atendeu às necessidades da Resolução Autorizativa ANEEL (REA), do Plano de Modernização das Instalações (PMI) e de outros empreendimentos de interesse exclusivo da Empresa em 2017. O uso destes recursos visou à realização de modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul, a fim de retirar eventuais restrições ao sistema

de transmissão, bem como melhorar a confiabilidade e a flexibilidade de sua operação e manutenção.

Foram concluídos em 2017, um total de treze empreendimentos, sendo nove referentes a ReA nº 5.484/2015 e quatro empreendimentos de interesse exclusivo da Empresa.

Para atender às necessidades da ReA 5.861/2016, PMI 2016-2019 e outros de interesse exclusivo da Empresa, estão em andamento quarenta empreendimentos, sendo nove empreendimentos referentes a ReA 5.861/2016, treze empreendimentos de PMI 2016-2019 e dezoito empreendimentos de Interesses Exclusivos da Eletrosul.

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017	CONCLUSÃO DA OBRA
Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.484/2015	
SE AREIA 525/230/138 kV, 972 MVA Empreendimento: Aquisição e substituição de 3 TCs de 230 kV do circuito São Mateus do Sul.	29/07/2017
SE FLORIANÓPOLIS 138/69 kV, 75 MVA Empreendimento: Aquisição e substituição de 9 TCs de 138 kV dos TF1, TF2 e TF3.	29/07/2017
SE PALHOÇA 230/138 kV, 384 MVA Empreendimento: Aquisição e substituição de 6 TCs de 138 kV dos TF1 e TF2.	05/08/2017
SE ILHOTA Empreendimento: Aquisição e substituição de 6 TCs de 138 kV dos TF1 e TF2.	16/08/2017
SE JOINVILLE Empreendimento: Aquisição e substituição de 6 TCs de 69 kV dos TF1 e TF2.TPR2, DOU, ANA, JLA, JLB, SID e FHA, nos circuitos descritos no PMI 2013-2016.	25/08/2017
SE FARROUPILHA Empreendimento: Aquisição e substituição de 3 DJs 230 kV dos circuitos MCL1, MCL2 e TF1.	28/09/2017
SE FARROUPILHA Empreendimento: Aquisição e substituição de 6 TCs 230 kV dos circuitos MCL1, MCL2.	18/09/2017
SE FARROUPILHA Empreendimento: Aquisição e substituição de 3 TCs 230 kV do circuito GAR1.	24/09/2017
SE CAMPOS NOVOS Empreendimento: Aquisição e substituição de 4 DJs de 230 kV dos TF3, TF4, TF5 e TIE.	30/08/2017

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017	CONCLUSÃO DA OBRA
Interesses Exclusivos da Eletrosul	
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Empreendimento: Aquisição e instalação de 01 TPC 525 kV em substituição aos cabos de potencial device do TF2.	19/02/2017
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Empreendimento: Implantação de sistema aéreo provisório de 13,8 KV na Subestação Curitiba, em substituição ao sistema existente de cubículos de 13,8 kV.	19/02/2017
SE MONTE CLARO 230 kV Empreendimento: Substituição de Registradores de Perturbação RDP – 230kV	06/09/2017
LI ARE-GBM C2 Substituição dos cabos de aterramento (cabo contrapeso) em 26 torres da LI ARE-GBM C2 (525kV)	24/12/2017

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2017-2020	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
Resolução Autorizativa Nº 5.861, publicada em 07/06/2016 Resolução Autorizativa Nº 6.630, publicada em 22/09/2017	
SISTEMA Instalação/substituição de 30 carregadores de baterias em diversas subestações.	07/06/2019
SISTEMA Instalação de equipamentos com função PMU em LTs das SEs ARE, BTA, CNO, YTA, IVP, NSR	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos barramentos	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos transformadores 1, 2 e 3	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos Reatores 1 e 2	07/06/2019

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2017-2020	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções da LT GRA-CAX	07/06/2019
SE GRAVATAÍ 2 Aquisição e substituição das proteções dos Bancos de Capacitores BC4 e BC5 da SE Gravataí 2, visando implantação de Esquema Especial de Inserção destes Bancos.	07/06/2019
SISTEMA Instalação e substituição de Registradores de Perturbação (RDP) nas Ses CBA, CAN, FAR	07/06/2019
SE SANTO ÂNGELO Substituição do sistema de proteção da LT 230kV STA2 (CEEE) na SE Santo Ângelo. Incluído pela REA 6.630/2017	19/09/2019
PMI 2016 – 2019	
SE CAMPOS NOVOS Substituição de 03 TPCs 525 kV (Haefely) na Barra B.	31/12/2018
SE GRAVATAÍ Aquisição e instalação de 03 transformadores de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, posição BAB, em substituição a equipamentos de fabricação Haefely.	31/12/2018
SE GRAVATAÍ Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi, TF2.	31/12/2018
SE BLUMENAU Substituição do DJ1070 (525kV Siemens 3AT5)	30/04/2018
SE CURITIBA Substituição do DJ1030 (525kV Siemens 3AT5)	30/04/2018
SE AREIA Substituição dos DJ712, DJ722, DJ732 e DJ742 (Magrini MHM245 - 230kV) na SE Areia	31/12/2018
SE JOINVILLE Substituição do DJ682 (Magrini MHM145 - 138kV) na SE Joinville	31/12/2018

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2017-2020	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE CAMPO MOURÃO Substituição dos DJ732, DJ742, DJ752, DJ762 e DJ782 (Magrini MHM245 - 230kV) na SE Campo Mourão	31/12/2018
LT ANA-DOU Substituição das fundações de 32 torres na LT ANA/DOU (230kV)	31/12/2019
SE ASSIS Substituições das proteções do TF1 (440/230kV) da SE Assis	30/04/2019
SE LONDRINA Substituição de motogerador da SE Londrina	31/12/2018
SE DOURADOS Substituição das proteções da LT ANA-DOU Substituição das proteções da TF3 e TF4 Substituição das proteções do RE2 (LT Guaíra - 230kV) Substituição das proteções do RE1 (230kV)	01/05/2018
SE ITÁ Substituição de disjuntor DJ1070 (Siemens 3AT5 - 525 kV)	31/12/2019
Interesses Exclusivos da Eletrosul	
SISTEMA Substituição de relés de sincronismo em diversas subestações.	31/12/2019
SE CAXIAS Instalação e substituição de Registradores de Perturbação (RDP) na Subestação Caxias.	30/03/2019
SISTEMA Substituição de 102 para-raios em diversas subestações.	31/12/2018
SE CURITIBA Relocação de TPC do módulo do TF1	31/05/2018
SISTEMA Aquisição e substituição 29 de baterias de 48V e 125V para diversas instalações.	31/08/2018

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2017-2020	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
LT FAR-MCL C1 Recuperação das fundações de 16 torres de transmissão da LT FAR-MCL C1 (230kV)	30/06/2018
LT JLB-BIG Substituição dos cabos de aterramento (cabo contrapeso) na LT BIG-JLB (230kV)	30/06/2018
SE SANTO ANGELO Substituições das proteções dos TF2 e TF3 (525/230kV), e respectivos esquemas de Falhas dos Disjuntores da SE Santo Ângelo	30/04/2019
SE CURITIBA Substituição dos cubículos e disjuntores do sistema de 13,8 kV na SE Curitiba	31/12/2018
SE AREIA Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi, posição TF2, na SE Areia	31/12/2019
SE LONDRINA Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi posição TF3, na SE Londrina	31/12/2019
SE SIDERÓPOLIS Aquisição de 01 disjuntor 230 kV para posterior substituição de disjuntor Brown Boveri, em final de vida e deficiência de reserva	31/12/2018
SISTEMA Aquisição de baterias para substituição em diversas instalações	31/12/2018
SE BIGUAÇU Aquisição de 02 carregadores de baterias 125Vcc para substituição na SE Biguaçu	31/12/2018
SE SANTO ÂNGELO Aquisição de 02 carregadores de baterias 125Vcc para substituição na SE Santo Ângelo	31/12/2018

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2017-2020	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
LT ASS-LON C1 Substituição das fundações de 90 torres de transmissão da LT ASS-LON C1 (230kV)	31/12/2019
LT CBA-JOI C1 Recuperação da fundação da torre nº 114 da LT CBA-JOI C1	31/12/2018
SISTEMA Substituição dos sistemas de proteção das LTs IVP-SSA1, IVP-ARE e SOS-CMO1 (primeira etapa: aquisição de relés).	30/06/2020

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

- Fatores Intervenientes:**

Devido a atrasos nos fornecimentos de alguns contratos de equipamentos, houve a necessidade da reprogramação de pagamentos vinculados a esta ação para 2018, sem prejuízo ao atendimento dos cronogramas da ANEEL.

- Restos a pagar:**

Não se aplica.

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- Outras considerações:**

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa à realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da ELETROSUL, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção.

Todas as melhorias e reforços destinam-se ao aumento da capacidade de transmissão e a confiabilidade do SIN, oferecendo maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantém, ainda, a regularidade, a continuidade e a segurança na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, auxiliando, também, nos processos de recomposição do sistema, em caso de falhas. Estas melhorias e reforços acompanham a modernidade tecnológica para a conservação das instalações de transmissão, sempre em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os procedimentos de rede do ONS.

Ação 15CY – Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)

A implantação das instalações que compõem o lote A tem por objetivo viabilizar a conexão de futuros parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul e aliviar o carregamento das

transformações 230/69 KV da região central de Porto Alegre, garantindo o atendimento adequado a esta região com a necessária confiabilidade.

Os empreendimentos constantes do Lote A do Leilão 004/2014 são os seguintes:

- LT 525 KV Gravataí – Capivari do Sul, CS;
- LT 525KV Guaíba 3 – Capivari do Sul, CS;
- LT 230 KV Viamão 3 – Capivari do Sul, CS;
- SE 525/230kV-13,8kV e 230/138-13,8kV Capivari do Sul;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Guaíba 3, Gravataí e Viamão;
- LT 230kV Porto Alegre 8 – Porto Alegre 1 (subterrânea);
- LT 230kV Porto Alegre 12 (Jardim Botânico) – Porto Alegre 1 (subterrânea);
- LT 230kV Osório 3 – Gravataí 3; Seccionamento da LT 230 kV Osório 2 – Lagoa dos Barros na SE Osório 3;
- Seccionamento da LT 230 kV Passo Fundo – Nova Prata 2, C1 e C2, na SE Vila Maria;
- SE 230/69 kV Porto Alegre 1 (isolada à SF6);
- SE 230/138 kV Vila Maria; SE 230 kV Osório 3;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Porto Alegre 12, Porto Alegre 8 e Gravataí 3;
- LT 230 kV Livramento 3 – Alegrete 2;
- LT 230 kV Livramento 3 – Cerro Chato;
- LT 230 kV Livramento 3 – Santa Maria 3;
- Seccionamento da LT 230 kV Santa Maria - Maçambara, C1 e C2, na SE Maçambara 3;
- SE 230 kV Livramento 3 – Compensador Síncrono -90/+150 Mvar;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Maçambara 3, Santa Maria 3 e Cerro Chato; LT 525kV Santa Vitória do Palmar – Marmeiro, C2;
- LT 525kV Marmeiro – Povo Novo, C2;
- LT 525kV Povo Novo – Guaíba 3, C2; LT 525kV Guaíba 3 – Gravataí; LTs 230kV Guaíba 3 – Guaíba 2, CS, C1 e C2; LT 525kV Guaíba 3 – Candiota 2, CD, C1 e C2;
- LT 525kV Guaíba 3 – Nova Santa Rita, C2;
- Seccionamento da LT 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo na SE Guaíba 3;
- SE 525/230-13,8kV Guaíba 3;
- SE 525/230-13,8kV Candiota 2;
- Entradas de Linha e adequações nas SEs Gravataí, Santa Vitória do Palmar, Povo Novo e Nova Santa Rita e Guaíba 2.

Quadro 3.2.1.2.1.7 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15CY. 0043

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.15CY. 0043	Tipo: Projeto
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº004/2014, Lote A)	
Iniciativa	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº004/2014, Lote A) Código: 04UF	
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Código: 32225
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Financeira e Física		

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.000.000	0	0	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	1	1	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra**

Objetivando aumentar a competitividade na execução das obras do Lote “A”, haja vista o desafio de engenharia e alto valor envolvido no empreendimento, a Eletrosul elaborou Chamada Pública, em 2016, para obter parceiro(s) investidor(es), sendo selecionada a empresa Shanghai Electric.

Em 30/10/2017, foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho ANEEL nº 3.577, o qual decide aprovar o Plano de Transferência, apresentado pela Eletrosul como alternativa à extinção da concessão delegada pelo Contrato de Concessão 01/2015-ANEEL.

O prazo para entrada em operação comercial das instalações será de 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão 01/2015-ANEEL e o término da concessão ocorrerá 27 (vinte e sete) anos após o referido prazo

Neste sentido, a Eletrosul, Shanghai Electric e Clai Fund, que entrou posteriormente nas negociações para participar do empreendimento, assinaram o acordo estruturante que estabelece as condições detalhadas da parceria para a viabilização dos projetos que compõem o Lote A, em 17/11/17, no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS).

- Execução das metas:**

Em 2017 não houve gastos contabilizados como investimentos no referido empreendimento, e uma vez que a Eletrosul irá deter menos de 50% do empreendimento, a ação virá a ser encerrada após a transferência da outorga a SPE que será criada para implementar e administrar a concessão.

- Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo processo de busca de parceiros para desenvolver o empreendimento. Uma vez que a busca se mostrou exitosa e que a Eletrosul deterá menos de 50% da nova empresa, a perspectiva é de que a ação de investimento será encerrada junto a SEST/MPOG.

- Restos a pagar:**

Não se aplica.

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- Outras Considerações:**

Esta ação é específica para os empreendimentos do Lote A do Leilão ANEEL nº 004/2014, composto por sete novas Subestações, quatorze ampliações em Subestações, somando uma capacidade de transformação de 4.781 MVA. No conjunto de empreendimentos do Lote A, está previsto também a implantação de 1.531 km de Linha de Transmissão em circuito simples e 271 km de Linha de Transmissão em circuito duplo. Todos os empreendimentos estão localizados no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, com a entrada de novos parceiros para o empreendimento a participação da Eletrosul será reduzida a 31%, o que levará ao encerramento da ação de investimento junto a SEST/MPOG.

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação compreende investimentos para a manutenção do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.1.8 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.4471.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul	
Iniciativa	Manutenção do sistema de transmissão	Código: 01G2
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
5.885.000	8.200.000	4.842.074

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- ✓ Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- ✓ Indenização de Servidão/Benfeitorias/Danos em LTs em Operação;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torres na LT 230 kV Jorge Lacerda B - Siderópolis 1;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torre na LT 525kV Campos Novos - Nova Santa Rita;
- ✓ Atendimento a emergência/queda de torres nas LTs 138 kV Jupiá - Água Clara e Jupiá - Mimoso 2, 3 e 4;
- ✓ Substituição de Reator sinistrado - Reator 2 fase B - SE Gravataí.

- Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- ✓ Postergação de atividades para o próximo exercício;
- ✓ Fracasso em licitação; e
- ✓ Contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

3.2.1.2.2 Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone, energia elétrica, dentre outros, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.1 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4101.0040	Tipo:Atividade
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	
Título	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
3.326.450	3.500.449	17.847

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

- ✓ Aquisição de câmeras de segurança;

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram postergadas para exercícios posteriores as seguintes obras:

- ✓ Novo sistema anti-incêndio para o CPD e Edifício Sede;
- ✓ Modernização do Circuito Interno de TV da sede;
- ✓ Aproveitamento da Água da Chuva;
- ✓ Impermeabilização da Cobertura do Ed. Sede;
- ✓ Modernização do Sistema de Ar Condicionado do CPD

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.2 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4102.0040	Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
15.586.038	12.886.038	651.431

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

- ✓ Material bibliográfico;
- ✓ Equipamentos de som para auditório;
- ✓ Equipamentos e ferramentas para manutenção predial

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, ou processo licitatório em aberto deixaram de serem adquiridos, sendo postergados para exercícios posteriores:

- ✓ 10 Veículos pequenos;
- ✓ 02 Caminhonetes;
- ✓ Mobiliário específico para arquivo
- ✓ Mobiliário Corporativo

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
 Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 3.2.1.2.2.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040

Identificação da Ação		
Código	25.126.0807.4103.0040	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225	
Ação prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim) <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
27.071.184	27.047.184	3.428.505

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais, destaca-se:

- ✓ Equipamentos de informática (impressoras);
- ✓ Aquisição de filtro de conteúdo e antivírus
- ✓ Aquisição de notebooks;
- ✓ Contratação SNEP - *Software Livre de Telecomunicações baseado em Asterisk e GNU/Linux;*
- ✓ CFTV – apenas 4 equipamentos
- ✓ SWITCH PWE3 da família EDDs - *Ethernet Demarcation Device*
- ✓ Aquisição de Software e Licenças para manter os sistemas de informática atualizados.

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes aquisições:

- ✓ Aquisição de telefones IPs
- ✓ Equipamentos de informática – Monitores, computadores;
- ✓ Servidores, terminais;
- ✓ Licenças de *Software*;
- ✓ Central Telefônica
- ✓ *Storage*
- ✓ UCS (*gateway* de comunicação)
- ✓ CFTV;
- ✓ SAP - Sistemas, Aplicações e Programas em processamento de dados.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

3.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

As evidências de eventos que tenham relevância no desenvolvimento das ações estão sendo abordadas no item “Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade”.

3.2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 3.2.3.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2017

Unidade Concedente: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.							Posição em 31.12.2017			
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.										
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.		
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício				
1	1006120001	80629694000160	15.000,00	0	0	11.000,00	21/06/2012	20/06/2017		
1	80620112002	14473286000137	357.000,00	33.000,00	0	324.000,00	06/02/2012	05/02/2017		
1	84420120024	87612982000150	1.878.397,99	381.408,63	0	0	04/07/2012	31/12/2017		
1	1110130054	20320503000402	2.476.453,60	1.027.275,00	0	542.036,00	17/02/2014	16/02/2018		
1	1006130013	75732057000184	49.500,00	4.500,00	3.000,00	15.000,00	22/11/2013	20/11/2018		
1	1006130017	78200482000110	67.500,00	22.500,00	3.000,00	6.000,00	21/11/2013	20/11/2018		
1	1006130021	79372108000246	17.700,00	2.700,00	2.000,00	12.000,00	19/12/2013	18/12/2018		
1	1006130022	5945352000133	15.000,00	0	0	0	19/12/2013	18/12/2018		
1	1006130023	88830609000139	491.505,00	446.505,00	4.500,00	18.000,00	29/05/2014	29/05/2019		
1	1006130003	76282656000106	65.440,00	5.440,00	8.000,00	32.000,00	28/02/2013	28/02/2018		
1	1006130001	0079057000128	30.000,00	0	0	12.000,00	28/02/2013	28/02/2018		
1	1110140010	88630413000281	1.777.107,28	391.487,28	146.197,28	861.272,28	01/08/2014	31/07/2019		
1	1006130018	76417005000186	974.162,80	704.162,80	27.000,00	108.000,00	29/05/2014	28/05/2019		
1	1006130002	05997360000123	15.000,00	0	3.000,00	15.000,00	22/02/2013	21/02/2018		
Total			8.229.766,67	3.018.978,71	196.697,28	1.956.308,28				

LEGENDA

Modalidade:

Situação da Transferência:

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI/SETAD)

Quadro 3.2.3.2 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	1	196.697,30	370.634,00	631.930,00
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	1	196.697,30	370.634,00	631.930,00

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI/SETAD)

Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores:

Dos convênios apresentados no quadro 3.2.3.1, os convênios 1006120001, 8062112002 e 84420120024 tiveram sua vigência encerrada no exercício de 2017, com relação aos quais a Eletrosul participou como concedente. Para os demais convênios apresentados, não houve no exercício de 2016 Prestações de Contas Finais, apenas parciais.

Análise crítica por Convênio:

Convênio 1006120001:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio.

Convênio 80620112002:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio. A prestação de contas final ocorreu em 2016.

Convênio 84420120024:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio.

Convênio 1110130054:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio.

Convênio nº 1006130013

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização in loco permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio nº 1006130017

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Aguardamos a prestação de contas da 1ª parcela, desde 2013. Em função do exposto, não foram realizados novas transferências de recursos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões trimestrais de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados, o que permite o acompanhamento das metas, previstas no plano de trabalho e a efetiva aplicação dos recursos transferidos pelo Convênio, neste caso não tem funcionado por parte da prefeitura pela falta de estrutura e gestão do Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização de reuniões de avaliações dos projetos, trimestrais, facilita e permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130021:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente

feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130022:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio.

Convênio 1006130023:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130003:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130001:

No exercício de 2017 não houve repasse de recursos para este convênio.

Convênio 1110140010:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente

feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130018:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade das transferências realizadas.

a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

Convênio 1006130002:

No exercício de 2017 os recursos descentralizados no âmbito deste convênio foram aplicados regularmente na execução do seu objeto, assegurando a efetividade da transferência realizada.

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Resposta: Não aplicável.

- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Resposta: Não aplicável.

- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta: Os prazos estão sendo cumpridos conforme previsão do cronograma de planejamento, elaborado para o período de 5 anos.

- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Resposta: Os gastos, os pagamentos, e a relação dos bens adquiridos são evidenciados nos formulários padronizados, anexos aos respectivos relatórios de prestação de conta parcial e/ou final, que são apresentados, de forma obrigatória, a cada liberação de parcela do recurso.

- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta: São realizadas reuniões de avaliação dos projetos com a participação dos parceiros e beneficiados do projeto para melhoramento e/ou o acompanhamento das metas do plano de trabalho, anexo do respectivo Convênio.

- f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Resposta: A sistematização para a prestação de contas de cada parcela repassada do recurso, as de reuniões de avaliações dos projetos, e a fiscalização *in loco* permite um controle eficiente e eficaz.

3.2.4 Informações sobre a Realização da Receitas

Quadro 3.2.4.1 Principais Fontes Próprias de Receita

Grupo de Receitas (Valores em R\$)	Realizado 2017	Realizado 2016	Var. 2017/2016
Receitas	3.358.919.029	1.884.509.811	78,2%
Operacional	2.239.524.074	1.671.786.078	34,0%
<i>Comercialização</i>	358.122.520	257.194.142	39,2%
<i>Geração</i>	593.289.827	428.415.072	38,5%
<i>Transmissão</i>	1.225.772.413	927.563.444	32,1%
<i>Prestação de Serviços</i>	57.287.477	40.965.840	39,8%
<i>Outras</i>	5.051.837	17.647.580	-71,4%
Não Operacional	1.119.394.955	212.723.733	426,2%
<i>Desativações e Alienações</i>	957.160.196	209.911	455883,8%
<i>Renda de Aplicação Financeira</i>	51.861.668	34.549.641	50,1%
<i>Indenizações - Prorrog. Concessões</i>	0	0	-
<i>Lei 8.727/93</i>	60.253.453	135.272.200	-55,5%
<i>Dividendos e JCP</i>	16.392.722	18.033.108	-9,1%
<i>Renda de Repasse LP</i>	73.567	204.774	-64,1%
<i>Outras Receitas não Operacionais</i>	33.653.349	24.454.099	37,6%
Recursos P/ Aumento Pat. Líquido	0	0	-
Retorno Financiamento de Longo Prazo	37.762.857	1.349.759	2697,7%
Recursos de Financiamentos de LP	690.000.000	4.287.014	15995,1%
<i>Operações Internas - Moeda</i>	690.000.000	4.287.014	15995,1%
<i>Operações Internas - Bens e Serviços</i>		0	-
<i>Operações Externas - Moeda</i>		0	-
<i>Operações Externas - Bens e Serviços</i>		0	-
Recursos de Financiamentos de CP	0	250.000.000	-100,0%
Outras Fontes	0	0	-
Total de Recursos	4.086.681.886	2.140.146.584	91,0%

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2017 – Regulatório.

3.2.4.1 Análise crítica da realização das receitas

A realização dos recursos apresentou um aumento de 91,0% em relação ao ano de 2016. Esse aumento foi impulsionado pelas Receitas Não Operacionais e pelos Recursos de Financiamentos de Longo Prazo, que apresentaram variação positiva de 426,2% e 15995,1%, respectivamente.

Ressalta-se, para fins de informação, que todas as rubricas que compõem os recursos apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento.

As rubricas que apresentaram variação significativa, quando comparado ao ano anterior, foram:

- a) **Receita Operacional (34,0%)** – A variação desta rubrica foi impactada principalmente pelo aumento nas Receitas de Comercialização, Geração e Transmissão. As receitas de geração e comercialização dos Parques Eólicos e a apropriação mensal da parcela referente à indenização – RBSE, na receita de transmissão, contribuíram positivamente para esse aumento.
- b) **Receita Não Operacional (426,2%)** – O aumento significativo refere-se à transferência de ativos (SPEs), no valor de R\$ 957 milhões, para a Eletrobras. As rendas de aplicações financeiras também apresentaram aumento em função do contingenciamento orçamentário e uma maior disponibilidade.
- c) **Retorno de Financiamento de Longo Prazo (2697,7%)** – A variação apresentada é explicada pelo retorno do financiamento, no valor de R\$ 36,5 milhões, concedido à empresa TSLE – Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
- d) **Recurso de Financiamento de Longo Prazo (15995,1%)** – O aumento verificado corresponde à captação de recursos através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC, no valor de R\$ 690 milhões, operação administrada pela CEF.

3.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas

As informações sobre a execução orçamentária da despesa destacam-se por modalidade de contratação e por grupo orçamentário.

3.2.5.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

A Eletrosul por não ser uma empresa da administração direta não possui fase de liquidação, adaptando este quadro e considerando sua principal fase de realização, a econômica.

Quadro 3.2.5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico (em R\$)	
	2017	2016
Modalidade de Licitação	159.633.337	182.298.943
Convite	1.710.402	155.677
Tomada de preços	2.668.583	968.868
Concorrência	16.616.945	50.860.666
Pregão	138.637.407	130.313.732
Contratações Diretas	46.308.491	53.284.161
Dispensa	35.952.078	48.851.459
Inexigibilidade	10.356.413	4.432.702
Pagamento de Pessoal	489.496.430	404.168.800
Pessoal, Encargos e Benefícios	414.879.789	394.002.099
Programa de Desligamento	63.048.164	-
Diárias	11.568.477	10.166.701
Outros	3.282.358.783	1.882.766.366
Inversões Financeiras	197.805.937*	447.389.426
Serviço da Dívida	1.712.948.641	665.226.432
Tributos e Encargos Parafiscais	333.531.825	193.514.755
Compra de Energia	409.729.567	283.686.265
Indenizações	1.807.396	2.030.155
Dividendos/PLR	177.543.000	71.711.877
TUST/TUSD	20.652.084	19.735.585

Contencioso Judicial/Trabalhista	54.269.243	43.465.727
Demais Pagamentos	374.071.091	156.006.144
Total	3.977.797.041	2.522.518.270

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC) e Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)

* Inversões Financeiras - Informamos que diferença na rubrica de Inversões financeiras com o valor informado pela contabilidade, é devido ao sistema da SEST não permitir lançamentos negativos, por essa razão, o valor de R\$ 36,5 milhões, foi considerado na rubrica de retorno de financiamento de longo prazo (Receita).

3.2.5.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 3.2.5.2.1 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	Realizado 2017	Realizado 2016	Var. 2017/2016
Pessoal e Encargos Sociais	465.465.551	378.422.519	23,0%
Serviços de Terceiros	121.937.394	120.846.172	0,9%
Utilidades e Serviços	3.966.411	3.987.578	-0,5%
Materiais e Produtos	419.562.037	313.616.716	33,8%
Tributos e Encargos Parafiscais	333.531.825	193.514.755	72,4%
Juros e Outros	410.118.313	438.430.243	-6,5%
<i>Operações Internas</i>	120.092.614	155.731.501	-22,9%
<i>Outras Fontes</i>	290.025.699	282.698.741	2,6%
Outros Dispêndios Correntes	239.485.621	213.718.301	12,1%
Total Despesas Correntes	1.994.067.152	1.662.536.284	19,9%
Investimento	97.228.324	140.055.049	-30,6%
Inversões Financeiras	197.805.937	447.389.427	-55,8%
Amortização de Principal	1.302.830.628	226.796.189	474,4%
<i>Operações Internas</i>	167.607.352	170.869.444	-1,9%
<i>Outras Fontes</i>	1.135.223.276	55.926.745	1929,8%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	-
Dividendos	135.865.000	45.741.321	197,0%
Total Despesas de Capital	1.733.729.889	859.981.986	101,6%
Total Despesas	3.727.797.041	2.522.518.270	47,8%

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

* Inversões Financeiras - Informamos que diferença na rubrica de Inversões financeiras com o valor informado pela contabilidade, é devido ao sistema da SEST não permitir lançamentos negativos, por essa razão, o valor de R\$ 36,5 milhões, foi considerado na rubrica de retorno de financiamento de longo prazo (Receita).

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2017 – Regulatório.

3.2.5.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

3.2.5.4 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta.

3.2.5.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta.

3.2.5.6 Análise crítica da realização da despesa

A execução orçamentária das despesas apresentou um aumento de 47,8% em relação ao ano de 2016. Essa variação reflete, basicamente, um aumento significativo nos Dispêndios de Capital.

Ressalta-se, para fins de conhecimento, que todas as rubricas que compõem os dispêndios apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento.

As Despesas Correntes apresentaram um aumento de 19,9% quando comparadas ao ano anterior, onde as rubricas que contribuíram para essa variação foram:

- a) **Pessoal e Encargos Sociais (23,02%)** – A variação apresentada deve-se a provisão do PAE – Programa de Aposentadoria Especial executado em 2017.
- b) **Materiais e Produtos (33,8%)** – Aumento verificado, principalmente na rubrica Compra de Energia, para atender os contratos dos Parques Eólicos (Hermenegildo I a III e Chuí IX) e Hidrelétricas (Teles Pires e Jirau).
- c) **Tributos e Encargos Parafiscais (72,4%)** – Aumento em função de uma maior realização de impostos sobre as receitas e dos impostos e contribuições sobre o resultado.
- d) **Juros e Outros / Operações Internas (-22,9%)** – O decréscimo apresentado é explicado pela redução nos encargos e juros referentes aos contratos com o BB, CEF e BNDES, que são corrigidos pela TJLP e CDI.
- e) **Outros Dispêndios Correntes (12,1%)** – O aumento verificado deve-se ao valor apurado no contrato de permissão de uso de infraestrutura em fibra ótica, com a Telefônica, além da apropriação do custo do investimento baixado referente à Eólica Hermenegildo III.

As Despesas de Capital sofreram uma variação positiva de 101,6% quando comparado ao ano de 2016. Neste contexto, destacam-se as rubricas que apresentaram variação significativa:

- a) **Investimento (-30,6%)** – A baixa realização nas Ações dos segmentos de Geração e Infraestrutura, a busca por parceiros para execução do empreendimento relativo ao Leilão Aneel nº 004/2014 – Lote A, o contingenciamento no orçamento, associados à frustração dos recursos de terceiros previstos para o ano, foram fatores relevantes que contribuíram para um decréscimo na realização dos investimentos, no ano de 2017.
- b) **Inversões Financeiras (-55,8%)** – A frustração dos recursos de terceiros previstos para o ano e o processo de transferência de ativos (SPEs) à Eletrobras, foram fatores determinantes para a queda na realização orçamentária da rubrica.

- c) **Amortização / Outras Fontes (1929,8%)** – A variação expressiva é explicada pela amortização dos contratos de financiamento com a Eletrobras, em contrapartida a transferência de ativos (SPEs).
- d) **Dividendos (197%)** – Provisão da distribuição de dividendos na ordem de R\$ 135,9 milhões.

3.3 Desempenho Operacional

A Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) apresenta mensalmente ao Conselho de Administração da Eletrosul o relatório de indicadores de desempenho operacional, intitulado Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), com o objetivo de promover o monitoramento, controle e definição de providências necessárias em caso de descumprimento de metas.

Os resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional, incluindo análise comparativa dos índices previstos, estão descritos a seguir:

Quadro 3.3.1 Indicadores de Desempenho (CMDE)

Denominação	Meta Prevista	Sentido Melhor Desempenho	Realizado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Relação dos Custos com PMSO na ROL	46,71%	⬇️	34,6%	Anual	PMSO Clássico/ ROL Ajustada
Custos com PMSO com relação aos Custos com PMSO Regulatório	1,03	⬇️	0,94	Anual	PMSO Clássico/ PMSO Regulatório
Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado	7,00	⬇️	3,05	Anual	Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado
Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido	5,2%	⬆️	5,8%	Anual	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido
Percentual de Realização de Investimentos	90%	⬆️	117,1%	Anual	Investimento Realizado/ Investimento Aprovado
Margem percentual do EBITDA	27,0%	⬆️	46,4%	Anual	EBITDA Ajustado/ ROL Ajustada
Relação dos Gastos c/Energia comprada p/ revenda + saldo combustíveis na ROL Ajustada	21,30%	⬇️	16,6%	Anual	(E+C) / ROL Ajustada
Índice de Disponibilidade de Geração Relativa	1,00	⬆️	1,016	Anual	$\frac{(1 - \text{TEIFa}) \times (1 - \text{TEIP})}{(1 - \text{TEIFRef}) \times (1 - \text{TEIPRef})}$
Índice de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão	99,85%	⬆️	99,895%	Anual	$\text{Indicador de Disponibilidade} = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{\text{exUT}_i}{100} \times \text{Hd}_i}{\sum_{i=1}^n \frac{\text{exUT}_i}{100} \times \text{Hp}_i} \times 100 [\%]$
Parcela Variável	2,85%	⬇️	0,948%	Anual	$PV = PVI + PVRO + \text{Parcela}_{\text{Atraso de Obra}}$ $PV\% = \frac{PV}{PB}$
Índice de Desempenho do ProERP	1,00	⬆️	1,00	Anual	Avanço Físico Realizado/ Avanço Físico Planejado

Remediação de deficiências Significativas	80,00		100,00	Anual	Número de Deficiências Significativas solucionadas X 100 / Total de Deficiências Significativas identificadas
Eficiência da Remediação de Deficiências	90,00		100,00	Anual	Número de deficiências remediadas x 100 / Total de deficiências de controles
Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Econômica	66,50		62,30	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Econômico-Financeira)
Pontuação no ISE Bovespa - Dimensão Social	70,20		67,48	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)
Pontuação no ISE Bovespa Dimensão Ambiental	63,60		63,60	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)
Pontuação no ISE Bovespa - Dimensão Mudanças Climáticas	68,70		72,00	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Mudanças Climáticas)
Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Geral	63,7		66,56	Anual	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Geral)
Pesquisa de Clima Organizacional - Satisfação dos Colaboradores	N/A		N/A	Bianual	Valor obtido na Pesquisa de Clima Organizacional

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

A análise crítica do resultado destes indicadores bem como as eventuais dificuldades enfrentadas pela Eletrosul para seu atingimento serão melhor abordadas no item 3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho a seguir abordados.

3.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE):

Relação dos Custos com PMSO na ROL Ajustada.

Objetivo da Meta: Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto menor melhor 

Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação dos Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da Empresa. As avaliações futuras dos indicadores de desempenho são baseadas nos resultados atuais da empresa, desta forma são levados em consideração apenas receitas ou custos que fazem parte das operações regulares da empresa, excluindo-se receitas ou custos não recorrentes ao processo como: itens pouco frequentes ou eventuais, itens extraordinários e perdas associadas a operações não regulares.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
46,71	34,6

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
56,1	27,6

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil

Análise Crítica: O resultado evidencia o atingimento da meta. Destaca-se que o montante provisionado relativo ao PAE, de R\$ 63 milhões (incentivo + previsões de gastos médicos), foi incluído em "provisões", ou seja, não altera os gastos gerenciáveis de Pessoal. O resultado da ROL também foi influenciado positivamente pela performance da Comercialização de Energia Elétrica.

Custos com PMSO com relação aos custos com PMSO Regulatório

Objetivo da Meta: Reduzir gastos com PMSO em relação à referência dos Custos do PMSO Regulatório.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação entre os Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) e os Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) avaliados de ativos de geração e transmissão com projeção não linear de custos para o período avaliado. Com relação às SPE são considerados os ativos cuja participação da empresa seja igual ou superior a 50%.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
1,03	0,94

Esse indicador passou a fazer parte dos Indicadores de avaliação de desempenho da Eletrosul a partir de 2017, portanto não há período anterior avaliado a ser apresentado.

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil

Análise Crítica: O resultado evidencia o atingimento da meta.

Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado

Objetivo da Meta: Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional.

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Ele mede a quantidade de tempo (em anos) para a quitação do endividamento líquido.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
7,00	3,05

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
8,00	1,70

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: O resultado apurado evidencia o atingimento da meta, notadamente pelo aumento do EBITDA e pela redução do estoque da dívida da Empresa.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Objetivo da Meta: Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor **↑**

Revela quanto à empresa teve de lucro líquido (prejuízo líquido) para cada Real de capital próprio. Trata-se de um indicador clássico de lucratividade para a análise de qualquer tipo de empresa.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
5,2	5,8

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
2,9	20

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: Em dezembro a Eletrosul apresenta lucro líquido acumulado, gerado principalmente por:

- i) reversão do impairment;
- ii) resultado com equivalência patrimonial positivo, influenciado basicamente pelo resultado das SPEs Santa Vitória do Palmar, Livramento e Chuí, que, após adesão ao MCSD (descontratação dos CCEARs), passaram a vender a energia em contratos bilaterais e/ou liquidação na CCEE a preços superiores aos contratos firmados com as distribuidoras no ACR;
- iii) combinação de negócios e transferência de ativos para a Eletrobras, cujo efeito bruto registrado no resultado foi de R\$ 108 milhões. Destaca-se que parte do efeito (ganho na alienação de R\$ 29 milhões já descontados os tributos), foi registrado no Patrimônio Líquido; e
- iv) resultado positivo na comercialização de energia.

Realização dos Investimentos

Objetivo da Meta: Aumentar o nível histórico de realização dos Investimentos.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor 

Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
90,0	117,12

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
90,0	63,7

Periodicidade: Meta anual. A realização de investimento da empresa está associada ao cumprimento do planejamento do investimento que a empresa se propôs a cumprir durante o ano de acordo com suas estratégias registradas no PNG de cada empresa.

Análise Crítica: Em outubro de 2017 foi realizado um aporte de R\$ 76,6 milhões na ESBR em decorrência da questão judicial envolvendo essa SPE e a Camargo Corrêa, motivo pelo qual o valor de investimentos previsto no plano de negócios para 2017 extrapolou em R\$ 43 milhões, uma realização de R\$ 295 milhões frente ao valor projetado de R\$ 252 milhões.

No entanto, no Programa de Dispêndios Globais - PDG, o valor projetado foi revisto para R\$ 633 milhões de forma a incluir esse montante aportado na SPE entre outros. Assim o percentual de realização em comparação ao projetado no plano de negócios ficou em 117% e desconsiderando o aporte na ESBR a realização seria de 87%.

Cabe lembrar que o orçamento aprovado no PNG para o ano de 2017 é inferior ao valor aprovado para o PDG.

Margem % do EBITDA

Objetivo da Meta: Aumentar a Margem% do EBITDA frente à Receita Operacional Líquida.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor 

Expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e amortização e a equivalência patrimonial, a margem do Ebitda pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
27	46,42

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
49,8	73,5

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: O resultado apurado evidencia o atingimento da meta, principalmente pelo aumento do EBITDA e da ROL.

Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Econômica

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho econômico, segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos econômico-financeiros, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, divididos em um conjunto de instrumentos que permitem identificar a capacidade de respostas de curto, médio e longo prazo para as oportunidades e riscos corporativos, a estrutura de gestão dos seus ativos e a gestão do desempenho.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
66,5	62,3

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
54,4	56,0

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado do ISE BOVESPA

Análise Crítica: Nesta dimensão, o questionário avalia os processos de planejamento estratégico, a gestão dos ativos intangíveis e qualifica a empresa em relação aos riscos diversos. Há, também

nesta dimensão, os critérios relacionados ao desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados. A meta do CMDE para 2017 era de 62,3 pontos, tendo obtido o resultado de 66,5 pontos, ou seja, 6,74% acima da meta.

Relação dos Gastos c/Energia comprada p/ revenda + saldo combustíveis na ROL Ajustada

Objetivo da Meta: Tem a finalidade de quantificar a relação dos custos operacionais com Energia Comprada para Revenda e saldo de Combustível para Produção de Energia Elétrica na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da empresa.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Expressa a relação dos gastos com energia comprada para revenda e o saldo com combustível na receita operacional líquida (ROL) ajustada.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
21,30%	16,62%

Esse indicador passou a fazer parte dos Indicadores de avaliação de desempenho da Eletrosul a partir de 2017, portanto não há período anterior avaliado a ser apresentado.

Periodicidade: Meta anual, apurado de acordo com o resultado contábil.

Análise Crítica: Em dezembro o preço médio de venda no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Energia Convencional e Incentivada 50% e 80%) foi de R\$ 227,69/MWh, enquanto que o preço médio de compra foi de R\$ 200,22/MWh.

A partir de abril/17 e até dezembro/17 foram adquiridos pela Controladora Eletrosul montantes de energia adicionais da UHE Teles Pires e das Eólicas Hermenegildo I, II e III e Chuí IX, consequência da descontratação da energia vendida por essas usinas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), por meio do Mecanismo de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD A-0).

Pesquisa de Clima Organizacional - Satisfação dos Colaboradores

Objetivo da Meta: Aumentar o nível de satisfação dos colaboradores.

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

O índice de satisfação dos colaboradores (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa Unificada realizada periodicamente pela área de Recursos Humanos em todas as empresas Eletrobras, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
N/A	N/A

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
N/A	N/A

Periodicidade: Meta bianual, de acordo com o resultado da Pesquisa de Clima Organizacional

Análise Crítica: Não houve Pesquisa de Clima em 2017 nem em 2016.

Pontuação no ISE Bovespa - Dimensão Social

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho social segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Social do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da gestão dos aspectos sociais, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em desenvolvimento do bem-estar social, mecanismos para atuar socialmente, as políticas sociais e a resposta das empresas perante problemas ou desafios de natureza social .

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
70,20	67,48

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
61,0	70,2

Periodicidade: Meta anual, de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: São avaliados critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação (raça, cor, gênero, orientação sexual etc); critérios de conduta empresarial, ética e relações com o público interno (empregados) e externo (comunidade). Há critérios que formalizam as relações com os fornecedores e parâmetros para medir o quanto a empresa influencia e exige os mesmos padrões éticos em sua cadeia de suprimentos, por meio de avaliação sistemática de seus fornecedores; existem nesta dimensão, também indicadores de avaliação das demandas e satisfação dos clientes, bem como, indicadores de desempenho e cumprimento legal na esfera social (clientes, consumidores e fornecedores). A meta estabelecida no CMDE para 2017 era de 70,2 pontos, todavia o resultado foi de 67,5 pontos.

Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Ambiental

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho ambiental para segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Ambiental do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos ambientais, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em aspectos gerenciais, operacional e de cumprimento legal.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
63,60	63,60

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
53,30	60,20

Periodicidade: Meta anual, apurada de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Nesta dimensão, verifica-se a existência de política corporativa ambiental; analisam-se critérios de responsabilidade socioambiental, bem como, gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais. Há critérios que também avaliam o posicionamento da empresa, no tocante ao consumo de recursos e emissão de resíduos e, finalmente, critérios relacionados ao cumprimento legal dos quesitos ambientais. Para esta dimensão a meta estabelecida foi de 63,7 pontos, sendo o resultado de 2017 da Empresa foi o mesmo da Meta.

Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado a alterações climáticas segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Mudanças Climáticas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos das mudanças climáticas, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em aspectos compromisso, abrangência, política, responsabilidade, mitigação e sistema de gestão.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
68,70	72,00

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
51,00	67,00

Periodicidade: Meta anual, apurada de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Nesta dimensão é verificado se existe uma política corporativa que contenha os compromissos, a abrangência e a divulgação do tema Mudanças Climáticas; no critério gestão, são avaliados o planejamento/gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões, sistemas de gestão e diálogo com partes interessadas; resultados e nível de abertura das informações sobre o tema. A meta pretendida do CMDE para 2017 era de 68,7 pontos, sendo que a Empresa obteve 72 pontos, ou seja 4,80% acima do estabelecido.

Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Geral

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado à sustentabilidade segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

É o resultado da avaliação sobre a gestão dos aspectos estratégicos, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, abordados por meio do compromisso com o desenvolvimento sustentável, dos compromissos voluntários, com as partes interessadas, remuneração dos administradores, cadeia de valor e ética e transparência.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
63,70	66,56

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
N/A	N/A

Periodicidade: Meta anual, apurada de acordo com o resultado do ISE BOVESPA.

Análise Crítica: Esta dimensão avalia a existência e a consolidação das seguintes práticas organizacionais: Comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável e perante

acordos globais; Transparéncia; Elaboração de Relatório de Sustentabilidade; Divulgação da remuneração dos administradores; Planejamento Estratégico; e Compromisso formal de combate à corrupção. Para esta dimensão a meta estabelecida foi de 63,7 pontos. No resultado da avaliação do ISE o desempenho da Empresa foi de 66,56 pontos, ficando 4,49% acima da Meta.

Índice de Desempenho do ProERP

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado à implantação do Projeto ProERP.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

A avaliação do avanço físico do programa ProERP nas empresas Eletrobras permite avaliar continua e simultaneamente o progresso da implantação do ERP padronizado nas empresas Eletrobras. Os valores do avanço físico ERP e a responsabilidade de reavaliações do cronograma caberão a Holding com proposta alinhada com cada uma das empresas.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
1,00	1,00

Esse indicador passou a fazer parte dos Indicadores de avaliação de desempenho da Eletrosul a partir de 2017, portanto não há período anterior avaliado a ser apresentado.

Periodicidade: Meta anual, cujo avanço físico do ERP e a responsabilidade de reavaliações do cronograma caberão à Eletrobras *holding*.

Análise Crítica: O resultado evidencia o atingimento da meta. A Eletrosul vem atendendo todas as demandas da coordenação geral do ProERP-IU, disponibilizando toda estrutura necessária para os empregados da Eletrosul participarem das atividades referentes ao projeto.

A Eletrosul prossegue com as atividades internas de saneamento de dados dos sistemas de Gestão de Ativos além de atividades de planejamento para o saneamento e carga dos dados de outros macroprocessos.

Controle de Remediação de Deficiências

Objetivo da Meta: Melhorar o grau de eficiência na solução do total das deficiências entre todas as deficiências identificadas.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor 

A partir de um controle efetivo é possível minimizar erros nos processos e inibir fraudes, ameaças, vulnerabilidades e exposições.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
90,00	100,00

Esse indicador passou a fazer parte dos Indicadores de avaliação de desempenho da Eletrosul a partir de 2017, portanto não há período anterior avaliado a ser apresentado.

Periodicidade: Meta anual.

Análise Crítica: O resultado evidencia o atingimento da meta.

Remediação de Deficiências Significativas

Objetivo da Meta: Melhorar o grau de solução na remediação das deficiências significativas dentre o total de deficiências significativas identificadas.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor \uparrow

A partir de um controle efetivo é possível minimizar erros nos processos e inibir fraudes, ameaças, vulnerabilidades e exposições.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
80,00	100,00

Esse indicador passou a fazer parte dos Indicadores de avaliação de desempenho da Eletrosul a partir de 2017, portanto não há período anterior avaliado a ser apresentado.

Periodicidade: Meta anual.

Análise Crítica: O resultado evidencia o atingimento da meta.

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Objetivo da Meta: Reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão (PVI).

Fórmula = PV/PB

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor \downarrow

Definições:

- **PV** – Parcela Variável
- **PB** – Pagamento Base da função transmissão.

Demonstra, em termos percentuais, o valor descontado da receita de transmissão por indisponibilidades no sistema de transmissão da Eletrosul, sendo uma penalidade imposta pela Aneel.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
2,85	0,95

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
2,85	0,91

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador PVI acumulado de 2017 permaneceu acima da meta pactuada.

Índice de Disponibilidade de Geração (DISPGR)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Geração para todas as usinas da empresa

$$\text{Fórmula} = \frac{(1-\text{TEIFa}) \times (1-\text{TEIP})}{(1-\text{TEIF Ref}^*) \times (1-\text{TEIP Ref})}$$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto maior melhor \uparrow

Definições:

- **TEIFa** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade forçada
- **TEIP** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade programada
- **TEIP Ref e TEIF Ref** – Valores de TEIP e TEIF estabelecidos como referência.

Este indicador expressa o período em que as unidades geradoras estão aptas a gerar energia, quando considerado determinado intervalo de tempo.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
1,000	1,016

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
0,990	0,996

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador DISPGR acumulado de 2017 foi estimado em 1,016.

Índice de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão (DISPOLT)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão

Fórmula = Indicador de Disponibilidade =
$$\frac{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right)}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hp}_i \right)} \times 100 [\%]$$

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor \uparrow

Definições:

- **extLT_i** - Extensão total do circuito da linha de transmissão “i” em quilômetros
- **Hd_i** - N° de horas disponíveis do circuito da linha de transmissão “i”
- **Hp_i** - N° total de horas de existência do circuito da linha de transmissão “i” no período considerado
- **N** - N° total de circuitos de linhas de transmissão, sendo “i” o contador do número de circuitos de linhas de transmissão.

A disponibilidade de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado.

META ANUAL 2017	REALIZADO ANUAL 2017
99,85	99,89

META ANUAL 2016	REALIZADO ANUAL 2016
99,75	99,69

Periodicidade: Meta anual, com acompanhamento realizado mensalmente.

Análise Crítica: O indicador DISPOLT acumulado de 2017 ficou acima da meta pactuada.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em que apresenta sua Alta Administração, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A empresa conta, ainda, com a atuação de seu Conselho Fiscal, órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul, verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários.

A governança corporativa da Eletrosul vem sendo aprimorada com base no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), incorporando valores de desenvolvimento sustentável, aspectos de responsabilidade social e ambiental com as partes interessadas e critérios de excelência de gestão exigidos pelo mercado e pela sociedade em geral, uma vez que suas práticas de gestão impactam na valorização da *Holding Eletrobras*.

Assembleia Geral dos Acionistas

A Assembleia Geral dos Acionistas é convocada e instalada de acordo com a legislação pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul.

A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher e por um secretário escolhido entre os presentes.

Tem poderes para decidir sobre todos os negócios da Empresa e adotar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e o seu desenvolvimento.

Conforme prevê o Estatuto Social vigente em 2017, a Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede da Eletrosul para:

I-Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
II-Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
III-Eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

I-alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
II-operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
III-permuta de ações ou outros valores mobiliários;
IV-reforma do Estatuto Social e;
V-outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração têm os mesmos deveres dos administradores, de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76, e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo ou com violação da Lei ou do Estatuto Social.

O mais alto órgão de governança da Empresa, o Conselho de Administração da Eletrosul, é integrado por até seis membros, eleitos pela Assembleia Geral, quatro dos quais são indicados pela Eletrobras. Dentre os membros do Conselho da Administração, um é escolhido Diretor-Presidente da Eletrosul.

Um dos membros é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e outro membro é eleito pelos empregados, escolhido por voto direto em eleição da qual participam empregados efetivos.

O Conselho tem a função de delegar à Diretoria Executiva autoridade para a gestão dos negócios, incluindo temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social, e tem a função de dar direcionamento estratégico, orientar e acompanhar os resultados dos principais programas e projetos aprovados.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrosul, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, conforme estatuto social da empresa, cabe também ao Conselho de Administração:

- I—Estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- II—Autorizar a Eletrosul a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- III—Autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- IV—Autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- V—Eleger e destituir Diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- VI—Deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Eletrosul, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho da Administração da Eletrobras;
- VII—Aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para copor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- VIII—Aprovar a estrutura organizacional da Eletrosul;
- IX—Monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- X—Aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- XI—Autorizar a Eletrosul a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- XII—Escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- XIII—Elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno da Eletrosul;

XIV–Deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Eletrosul em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XV–Deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XVI–Deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

XVII–Autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;

XVIII–Convocar as Assembleias Gerais;

XIX–Autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

XX–Deliberar sobre o afastamento dos Diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;

XXI–Avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;

XXII–Aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;

XXIII–Deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente o último exercício social encerrado;

XXIV–Aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio do qual a Eletrosul se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;

XXV–Decidir os casos omissos neste Estatuto.

Presidência e Diretorias

A Diretoria Executiva é um dos órgãos responsáveis pela Administração da Empresa, conforme definido no Estatuto Social da Eletrosul. A Diretoria Executiva da Eletrosul é composta por 4 Diretorias (Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação) e uma Presidência, sendo que as responsabilidades inerentes a cada um desses órgãos estão descritas nas Normas Organizacionais de cada Diretoria e da Presidência. Cada Diretoria, incluindo a Presidência possui

As Diretorias e a Presidência são os órgãos responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle de atividades específicas de suas áreas de atuação.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado, de caráter permanente, tem suas funções previstas em Lei e no Estatuto Social da Empresa.

Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos administradores, de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76, e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da Lei ou do Estatuto Social.

É composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela

legislação vigente. No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o Presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituto.

Este Conselho se reúne, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente da Eletrosul ou de qualquer de seus membros, e as reuniões serão registradas em “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”.

É responsável pela fiscalização dos atos da alta administração da Empresa e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

I – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V – opinar sobre o regulatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Eletrosul;

VII – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Eletrosul, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Eletrosul;

VIII – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX – analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI – exercer atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Eletrosul;

XII – assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que deliberar sobre assuntos os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;

XIII – fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e

XIV – examinar o plano de auditoria interna.

Órgão de Assessoramento

Todos os órgãos de assessoramento possuem suas atribuições e responsabilidades descritas nas Normas Organizacionais de suas áreas.

Os Órgãos de Assessoramento prestam assessoramento ao Conselho de Administração, à Presidência e às Diretorias na formulação de estratégias e planos de ação. Na Empresa possuímos os seguintes órgãos de Assessoramento: Auditoria, Coordenarias de Gestão, Secretaria Geral e Ouvidoria.

Além dos Órgãos de Assessoramento, a Eletrosul possui órgãos que compõem a **Administração Intermediária e a Administração Operacional**, órgãos que possuem atribuições e responsabilidades descritas nas Normas Organizacionais de suas áreas, formalmente aprovados pela Diretoria Executiva. Esses órgãos estão organizados por meio de departamentos responsáveis pela operacionalização dos programas de trabalho; e divisões, coordenadorias e/ou centros regionais de manutenção/operação que executam os planos de trabalho previamente estabelecidos referentes às suas atividades específicas – vide Subcapítulo 2.4 Organograma deste Relatório de Gestão.

Auditória

A Auditoria Interna, vinculada estatutariamente ao Conselho de Administração, possui suas atribuições e competências estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo referido Colegiado. A Auditoria também possui suas responsabilidades e atribuições descritas em Norma Organizacional.

Suas atividades são realizadas com base nas melhores práticas de auditoria, preconizadas internacionalmente, e estão previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da Eletrosul e à Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do Relatório Mensal de Atividades da Auditoria, e, anualmente, por meio do Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

Ouvidoria

A Ouvidoria Geral, vinculada administrativamente à Presidência da Eletrosul e funcionalmente ao Conselho de Administração da Empresa, mantém canal de relacionamento pessoal e interativo com os públicos interno e externo, com o propósito de receber, analisar e encaminhar reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações decorrentes de procedimentos da atuação da empresa, com o objetivo de buscar soluções a estas com a maior brevidade possível, sempre observando os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Desde agosto de 2017, as denúncias passaram a ser recebidas por um canal externo de denúncias das empresas Eletrobras, sendo uma ferramenta específica e oficial para o recebimento de denúncias relativas a fraudes, corrupção ou outro tipo de irregularidade. O tratamento das manifestações é realizado pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI), responsável pelo processo de Gestão e tratamento das denúncias, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos internos e da transparência.

A Ouvidoria Geral da Eletrosul atua também em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União, atende as exigências da Lei Sarbanes-Oxley, e está igualmente comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

Comitês e Comissões de Apoio

- Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul (CSEE)**

O Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul foi criado por meio de Resolução do Conselho de Administração em 28/06/2007. Possui Regimento Interno que estabelece o objetivo, as atribuições e a composição desse Comitê.

Vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, tem objetivo de assessorar a Alta Administração nos assuntos relacionados com a sustentabilidade da Empresa, nas

dimensões econômica, social e ambiental, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com as partes interessadas e na imagem da empresa, bem como fomentar a aplicação da Política de Sustentabilidade das empresas Eletrobras.

- **Comitê de Segurança da Informação e Comunicações Eletrosul**

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Eletrosul foi criado pela Diretoria Executiva em 05/06/2014, por meio da Resolução de Diretoria Executiva, cuja composição foi alterada por meio da Resolução da Diretoria Executiva em 14/06/2016.

O Comitê é composto por empregados representantes de cada uma das cinco Diretorias da Empresa e pela área de conformidade da empresa.

Tem a função de assessorar a Diretoria Executiva e propor normas para a implementação das ações de segurança da informação e comunicações da Eletrosul, formulando e conduzindo diretrizes para a Política de Governança de Tecnologia da Informação.

- **Comitê de Investimentos e Negócios da Eletrosul - CIE**

Ao CIE compete prover suporte à Alta Administração, por intermédio de análises e pareceres relativos à viabilidade de projetos de investimentos e desinvestimentos da Eletrosul, corporativos e/ou em parcerias, adoção de medidas estratégicas que refletem na receita e/ou no custeio a Empresa, bem como na participação em outros negócios correlacionados com o seu objeto social, observados os limites de competência de aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

O Comitê de Investimentos da Eletrosul foi criado pela Diretoria Executiva em 13/09/2006, por meio da Deliberação de Diretoria. Em 03/08/2017 teve sua composição alterada por Resolução da Diretoria Executiva.

O Comitê é composto por empregados representantes de cada uma das cinco Diretorias da Empresa.

O Assistente Executivo do Diretor Financeiro atua como Coordenador do CIE.

O Comitê possui como atribuições:

I - Participar da estruturação e acompanhamento do Plano de Negócios e Gestão – PNG da Eletrosul, emitindo parecer à Diretoria Executiva em relação a sua adequação à realidade econômico-financeira da Empresa;

II - Efetuar o monitoramento periódico dos resultados dos investimentos corporativos e em parceria;

III - Propor a criação de Grupos de Trabalho internos na Empresa para a elaboração de estudos para subsidiar a emissão de pareceres do CIE e/ou a condução de trabalhos estratégicos relacionados a receita e/ou custeio;

IV - Proceder outras avaliações e/ou análises sobre investimentos, desinvestimentos ou negócios demandadas pela Diretoria Executiva e/ou Conselho de Administração.

- **Comissão Permanente de Ética**

A Comissão Permanente de Ética da Eletrosul foi criada em 2001 com intuito de promover e disseminar a gestão da Ética na Empresa, de aplicar as diretrizes da Comissão de Ética Pública, e, principalmente, com o intuito de fortalecer os compromissos éticos por meio de ações educativas, preventivas e corretivas, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento da relação da Eletrosul com seus diversos públicos. É competência da Comissão Permanente de Ética a apuração, de ofício ou mediante denúncia, de possíveis condutas de colaboradores em desacordo com os compromissos éticos estabelecidos no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras.

Possui como atribuição atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito do seu respectivo órgão ou entidade e aplicar o Código de Ética da Eletrosul, devendo:

- I - Submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento;
- II - Dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;
- III - Apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;
- IV - Recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina.
- V - Representar a respectiva entidade ou órgão na Rede de Ética do Poder Executivo Federal;
- VI - Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam configurar descumprimento de suas normas;
- VII - Manter o Código de Ética da Eletrosul em consonância com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, com vistas ao atendimento das determinações dos órgãos de controle da Empresa e ao aperfeiçoamento permanente da gestão da Eletrosul.

- **Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça**

Visa à implementação de políticas incentivadoras, de concepções e práticas de gestão voltadas a promover a cidadania e difundir as iniciativas exemplares de equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. Atua visando sensibilizar e mobilizar dirigentes e empregados (as) nas questões de gênero e raça.

O Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça foi criado pela Diretoria Executiva em 07/12/2006, por meio de Deliberação de Diretoria, o qual é composto atualmente por: um Coordenador, dois suplentes, sete membros representantes nas divisões regionais, cinco membros representantes das Diretorias, 1 representante do Departamento de Gestão de Pessoas, 1 representante da Ouvidoria Geral, além de empregados colaboradores.

Dentre as atribuições, tem como forma de atuação:

- I - fomentar ações que promovam a diversidade e equidade de gênero e raça mediante a implantação de programas e políticas afirmativas no ambiente corporativo;
- II - incentivar a implementação de políticas de cultura organizacional e gestão de pessoas voltadas à eliminação de todas as formas de discriminação de gênero e raça no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; ao combate ao assédio moral e sexual; e à eliminação das diferenças nos rendimentos e na ocupação de cargos de liderança entre homens e mulheres, bem como das desigualdades decorrentes da condição de deficiência, das diferenças étnico-raciais e de orientação sexual;

III - estimular o debate e propor a implantação de projetos e ações afirmativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do país, alinhado à responsabilidade social da empresa;

IV - realizar ações como eventos, campanhas e distribuição de material educativo com o objetivo de promover a conscientização corporativa sobre a diversidade e equidade de gênero e raça.

- **Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica**

Formula e monitora políticas e diretrizes destinadas ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Eletrosul.

Foi criado por meio da Deliberação da Diretoria Executiva em 22/04/2002, e sua estrutura foi atualizada em 23/12/2010, cuja composição possui representantes (titulares e suplentes) das Diretorias.

Tem como atribuições:

I - Elaborar e submeter à Diretoria Executiva da Eletrosul, o seu programa anual de trabalho;

II - Elaborar, ajustar e acompanhar programas de P&D+I da Eletrosul, a médio e longo prazo, de forma a assegurar sua compatibilização com os objetivos da Empresa e tendências tecnológicas;

III - Fomentar inovações tecnológicas junto aos empregados, com o objetivo de desenvolver projetos de melhorias em processos e em equipamentos;

IV - Examinar e emitir pareceres para a Diretoria interessada, sobre assuntos técnicos de gestão e estratégicos em P&D+I, com o objetivo de assegurar o bom desenvolvimento e a ação integrada dos trabalhos de P&D de acordo com o alinhamento estratégico da Empresa.

- **Comissão Permanente de Análise de Patrocínio**

Analisa projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência. Para que os projetos sejam aceitos, é preciso que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, propiciando maior empregabilidade dessa população. A Comissão estabelece diretrizes para o gerenciamento do processo de concessão de patrocínios e de destinação de recursos para projetos sociais por intermédio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Foi formalizado por meio da Norma de Gestão NG-075 - Patrocínio e destinação de recursos fiscais por intermédio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), aprovada pela Resolução da Diretoria Executiva em 16/11/2015, tendo como composição atual representantes de cada uma das Diretorias da empresa.

- **Comitê de Riscos**

Assessora a Diretoria Executiva no acompanhamento da Gestão Integrada de Riscos (GIR), auxiliando a área responsável a eleger, validar, aprovar e monitorar os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas.

Foi criado por meio da Deliberação da Diretoria Executiva em 20/01/2011, e sua estrutura foi atualizada em 31/10/2017, cuja composição possui representantes (titulares e suplentes) das Diretorias e o atual Gerente da Conformidade, Controle e Riscos atua como Coordenador.

O Comitê de Riscos se reúne periodicamente, em sessão ordinária ou extraordinariamente para acompanhar, apoiar, validar e recomendar os trabalhos realizados pela área de Gestão de Riscos da Empresa.

Dentre suas responsabilidades, tem como atribuições:

- I - Validar e submeter à aprovação da Diretoria Executiva a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e suas eventuais atualizações, em consonância com o Comitê de Riscos da Eletrobras;
- II - Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva, o apetite e a tolerância ao risco da Eletrosul, no que diz respeito à definição dos limites de variação da curva de apetite ao risco em consonância com o estabelecido pelo Comitê de Riscos da Eletrobras;
- III - Acompanhar e assessorar a implementação da Gestão Integrada de Riscos na Eletrosul, através da área de gestão de riscos e das unidades de negócio;
- IV - Validar a proposta de critérios para a priorização de riscos a ser efetuada pela área de gestão de riscos e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- V - Eleger e submeter à aprovação da Diretoria Executiva os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas e monitorá-los.

Além dos comitês e comissões estratégicos, a estrutura de governança conta com processos de gestão de riscos e conformidade corporativa estruturados da seguinte forma:

Gestão de Riscos e Controle Interno

A estrutura de gestão integrada de riscos da Eletrobras Eletrosul constitui uma ferramenta eficaz e eficiente para a redução da exposição aos eventos de riscos que possam impactar negativamente nos objetivos estratégicos da empresa. Através de uma abordagem estruturada, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a empresa e seus acionistas.

Com base nas orientações da ISO 31000:2009 e do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), a Eletrobras Eletrosul desenvolve a sua gestão de riscos e identifica, avalia, trata e monitora os riscos críticos e comunica às partes interessadas.

Em aderência à Lei *Sarbanes-Oxley* a empresa mantém o seu ambiente de controle interno mapeado com o objetivo de detectar e prevenir riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras. Para verificar a eficácia do ambiente de controles internos a empresa submete periodicamente os processos a testes de eficácia, que são realizados por auditoria independente e reportados para as partes interessadas. Os resultados dos testes são consolidados na Eletrobras e divulgados ao mercado por meio do Relatório 20F.

Conformidade Corporativa

A estrutura de conformidade corporativa da Eletrobras Eletrosul tem como missão promover um ambiente de controle interno adequado e eficaz e em consonância com as orientações regulatórias internas e externas, de modo a mitigar os riscos, tornando-se uma linha de defesa para a empresa.

Dentro da estrutura organizacional da empresa, o Órgão de Conformidade Corporativa tem como principais responsabilidades orientar a Alta Administração no cumprimento do Programa de Conformidade das Empresas Eletrobras, coordenar as atividades necessárias para garantir o fiel cumprimento da Lei 12.846/2013 - Lei Anticorrupção Brasileira (LACBRA) e da *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), e gerenciar as ações relativas ao Programa de Conformidade estabelecido no âmbito das empresas Eletrobras.

Programa de Integridade

A Alta Administração demonstra seu efetivo apoio ao ambiente de Compliance liderando o projeto de efetivação das medidas de integridade e do enfoque na remediação de quaisquer deficiências que

possam ser classificadas como fraquezas materiais, incluindo-a em seus objetivos estratégicos. Para tanto, a Diretoria de Conformidade da Holding lançou o programa Eletrobras 5 Dimensões, com os seguintes objetivos: a) Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; b) Avaliação periódica de riscos; c) Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; d) Comunicação e treinamento contínuo; e) Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

Estruturas de Governança Externas à Unidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2013, informamos que a KPMG Auditores Independentes (KPMG) presta serviços de auditoria independente para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, a exceção de: Costa Oeste Transmissora de Energia e Marumbi Transmissora de Energia, auditadas pela Maciel Auditores S/S; Energia Sustentável do Brasil Participações (ESBR), auditada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; Fronteira Oeste Transmissora de Energia, auditada pela Berkan Auditores Independentes S.S.; Teles Pires Participações e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU), auditadas pela EY Auditores Independentes; e Paraíso Transmissora de Energia S.A. e Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE), auditadas pela Martinelli Auditores.

Em 2017, a Companhia também contratou a KPMG para a revisão do Relatório de Controle Patrimonial de 2017, bem como revisão das demonstrações financeiras regulatórias.

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Ações planejadas e eventualmente já adotadas em decorrência da Lei das Estatais:

a) Adotadas:

- Determinação pela Diretoria Executiva da Assessoria de Conformidade, Controle e Riscos – CCR, vinculada à Presidência da Empresa, como área competente pela verificação do cumprimento de obrigações de gestão de riscos, controles e pela implantação das ações do Programa Anticorrupção;
- Criação do Canal de Denúncias das Empresas Eletrobras independente, responsável pela gestão das denúncias de descumprimento do Código de Ética e de Conduta, dos normativos internos da Empresa e da política de integridade;
- Adequação do Estatuto Social para atender as orientações da Lei 13.303/2016;
- Divulgação das informações corporativas relevantes e das políticas e códigos na *homepage* da Eletrosul e criação do ambiente Transparência no mesmo ambiente;
- Estabelecimento de procedimento e de requisitos de avaliação do nível de criticidade de fornecedores;
- Procedimento estruturado para avaliação de integridade (*due diligence e background check*) de indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva da Eletrosul e de suas subsidiárias, assim como fornecedores críticos, patrocínios, doação, formação de parcerias empresariais, operações societárias, chamadas públicas para investidores e designação para funções de confiança.

b) Planejadas (com implementação até 31 de agosto de 2018):

- Estabelecimento de regulamento de licitações;

- Aprovação de Plano de Capacitação com previsão de capacitação no mínimo anual sobre integridade e ética;
- Estabelecimento de normativo interno orientando sobre a gestão da conformidade corporativa e abrangendo a capacitação, a comunicação, a avaliação de integridade e os mecanismos de monitoramento do Programa de Integridade;
- Estabelecimento de normativo interno estabelecendo a gestão da integridade de terceiros (fornecedores e parceiros comerciais);
- Determinação de normativo interno orientando sobre a gestão de denúncias e de infrações de pessoas jurídica;

Ações em curso (fazer descrição sintética, indicando marcos temporais de previsão de conclusão etc) a fim de dar cumprimento à Lei 13.303/2016, a exemplo de:

a) Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno (art. 9º):

Monitoramento contínuo do ambiente de riscos corporativos e estabelecimento de controles internos suficientes para o atendimento das melhores práticas de mercado.

b) Elaboração de Código de Conduta e Integridade – e posterior divulgação (art. 9º, § 1º):

Apesar da prévia existência do Código de Ética, as empresas Eletrobras lançaram, no final de 2016, uma atualização desse documento, denominado Código de Ética e Conduta, atendendo aos requisitos do §1º do Artigo 9º da Lei das Estatais. Eventuais atualizações decorrentes do Decreto nº 8.945/2016 serão realizadas dentro do prazo nele previsto.

c) Planejamento para a eventual necessidade de adequação da composição dos integrantes do Conselho de Administração e da diretoria, segundo as novas disposições (arts. 16 a 23):

Outras atualizações do Estatuto da Empresa em 2018 com a inclusão de orientações previstas na Lei 13.303/2016.

d) criação de Comitê de Auditoria Estatutário (art. 24):

O órgão foi criado na *holding* conforme previsão autorizativa do Decreto nº 8.945/2016.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Eletrosul, órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa, é composto por até seis membros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente. Os mandatos têm prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções consecutivas.

Integram o colegiado o Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da *Holding* Eletrobras, o Diretor-Presidente da Eletrosul, um profissional do quadro efetivo do Ministério de Minas e Energia e, em atendimento ao Estatuto Social, um representante do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e um representante dos empregados, escolhido por seus pares através de processo eleitoral específico organizado pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, conforme legislação vigente. Conforme previsto no Estatuto, o Diretor-Presidente da empresa não pode ocupar a presidência do colegiado e todos os conselheiros devem ser acionistas da empresa.

O funcionamento do Conselho é disciplinado por Regimento Interno próprio e seus membros devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente.

As reuniões ocorrem, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, e as deliberações acontecem com a presença da maioria dos conselheiros, cabendo a cada um o direito a um voto e, ao Presidente do colegiado, além do voto pessoal, o voto de desempate.

Os membros do Conselho responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da empresa. Cada Diretoria é responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

É composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores - podendo ser composta por até cinco Diretores - eleitos pelo Conselho de Administração, para exercerem suas funções em regime de tempo integral, tendo como prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções consecutivas. Com exceção do Diretor-Presidente, não há exigência para que os demais membros da Diretoria Executiva sejam acionistas da empresa.

Assim como exigido para os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria Executiva devem ser brasileiros e atender os requisitos previstos na legislação pertinente. Além desses requisitos, o Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da Eletrosul, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no conselho de administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante convocação do Diretor-Presidente, tendo cada Diretor o direito a um voto e, ao Diretor-Presidente, além do voto pessoal, o voto de desempate. Os membros da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa.

Conselho Fiscal

Órgão fiscalizador de caráter permanente, o Conselho Fiscal tem seu funcionamento disciplinado por Regimento Interno próprio. É composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, todos brasileiros e residentes no país, observados ainda os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Um dos membros é indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável. Na primeira reunião após a eleição em Assembleia, os membros efetivos elegem entre si o Presidente do Conselho, ao qual caberá dar cumprimento às decisões do órgão.

O colegiado reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente da Eletrosul ou de qualquer de seus membros.

As decisões são tomadas por maioria de votos e registradas em Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, cabendo, ainda, ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

4.3 Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico

A Norma de Gestão Empresarial Indicação de membros para cargo em SPE – NG 097, vigente atualmente, estabelece as diretrizes para designação de representante da Empresa e para indicação a cargo em Sociedades, Consórcios, Fundações e outras Entidades de que a Eletrosul participe.

A seleção dos indicados é efetuada conforme estabelece a Política de Representantes em SPE, definida pela Eletrobras Holding, aprovada em seu âmbito pela DEL 151/2017, de 30/06/2017 e encaminhada para a Eletrosul por meio da CTA-PR-364/2017 de 31/07/2017. No âmbito da Eletrosul, a Política de Indicação foi aprovada pela Diretoria Executiva através da RD-1715-12, de 10/10/2017.

Os indicados são avaliados conforme os requisitos exigidos pela Política de Indicação, pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016 – que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Após realizada a escolha dos representantes, conforme as diretrizes constantes na Norma de Gestão citada (NG-097), na Política de Representantes em SPE, na Lei nº 13.303 e no Decreto nº 8.945, os indicados da Eletrosul em SPE são submetidos, por meio de Proposta de Resolução de Diretoria - PRD à aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrosul.

De posse da respectiva Resolução de Diretoria (RD) e Deliberação do Conselho de Administração (DCA), a Eletrosul, por meio de email, envia o nome dos representantes bem como toda a documentação utilizada para deliberação no âmbito da Eletrosul para apreciação da Diretoria Executiva, do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade (CGPE) e do Conselho de Administração da Eletrobras Holding.

Em 2017 a Eletrosul possuiu representantes nas seguintes sociedades:

Quadro 4.3.1 Representantes da Eletrosul nos Conselhos das SPE's

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A REPRESENTANTES DA ELETROSUL NOS CONSELHOS DAS SPE'S		
SPE	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai – ETAU	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	-
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente

ESBR Participações S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	-
Teles Pires Participações S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. – CTHP	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.*	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Livramento Holding S.A.	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Chuí Holding S.A.*	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE	02 Conselheiros Titulares	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. – TSLE	01 Conselheiro Titular 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. – FOTE	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Eólica Hermenegildo I S.A.*	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes
Eólica Hermenegildo II S.A.*	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes
Eólica Hermenegildo III S.A.*	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes
Eólica Chuí IX S.A.*	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes
Paraíso Transmissora de Energia S.A	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes

Fonte: Divisão de Gestão das Participações (DPAR/DRP)

*Participações transferidas à Eletrobras em 29/12/2017, para quitação de dívidas da Eletrosul com a Holding, conforme Instrumento de Dação em Pagamento firmado em 11/05/2017.

4.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna:

a) Indicação do Estatuto ou Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna:

A atuação da Auditoria Interna da Eletrosul está baseada nos seguintes normativos:

- Regulamento da Auditoria Interna, aprovado por meio da Deliberação do Conselho de Administração – DCA 296-05, de 16/02/2012, que dispõe sobre a finalidade, competências e organização da Auditoria Interna – Anexo 1 deste Relatório de gestão;
- Norma Organizacional da Auditoria Interna, versão 4, aprovada por meio da Resolução da Diretoria Executiva – RD-1708-07, de 30/08/2017, contendo a missão, posição e responsabilidades da Auditoria Interna – Anexo 2 deste Relatório de gestão;

- Estatuto Social da Eletrosul, art. 46, que estabelece a vinculação da Auditoria Interna ao Conselho de Administração, bem como o procedimento de designação e destituição de seu titular, disponível no link <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social/estatuto-social>
- Decreto 3.591/2000, que dispõe acerca do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa nº 24/2015, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) e
- Lei 13.303/2016, que dispõe acerca do estatuto jurídico das empresas estatais, estabelecendo, em seu art. 9º, §3º, a responsabilidade da Auditoria Interna aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

b) Demonstraçao dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Auditoria Interna

Os normativos acima destacados regulam a atuação da unidade de Auditoria Interna e asseguram a necessária independência e objetividade dos trabalhos realizados no âmbito do referido Departamento. Destacamos a seguir os principais normativos da Auditoria Interna.

Regulamento da Auditoria Interna:

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591/2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados aos gestores e Diretorias envolvidas para justificativas e implementação das recomendações apresentadas.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Empresa, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, qualquer processo, documento ou informação. As informações e documentos de que tiver conhecimento terão tratamento confidencial e serão utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado dos trabalhos.

Norma Organizacional

Executar as atividades constantes do PAINT, examinando e avaliando sistemas, transações, procedimentos, operações e normas da Empresa, com o objetivo de certificar que os controles existentes garantem:

- a salvaguarda do Patrimônio;

- a confiabilidade dos sistemas de informações contábeis, financeiros e operacionais;
- a otimização dos recursos;
- a eficiência operacional;
- a adesão às políticas, normas e procedimentos vigentes .

Estatuto Social da Eletrosul

Art. 50 – A Auditoria Interna da Eletrosul vincula-se ao Conselho de Administração e o seu titular, escolhido dentre os empregados da ativa das empresas Eletrobras, será designado e destituído pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente, após aprovação da Controladoria-Geral da União.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A estratégia de atuação da unidade de Auditoria Interna está consolidada no seu Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT e o atendimento de demandas especiais, que contemplaram, para o exercício de 2017, a realização de 29 (vinte e nove) projetos de auditoria, dos quais 18 (dezesseis) foram realizados na Unidade Central e 11 (doze) em Áreas Descentralizadas.

d) Estrutura da Auditoria Interna

Conforme estabelece o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, a Auditoria Interna da Eletrosul vincula-se ao Conselho de Administração e o seu titular, escolhido dentre os empregados da ativa das empresas Eletrobras, será designado e destituído pelo Presidente do Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente, após aprovação da Controladoria-Geral da União.

A estrutura do referido Departamento é composta por uma Gerência, responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos, e equipe técnica de auditores. A Auditoria Interna também dispõe de uma função de apoio administrativo.

e) Certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna

Mensalmente, a Auditoria Interna reporta o resultado dos seus trabalhos à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à CGU, por meio de Relatório Mensal de Atividades. Nesse relatório, constam as auditorias realizadas, as horas alocadas pelos auditores na execução dos projetos e as não conformidades verificadas em cada trabalho.

Além do referido Relatório Mensal de Atividades, ao final de cada ano, a Auditoria Interna elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), no qual constam, dentre outros dados, todos os projetos realizados e as respectivas não conformidades identificadas. Também integra o referido relatório a síntese de acompanhamento de todas as recomendações de auditoria existentes, com breve relato do ponto de auditoria verificado e a resposta da área responsável quanto à adoção das medidas corretivas pertinentes. O RAIN é aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa e objeto de reporte ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva, à Eletrobrás e à CGU.

f) Sistematica de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração sobre riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações da Auditoria Interna

No ano de 2017 a Eletrobras estabeleceu procedimento de padronização do produto final de auditoria interna - O Relatório de Auditoria Interna - e do processo de acompanhamento das ações para atendimento das recomendações de auditoria interna para todas as empresas do grupo, aprovado por Deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul (DCA 403-08, de 11/05/2017).

De acordo com o estabelecido, o procedimento representa mudanças e adequações às rotinas das auditorias internas das empresas Eletrobras, com representativos ganhos auferidos no que diz respeito às melhores práticas de auditoria e à eficiência na comunicação com as instâncias de governança das empresas.

O Procedimento Padrão de Auditoria Interna atende as seguintes diretrizes:

- **Definição da criticidade dos achados de auditoria** - O grau de criticidade de cada achado de auditoria deverá ser avaliado mediante a composição de (i) critérios objetivos e (ii) critérios subjetivos. Para os critérios objetivos serão consideradas a Matriz de Risco de Auditoria e a Matriz de Risco Corporativa. Para os critérios subjetivos será considerada a sensibilidade do auditor compartilhada com a unidade auditada (aferida em reunião de encerramento de trabalho).
- **Atendimento das recomendações da Auditoria Interna** - Os prazos de atendimento das recomendações da auditoria, contados a partir da emissão do Plano de Providências para Atendimentos das Demandas de Auditoria Interna, deverão considerar a criticidade do achado de auditoria da seguinte forma: (i) Criticidade ALTA - Prazo de até 30 dias úteis; (ii) Criticidade MÉDIA - Prazo de até 60 dias úteis; (iii) Criticidade BAIXA - Prazo de até 90 dias úteis. O cálculo da criticidade será efetuado conforme Nota Técnica da Eletrobras.
- **Comunicação do Relatório de Auditoria Interna** - Os relatórios da auditoria interna serão encaminhados ao Diretor-Presidente, à unidade organizacional gestora do processo auditado e ao Diretor hierarquicamente superior, para ciência e providências que se julgarem cabíveis. O relatório e os respectivos anexos serão também disponibilizados em Portal de Governança, com permissão de acesso à instância responsável pelos processos de *complaince*, e aos Conselhos de Administração e Fiscal da Empresa. Ademais, passará a integrar o Relatório da Auditoria Interna um Sumário Executivo, que apresentará de forma sucinta e suficiente o resultado do trabalho realizado, conforme modelo padronizado pela Eletrobras.
- **Prorrogações de prazo para atendimento das recomendações da Auditoria Interna** - O prazo de atendimento das recomendações da auditoria somente poderá ser prorrogado, em igual período, com a anuência do Diretor(a) da unidade organizacional gestora do processo auditado. Poderá, ainda, ocorrer uma segunda prorrogação, por igual período, mediante anuência do Conselho de Administração. A equipe de auditores responsável pelos trabalhos acompanhará o plano de ação para o atendimento da recomendação, proposto pela área auditada, quanto ao cabimento da ação corretiva, guarda de prazo e *status quo* da ação.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve.

4.5 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Eletrosul inclui os Procedimentos Disciplinares e Apurações Diretas no Sistema CGU-PAD conforme Norma de Gestão do Processo de Apuração Disciplinar – PAD – NG 118, que se encontra vigente, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pela Norma de Gestão Conduta nas Relações de Trabalho - NG 58 e pela já citada NG 118, Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. Não houve ocorrência no exercício de 2017.

4.6 Gestão de Riscos e Controles Internos

Atualmente a Conformidade, Controle e Riscos (CCR), criada em 1º/07/2017 por meio da DCA 404-01, está vinculada à Presidência por meio de RD-1708-07, de 30/08/2017. A CCR atua de forma a promover a consolidação dos controles internos relacionados ao cumprimento da Lei *Sarbanes-Oxley*, a gestão das informações relativas aos riscos corporativos e a implantação e monitoramento do Programa de Conformidade, contribuindo na busca de um ambiente de negócios de alto padrão ético.

Em aderência à Lei *Sarbanes-Oxley* e com o objetivo de verificar a eficácia do ambiente de controles internos e mitigação dos riscos empresariais, a empresa realiza o mapeamento dos processos e submete esse ambiente a testes periódicos, notadamente por meio dos Testes de Administração e dos trabalhos de Auditoria Independente.

Para a obtenção da certificação SOX 2017, foram mapeados 29 subprocessos e 474 controles, dentre esses foram selecionados 313 controles para os testes realizados pela Administração e cerca de 131 controles para a realização dos testes pelo Auditor Independente (KPMG). Os resultados decorrentes da certificação são divulgados internamente para as partes interessadas e consolidados na Eletrobras para a divulgação ao mercado por meio do Relatório 20F. Os apontamentos e deficiências elencados pelas auditorias são objeto do Programa de Remediação realizado pela CCR juntamente com as áreas de negócio.

A Eletrosul no que tange ao desenvolvimento de Programas e/ou Medidas de Integridade, efetua suas avaliações com observância da Avaliação dos Riscos. Mantém suas ações orientadas ao desenvolvimento de processos que visam à proteção de sua integridade, tanto física quanto relacionada à prevenção de riscos de fraude, corrupção e desvios.

A Eletrosul observa integralmente os ditames da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras para a realização das atividades de avaliação, tratamento, monitoramento, e reporte dos riscos priorizados pela Eletrosul e dos riscos empresariais priorizados pela Holding para o Ciclo de Gestão de Riscos.

Durante o exercício de 2017 as atividades de Gestão Integrada de Riscos – GIR estiveram afetas aos seguintes normativos internos e externos à Eletrosul, sem, no entanto, se limitar a estes:

- Norma Organizacional – NO (RD-1708-07 de 30/08/2017) que elenca as responsabilidades e missão da Conformidade, Controle e Riscos (CCR);

- Norma de Gestão – NG 121 (RD-1646-05 de 16/08/2016) Gestão integrada de riscos e controles internos, parte integrante do Manual de Gestão Empresarial, que estabelece diretrizes para o processo de gestão integrada de riscos e controles internos na Empresa;
- Aprovação da Diretoria Executiva (RD-1718-13 de 21/11/2017) deliberando sobre a atualização da composição do Comitê de Riscos da Eletrosul, criado formalmente em 2011;
- Aprovação da Diretoria Executiva (RD-1718-10 de 13/11/2017) readerindo à Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras, Ciclo 2017 e à Lista de Eventos de Risco priorizados pela Eletrosul, para o ciclo de 2017, acompanhando a Eletrobras naquilo que couber;
- Deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul (DCA-414-03 de 18/10/2017) que aprova a adesão da Eletrosul à versão 3.0 da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras;
- Deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul (DCA-393-02 de 24/11/2016) que aprova a adesão da Eletrosul à regra de Tratamento de Riscos Corporativos; determinação da propensão ("apetite") ao risco e seus desdobramentos aprovada pela Eletrobras, no que couber a Eletrosul;
- Resolução Eletrobras nº 677 de 16/10/2017 que aprova a metodologia de cálculo que define a materialidade para a identificação do escopo da Certificação SOX;
- Resoluções Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR nº 09 a 18, todas de 10/05/2016, relacionadas à integridade, controles internos e gestão de riscos, a qual destacamos a Resolução CGPAR nº 18 que estabelece “As Empresas Estatais Federais devem implementar políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos adequadas ao seu porte e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por elas realizadas”.

4.7 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A Diretoria-Executiva, em 2017, estava constituída por um Diretor Presidente e 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho de Administração composto de 6 (seis) membros e um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva na figura de Diretor Presidente.

- a) Base normativa da remuneração:** A Eletrosul cumpre os procedimentos adotados pela Holding para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, os valores a título de remuneração dos seus membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- b) Objetivos da política ou prática de remuneração:** A política de remuneração dos Dirigentes com função executiva praticada pela Eletrosul, incluindo os membros do Conselho de Administração e Fiscal, tem por objetivo oferecer justa remuneração, considerando-se a equidade interna e o equilíbrio em relação ao mercado, além de reter, motivar e desenvolver determinados profissionais com o padrão de excelência requerido pelo Grupo Eletrobras.

c) Composição da remuneração:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- Honorários: Retribuição mensal.
- Abono Especial Natalino**: Honorário extra, concedido 1 (uma) vez ao ano como bonificação natalina.
- Adicional de Férias: Gratificação concedida ao Diretor e Diretor-Presidente por ocasião de férias.
- Remuneração Variável Anual* – RVA (PLR): Remuneração Variável Anual concedida anualmente.

Para os Diretores também são concedidos os seguintes benefícios: Auxílio refeição, Seguro de Vida, Plano de Saúde, Previdência Complementar, Seguro Funeral e Auxílio Moradia quando necessário.

Os valores que compõem a remuneração dos conselheiros são: Honorários e Abono Especial Natalino mensalizado na forma de 1/12.

*Obs.: Em 2017, referente ao período de 2016, a RVA não foi concedida.

**Em 2017, o Abono Especial Natalino não foi pago integralmente. Foi suspenso devido ao Processo 029.389/2014-3 - Acórdão nº 2.600/2016 e Acórdão 1428/2017-TCU Plenário, recebido através do Ofício Circular nº 418/2017-MP de 15 de Setembro de 2017. No momento do Ofício, os Dirigentes já haviam recebido 50% do Abono Especial Natalino.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total (2017):

- Honorários: 94,55%
- Abono Especial Natalino: 4,26%
- Adicional de Férias: 4,43%
- Demais benefícios: 7,39%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- Honorário: Valor mensal e reajuste anual definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovado na Assembleia Geral Ordinária.
- Abono Especial Natalino: Valor correspondente a 1 honorário;
- Adicional de Férias: Parcela correspondente a 1/3 do honorário;
- Remuneração Variável Anual – RVA (PLR): Cálculo fixado pela SEST limitado a 1,8 honorários, vinculado ao lucro do exercício anterior e atrelada ao cumprimento das metas e Lucro Empresarial.
- O cálculo dos honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal é fixado em 10% dos Honorários médios mensais e do Abono Especial Natalino, pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, não computados para ambos os colegiados, os demais benefícios.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

- A composição da remuneração dos administradores da Eletrosul é fixada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que encaminha os limites aprovados das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração), para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

d) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Remuneração dos Diretores e Conselheiros não é vinculada a indicadores de desempenho, sendo reajustada anualmente conforme determinação da SEST, tendo como base o mês de abril de cada ano.

e) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica.

f) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade:

A política ou prática de remuneração dos administradores da Eletrosul é definida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, via Eletrobras e aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

g) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica.

h) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:

Não se aplica.

i) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

- a) termos e condições gerais: Não se aplica.
- b) objetivos do plano: Não se aplica.
- c) número máximo de ações abrangidas: Não se aplica.
- d) condições de aquisições de ações: Não se aplica.
- e) forma de liquidação: Não se aplica.
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: Não se aplica.

j) Em relação à remuneração variável, comentar sobre: os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.); os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável; os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas); a descrição dos benefícios oferecidos:

A Remuneração Variável Anual (RVA) é vinculada ao lucro do exercício anterior e nos últimos anos o pagamento Autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, via Eletrobras, foi de 1,8 Honorário. No ano de 2017 não foi autorizado pagamento de RVA para os diretores, referente ao período de 2016.

Em 25/02/2017, por meio da DCA 396-11 foi aprovado o Termo de Pactuação do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA dos Dirigente da Eletrosul para 2017, contemplando 10 Indicadores e Metas.

O Programa RVA 2017 de todas empresas Eletrobras foi encaminhado para análise e aprovação da SEST, à quem compete manifestar-se sobre este tipo de temas nas Estatais.

A SEST solicitou a revisão de vários itens constantes do Termo de Pactuação da RVA 2017 das empresas Eletrobras, bem como de metas do programas que são vinculadas ao CMDE.

Posteriormente, conforme orientação da área de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade da Eletrobras (PREP), o Termo de Pactuação do Programa foi substituído pela aplicação das mesmas Regras da RVA 2018, que foram objeto de deliberação do Conselho de Administração da Eletrosul e atendem as recomendações de ajuste efetuados pela SEST para 2017.

Dessa forma, por meio da DCA 427-13, de 13/04/2018, foi aprovada a revisão do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes da Eletrosul de 2017, aprovado originalmente pela RD 1673-01, de 13/02/2017 e pela DCA 396-11, de 22/02/2017, bem como validado o cumprimento das metas e regras do Programa.

A composição dos indicadores escolhidos para apuração da RVA, com os respectivos pesos das categorias de indicadores e pesos individuais dos indicadores estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4.7.1 Metas de RVA 2017

Melhor	Nome do Indicador	Unidade	Peso individual	Peso	Meta 2017
CORPORATIVO					
↑	<u>Lucro Líquido</u> Patrimônio Líquido	%	10%	80%	5,20%
↑	<u>Investimento Realizado</u> Investimento Aprovado	%	5%		90,00%
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Mudanças Climáticas)	%	5%		68,70
↓	<u>PMSO Clássico</u> ROL Ajustada	%	25%		* 42,10%
↑	Disponibilidade de Geração (DISPGR)	Índice	5%		1,000
↑	Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão (DISP OLT)	%	5%		99,85%
↓	<u>Dívida Líquida</u> EBITDA Ajustado	Índice	25%		* 3,30
COLEGIADO					
↑	Pontuação obtida na avaliação da Diretoria Executiva realizada pelo Conselho de Administração	%	5%	10%	2,40
↑	Indicador de Conformidade da SEST	%	5%		400
UNIDADE DE NEGÓCIO					
↑	Índice de Desempenho de Projeto - Diretoria	Índice	10%	10%	1,00

*Os valores de meta para PMSO Clássico/ROL Ajustada e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado diferem dos valores propostos para o CMDE

Em 2017, os Diretores empregados receberam Participação nos Lucros e Resultados (PLR) proporcional ao período que não estiveram ocupando cargo de diretor em 2016, bem como os Diretores interinos receberam PLR nos moldes do Termo de Pactuação da PLR 2015 – 2016, que rege o Pagamento de Participação nos Lucros dos empregados.

k) Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros dos Conselhos:

Quadro 4.7.2 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Media mensal (2017)	Total no exercício
Celso Knijnik	-	-	4.136,17	49.634,04
Márcio Pereira Zimmermann	-	16/03/2017	3.499,83	10.499,51
Dayson Roberto Waldschmidt	-	30/05/2017	4.136,17	20.680,85
Armando Casado de Araujo	-	-	4.136,17	49.634,04
Ricardo Moura de Araujo Faria	-	-	4.136,17	49.634,04
Gilberto Odilon Eggers	17/03/2017	-	3.945,27	39.452,70
Rita de Cássia Pandolfi Camara	31/05/2017	-	4.154,35	29.080,46
Wilson Pinto Ferreira Junior	-	-	0,00	0,00

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Media Mensal (2017)	Total no exercício
Sonia Regina Jung	-	26/04/2017	4.008,90	16.035,61
Ernesto Carneiro Preciado	-	26/04/2017	4.008,90	16.035,61
Engels Augusto Muniz	-	04/10/2017	4.192,73	37.734,60
Ricardo Botelho	26/04/2017	-	4.215,71	33.725,69
Pedro Paulo da Cunha	26/04/2017	-	4.215,71	33.725,69

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

Para cálculo da média mensal utilizou-se mês inteiro o período de dias igual ou superior a 15 dias.

O Conselheiro Wilson Pinto Ferreira Junior não recebe honorários pela Eletrosul.

I) Demonstrativo da Remuneração Anual da Diretoria Executiva

Quadro 4.7.3 Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão:	Identificação do Órgão	
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de membros:	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.842.945,49	3.340.709,45
a) salário ou pró-labore ¹	2.688.139,51	2.748.813,10
b) benefícios diretos e indiretos ²	154.805,98	591.896,35
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00
d) outros	0,00	0,00
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	2.842.945,49	3.340.709,45

IV – Benefícios pós-emprego³	226.812,24	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

1 - Salário ou pró-labore: Honorários; Diferença de Honorários; Complemento Vantagem Pessoal; Difer. Comp. Vantagem Pessoal;

2 - Benefícios diretos e Indiretos: Gratificação Honorário de Férias; Honorário Conv. 1/3 Férias; Gratif. Substituição Diretor; Férias Indenizadas Honorários; Grat. Fer. Honorário término de mandato; Abono Especial Honorário; Auxílio Moradia Diretor; Ajuda de Custo.

3 - Benefícios pós-emprego: Um dos Diretores, ao término do respectivo mandato, requereu e foi contemplado com o pagamento da quarentena, porém, apesar do mandato encerrado em 2016, o benefício foi pago no exercício de 2017.

As informações do Relatório de Gestão não consideram os Encargos Sociais e Outros Benefícios.

Quadro 4.7.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva	EXERCÍCIO	
	2017	2016
I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
b) valor máximo previsto no plano de remuneração		
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
d) valor efetivamente reconhecido no resultado		
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	0,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
f) valor máximo previsto no plano de remuneração		
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00
III – Total (I + II)	0,00	0,00

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

PLR – Participação de Lucros e Resultados é denominada pela SEST e Eletrobras de RVA –Remuneração Variável Anual.

Os Diretores não receberam RVA no ano de 2017, referente ao exercício de 2016.

A Eletrosul não pratica previsão de valores mínimos e máximos para cálculo e pagamento da RVA.

4.8 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

Em 04 de fevereiro de 2014, foi celebrado o Contrato nº ECE-DAC-991/2014, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS e a KPMG Auditores Independentes, como auditor único para as suas Empresas Controladas, para o período de 2014 a 2016, podendo haver prorrogação.

O critério de contratação de auditor único foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, conforme DEL-058/2007, de 16.05.2007, e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrosul, conforme RCA 230-09, de 28.06.2007.

Em 19/12/2013, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou:

- a homologação do procedimento licitatório para contratação da empresa KPMG Auditores Independentes para o Sistema Eletrobras, no período de 2014 a 2016, objeto da Concorrência DAC nº 01/2013;
- a efetivação da contratação, pelo valor total de R\$ 28.833.600,00.

Os serviços de auditoria contratados junto à KPMG foram prorrogados por mais 24 meses. A prorrogação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, conforme DEL-005/2017, de 25.01.2017, pelo valor de R\$ 22.467.251,56.

A KPMG Auditores Independentes, situada à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, na cidade de São Paulo/SP, com filial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 57.755.217/0003-90, presta ao grupo Eletrobras os serviços regulares e especiais de auditorias independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais (CPC/CVM) e IASB/SEC, dos exercícios de 2014 a 2018, e a Revisão das Informações Trimestrais – ITRs de tais exercícios. Realiza a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID) emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e da Lei Norte-Americana *Sarbanes-Oxley* – SOX, com a emissão de relatórios requeridos.

Os serviços descritos acima são prestados para o grupo Eletrobras, e rateados para as empresas com base no ativo total apurado no exercício de 2013. O percentual de rateio para a Eletrosul ficou em 4,93%.

Conforme determinado na Cláusula Terceira do Contrato, para a prestação dos serviços a KPMG Auditores Independentes seguirá os padrões e normas de auditoria internacionalmente aceitos, obedecendo, também, aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Poder Concedente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Instituto Brasileiro de Auditores Independentes – IBRACON, pela Receita Federal do Brasil – RFB, pelas Agências Internacionais de Financiamento, tais como BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, pela *Securities And Exchange Commission* – SEC e pelo *PCAOB – The Public Company Accounting Oversight Board*, ambos dos Estados Unidos da América do Norte, observados os Princípios Contábeis adotados no Brasil, os Princípios Contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América do Norte – US GAAP e as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, além de observar as demais normas, procedimentos e requerimentos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, do Conselho Regional de Contabilidade – CRC, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, do Tribunal de Contas da União – TCU, e do *International Accounting Standards Board* – IASB.

4.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

O Conselho de Administração é um órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social da empresa.

No quadro abaixo, segue relação dos membros do Conselho de Administração que apreciaram as Demonstrações Financeiras de 2017:

Quadro 4.9.1 Conselho de Administração Eletrosul 2017

Membros do Conselho	Cargo	Quantidade de Ações Ordinárias
Wilson Ferreira Junior	Presidente	01
Gilberto Odilon Eggers	Membro	01
Celso Knijnik	Membro	01
Armando Casado de Araujo	Membro	01
Ricardo Moura de Araujo Faria	Membro	01
Rita de Cássia Pandolfi Camara Gagliardi	Membro (Representante Empregados)	01

Fonte: Departamento de Contabilidade (DCO)

No Estatuto Social da Eletrosul vigente em 2017, consta em seu Artigo 11: “A *Eletrosul* será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo único: É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da administração da Eletrosul, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os da Diretoria Executiva, acionistas ou não.”

Em atendimento ao Estatuto Social, quando da indicação ou eleição de membro para o Conselho de Administração, por substituição ou por término do mandato, o novo Conselheiro deve adquirir a ação que está de posse do membro substituído. O preço de transação da ação é o valor patrimonial à época do efetivo exercício do direito de aquisição, que deve ser pago pelo Conselheiro adquirente ao Conselheiro que a transfere. O novo membro do Conselho recebe um certificado em seu nome contendo todos os dados relativos à ação adquirida.

Para preservar a continuidade do processo, o Conselheiro adquirente estabelece instrumento particular de procura ao Acionista Controlador, à Eletrobras, à qual confere poderes para, em causa própria, transferir para seu próprio nome, ou para quem indicar, 1 (uma) ação ordinária. As ações são registradas no Livro de Transferência de Ações Ordinárias Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas.

Segundo o Art. 19 do Estatuto Social vigente em 2017, o Conselho de Administração da Eletrosul é composto por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar a assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivados na Junta Comercial competente e publicadas.

Segundo o Art. 21 do Estatuto Social vigente em 2017, “compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrosul, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos”. O artigo também cita que cabe ao Conselho de Administração:

- I – estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- II – autorizar a Eletrosul a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- III – autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- IV – autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- V – eleger e destituir Diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- VI – deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Eletrosul, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- VII – aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- VIII – aprovar a estrutura organizacional da Eletrosul;
- IX – monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- X – aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- XI – autorizar a Eletrosul a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- XII – escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- XIII – elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno da Eletrosul;
- XIV – deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Eletrosul em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- XV – deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- XVI – deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- XVII – autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletrosul, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- XVIII – convocar as Assembleias Gerais;

- XIX – autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- XX – deliberar sobre o afastamento dos Diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- XXI – avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- XXII – aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- XXIII – deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- XXIV – aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio do qual a Eletrosul se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender as metas e resultados estabelecidos pela controladora.
- XXV – decidir os casos omissos no Estatuto.

Ainda, conforme o §3 do Art. 21 do Estatuto Social vigente em 2017, cabe ao “Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento dos Comitês a ele vinculados”. E segundo o Art. 22 do referido Estatuto, cabe ao Conselho de Administração submeter o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício social à apreciação do Conselho Fiscal.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A Eletrosul possui um total de 1.229 profissionais em seu Quadro Efetivo, sendo 1.209 empregados e 20 cedidos de outros órgãos. Além disso, possui 12 empregados cedidos para outros órgãos, em consonância com o Decreto nº 4.050/2001 e 274 empregados anistiados em conformidade com a Lei nº 8.878/94, que também se encontram cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal.

Se considerados os 12 empregados cedidos para outros órgãos e excluídos os 20 empregados cedidos de outros órgãos, o Quadro Próprio (Servidores de Carreira vinculados ao Órgão) resulta em 1.221 empregados.

Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Desde 2011, as necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoas da Eletrosul são identificadas anualmente utilizando os métodos e ferramentas descritas a seguir e que ao final resultam em um documento denominado Plano Anual de Educação Corporativa (PAEC).

A primeira forma de identificação de capacitação se dá no nível individual, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), cuja origem decorre do resultado da Avaliação de Desempenho estabelecida no Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), utilizado pelas empresas Eletrobras.

A segunda forma, se dá no nível setorial ou área de trabalho, por meio do Plano de Desenvolvimento de Equipe (PDEquipe), no qual são estabelecidas as competências necessárias de desenvolvimento para as equipes dos diferentes setores, divisões, coordenadorias, departamentos, assessorias e diretorias. Determina-se que a identificação de tais competências tenha como premissa foco no resultado do trabalho e cumprimento de metas estabelecidas a partir do PNG e outros instrumentos de gestão da empresa.

Outra forma de identificação de necessidade de capacitação é a verificação no sistema de registro de treinamento se os (as) empregados (as) estão atualizados perante a determinação legal da formação e conhecimento em assuntos pertinentes às suas atividades laborais. Citamos como exemplo a Certificação dos Operadores e a capacitação e atualização nas Normas Regulamentadoras (NRs).

Também há a determinação interna de obrigatoriedade na capacitação e desenvolvimento em determinadas competências para a execução de atividades laborais principalmente relativas ao corpo técnico da empresa. Desta forma, anualmente se identifica as pessoas que devem participar das ações educacionais propostas, por exemplo, CIPA.

Em nível mais estratégico, o Setor de Educação Corporativa do Departamento de Gestão de Pessoas, juntamente com os Gabinetes das Diretorias, observando-se os objetivos estratégicos e o cumprimento de determinações legais e de sua responsabilidade social, identificam as capacitações para os gestores e demais ações educacionais corporativas a serem executadas no ano.

No âmbito das empresas Eletrobras, em 2010, foi criado o Comitê de Educação Corporativa, com o objetivo de garantir a atuação integrada e cooperativa entre as unidades de educação corporativa das empresas do sistema e garantir qualidade e otimização de recursos, com ações educacionais conjuntas. As necessidades são levantadas por meio de fóruns promovidos pela Universidade das Empresas Eletrobras (UNISE) com representantes de todas as empresas.

A participação das pessoas na identificação de capacitação e desenvolvimento se dá na definição de seu PDI, após o resultado da Avaliação de Desempenho na etapa de desenvolvimento do SGD e, também, quando são chamados a auxiliar nos fóruns da UNISE.

A liderança de nível intermediário identifica as necessidades em dois momentos: ao acordar o PDI com os empregados e no momento de preenchimento da ferramenta do PDEquipe de sua área.

Em 2017, a área de Educação Corporativa na Eletrosul teve como destaque as seguintes atividades:

- Capacitações para o PROERP visando a implantação do sistema SAP, contando o montante de 6.388 homem/hora utilizadas com 183 participações;
- Realização de capacitações básicas e reciclagem em atendimento pré-hospitalar, socorristismo e brigadas de emergência para 406 participações, totalizando 3668 homem/hora trabalhadas;
- Realização de capacitações com 132 participações relacionadas a Direitos Humanos e questões de Gênero, Raça e Diversidade; e
- Realização de cursos e palestras relacionados a compliance, ética e integridade contando com 219 participações.

Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2017, incluindo requisitados. Foram excluídos os Diretores, Conselheiros, cedidos e pessoas que estiveram afastadas ou em licença durante o ano todo. Seguem abaixo, os indicadores de Treinamento e Desenvolvimento, comparando os anos de 2016 e 2017:

Quadro 5.1.1 Indicadores de treinamento no período de 2016-2017

Indicadores de Treinamento	2016	2017	Variação %
Empregados Treinados	1.329	1.153	-13,24%
Homem-Hora Treinado	83.998	62.498	-25,60%
Média de Horas de Treinamento	63,2	54,2	-14,23%
Índices de Empregados Treinados (%)	99,4	86,4	-13,11%
Força de Trabalho Treinada (%)	3	2,2	-26,11%
Investimento Total (R\$ mil)	1.147	1.260	9,85%
Valor Médio Investido por Empregado (R\$)	863	1.093	26,67%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período de 2016 e 2017, apontando a variação entre os dois exercícios, está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 5.1.2 Média de horas de treinamento no período de 2016-2017

Categoria Funcional	Média de horas de treinamento		
	2016	2017	Variação %
Cargos de diretoria	16,0	47,2	195,00%
Cargos gerenciais	167,3	44,1	-73,62%
Cargos universitários	61,0	49,9	-18,24%
Cargos não universitários	49,6	52,1	4,95%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

O número de participantes por categoria funcional e gênero, carga horária total e média, no período de 2017, está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 5.1.3 Investimento em treinamento no período de 2017

	Funções Gerenciais		Nível Superior		Nível Médio		Total
	M	F	M	F	M	F	
Investimento Total (Valores em R\$ 1,00)	92.583,59	12.270,11	315.676,56	123.816,60	663.701,61	52.426,85	1.260.475,32
Hora Total Treinada	4.477	723	16.978	6.037	32.622	1.661	62.498
Participantes	85	11	287	112	605	53	1.153
Participações	325	59	1.088	519	2.794	181	4.966

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos - Público Interno

Em 2017, o quadro de pessoal próprio da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.221 profissionais. Houve o ingresso de 19 empregados, sendo 3 por meio do concurso público e 5 readmissões conforme a Lei n.º 8.878/94, o ingresso de 2 empregados requisitados e o retorno de 9 empregados que estavam cedidos e/ou licenciados. Houve ainda o egresso de 200 empregados, sendo 190 desligamentos pelo Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE). Destes, 120 eram empregados do quadro efetivo.

A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 3.270,07) e o salário mínimo nacional (R\$ 937,00) foi de 3,49 vezes, em 2017. Em relação ao salário base médio praticado na empresa, essa proporção é de 8,96 vezes.

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)

Implantado em 2011, o SGD foi unificado para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente, são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos. No que diz respeito aos resultados, são estabelecidas metas empresariais e de equipe alinhadas às estratégias empresariais, e a partir de 2016 foram implantadas também as metas individuais.

A Eletrobras, juntamente com as equipes das Empresas do Sistema, estão estudando as possibilidades para realização do Ciclo 2017 de avaliações do SGD.

Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais, destacam-se:

- Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que, no ciclo 2017, capacitou 29 jovens, representando um investimento de R\$ 670.160,93; e

- Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2017, 214 estudantes, com um investimento de R\$ 1.442.062,38.

Atendimento Acórdão 999/2015 – TCU Plenário - Processo TC nº 006.373/2013-5

Em atendimento ao item 9.2, do Acórdão 999/2015, Processo nº 006.373/2013-5, que determinou a Eletrosul, que informe nos próximos relatórios de gestão de suas contas anuais sobre o cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS 30.654, em especial quanto ao cronograma de substituição de terceirizados, informamos que, em 31/12/2017, foi o limite máximo de 50 postos de trabalho, conforme acordado.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 5.1.1.1 Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.634	1.241*	5	125
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.634	1.241*	5	125
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.634	1.221	3	122
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	20	2	3
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		1.241*	5	125

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

* Para este total de Empregados, consideramos 1.209 empregados, 20 empregados cedidos de outros órgão e 12 empregados cedidos para outros órgãos.

Quadro 5.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	483	746
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	483	746
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	473	736
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0

1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	10
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	483	746

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	103	100	27	34
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	98	27	34
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	103	100	27	34

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Análise Crítica

O Quadro de vagas aprovado para empresa é de até 1.634 empregados, enquanto que o Quadro de Pessoal Próprio em 31/12/2017 contava com 1.221 empregados, ou seja, 74,7% da ocupação.

Em relação ao período anterior, o Quadro de Pessoal teve uma redução de 9,35% devido ao egresso de empregados por desligamentos pelo PAE – Plano de Aposentadoria Especial, a pedido, falecimento e aposentadoria por invalidez.

Não há Cargos Comissionados na Empresa.

A Eletrosul conta com 746 empregados do Quadro Efetivo enquadrados em eixos de atuação da área fim (Geração e Transmissão de energia elétrica) e 483 enquadrados na área meio, totalizando os 1.229 empregados.

O número de empregados afastados da empresa, em dezembro/2017, foi de 67 no total. Desse número, 35 estavam licenciados ou afastados, 20 estavam cedidos para outros órgãos e 12 estavam liberados para sindicatos.

Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas:

O Quadro Efetivo de empregados da Eletrosul está distribuído por Macroprocessos finalísticos (Geração e Transmissão), conforme quadro abaixo:

Quadro 5.1.1.4 – Distribuição da Força de Trabalho por macroprocesso

Eixo de atuação	Nº empregados	%
Transmissão	647	53%
Geração	99	8%
Outros	483	39%
Total	1.229	100%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

O Quadro Efetivo de empregados da Eletrosul está distribuído na Sede e nas Áreas Descentralizadas localizadas nos Estados do MS, PR, RS e SC, conforme quadro abaixo:

Quadro 5.1.1.5 – Distribuição da Força de Trabalho por Região

Eixo de Atuação	Áreas Descentralizadas				Sede	Total
	MS	PR	RS	SC		
Outros	8	43	38	15	379	483
Transmissão	15	71	58	287	216	647
Geração	1	10	5	12	71	99
Total	24	124	101	314	666	1.229

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim:

Considerando o quadro acima, relativo à distribuição dos empregados por Eixo de Atuação da Eletrosul em Dezembro de 2017, podemos concluir que 39% dos empregados estão enquadrados em Eixos diferentes da área fim da Empresa (Geração e Transmissão).

Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade:

Nos quadros abaixo apresentamos a distribuição do Quadro efetivo por grau de escolaridade, tempo para aposentadoria, faixa etária e sexo:

Quadro 5.1.1.6 - Nº de empregados efetivos por nível de escolaridade:

Nº de empregados efetivos por nível de escolaridade	
Analfabetos	0
Com ensino fundamental	0
Com ensino médio	85
Com ensino técnico	462
Com ensino superior	457
Pós-graduados	225

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.1.7 - Nº de empregados efetivos por faixa etária

Nº de empregados efetivos por faixa etária	
Menores de 18 anos	0
De 18 a 35 anos	212
De 36 a 60 anos	976
Acima de 60 anos	41

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.1.8 - Nº de empregados efetivos por sexo

Nº de empregados efetivos por sexo	
Masculino	1.031
Feminino	198

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Quadro 5.1.1.9 – Força de Trabalho x Aposentadoria

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo Gerencial	3,19%
Cargos com exigência de nível universitário	4,34%
Cargos sem exigência de nível universitário	8,85%
Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre os próximos 6 e 10 anos (%)	
Cargo Gerencial	5,57%
Cargos com exigência de nível universitário	7,62%
Cargos sem exigência de nível universitário	19,41%
Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	0,49%
Região Norte	0,00%
Região Sul	15,89%
Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	1,31%
Região Norte	0,00%
Região Sul	31,29%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada:

Acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos:

A empresa exige a apresentação de declaração do empregado de que não acumula remuneradamente cargos, empregos e funções públicas, no âmbito dos órgãos da Administração Direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, inclusive as em regime especial, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações mantidas pelo Poder Público e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, conforme disposto no Decreto nº 97.595, de 29/03/1989, ressalvadas as exceções previstas no artigo 1º deste Decreto, conforme disposto em normativo interno Norma de Gestão Registro de Documentação de Empregados e Dependentes – NG-047.

A Declaração assinada pelo empregado é por tempo indeterminado.

Em 2016 o Departamento de Gestão de Pessoas solicitou, novamente, a Declaração de Não Acumulação de Cargos a todos, pois empregados com contrato de trabalho anterior a lei de concurso não possuíam tal declaração em sua Pasta de Assentamento Individual (PAI). Em 2017 foi monitorado e cobrado dos empregados que ainda estavam com a Declaração pendente de entrega.

5.1.2 Demonstrativo de Despesas com Pessoal

Quadro 5.1.2.1 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade – Despesas em R\$ 1,00											
Exercícios	2017	187.074.576,87	0	28.931.574,23	65.599.612,59	29.225.167,14	32.469.380,66	53.082.280,12	0	0	0
	2016	168.675.493,49	0	26.872.403,17	65.239.891,81	29.275.992,28	27.981.490,01	33.312.672,40	0	0	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A Eletrosul possui um levantamento dos riscos aos quais a empresa está exposta apresentado na forma de uma Matriz de Riscos. Esses riscos são decorrentes da estratégia para o atingimento da Missão, Visão e Valores Organizacionais, e estão divididos em 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade.

A Matriz de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva em 2016, classifica os eventos de riscos relacionados à gestão de pessoas no pilar Operacional e identifica os seguintes eventos: Administração de Pessoal; Desenvolvimento Profissional; Relacionamento Trabalhista; e Saúde e Segurança do Trabalho, os quais estão melhor apresentados em Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas, anexo 4 deste relatório.

Em 2017 a Eletrosul readeriu a Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras através da RD-1718-10, de 31/10/2017, que aprova i) a readeção da Eletrosul à Matriz de Riscos Corporativa da Eletrobras, Ciclo 2017, e ii) aprova a Lista de Eventos de Risco priorizados pela Eletrosul, para o ciclo de 2017.

5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

5.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 5.1.4.1 Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto ¹	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	R/AA	78533312000158	2012	2018	médio	A
2013	MM	3446231000111	2013	2018	médio	A
2013	MI	3446231000111	2013	2018	médio	A
2013	AA	9284904000160	2013	2018	médio	A
2014	L	3025365000169	2014	2018	médio	A
2014	L/MI	4260727000169	2014	2018	Fundamental/medio	A
2014	AA	5099250000144	2014	2018	médio	A
2015	AA	7094346000145	2015	2018	fundamental	A
2015	V	12283174000198	2015	2018	médio	A
2015	L	7310835000197	2015	2018	fundamental	A
2016	T	5166615000106	2016	2018	médio	A
2016	AA	3219328000191	2016	2018	médio	A
2016	AA	7593524000182	2016	2018	médio	A
2016	V	21715793000103	2016	2018	médio	A
2017	AA	11809617901	2017	2018	médio	A
2017	T	7593524000182	2017	2018	médio	A
2017	MI	3446231000111	2017	2018	médio	A

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Informações extraídas do Módulo Força de Trabalho – Sistema GEM - Base e situação em 31.12.2017

1 - Objeto: L (Limpeza), V(Vigilância), S(Segurança), R(Recepção), O(outros), MI(Manutenção de bens Imóveis, AA(Apoio Administrativo), MM(Manutenção de bens Móveis), T(Transporte), Te(telecomunicações).

Análise Crítica

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da Empresa. Em 31/12/2017, esses serviços estavam a cargo de 451 profissionais, que não são considerados para o cômputo do quadro próprio da Eletrosul.

Para facilitar o gerenciamento dessa prestação de serviços, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Força de Trabalho, contido no ERP da empresa (Consist GEM), sendo designados na categoria: “Prestador de Serviços Terceirizado (PST)”, por definição é a pessoa física vinculada a contrato de prestação de serviços de terceiros, notadamente nas atividades de conservação, limpeza, vigilância, transportes, informática, copeira, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção predial, equipamentos e instalações, cujos espaços ocupacionais não estejam previstos no Plano de Carreira e Remuneração da empresa.

5.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro 5.1.4.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade: Médio/Técnico						
Área	Quantitativo Estagiários 2015	Despesas Totais no Exercício 2015 (R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2016	Despesas Totais no Exercício 2016 (R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2017	Despesas Totais no Exercício 2017 (R\$ 1,00)
Área Fim	22	70.731,67	24	70.990,87	13	59.965,87
Área Meio	18	50.848,10	17	57.967,47	11	62.118,19
Total	40	121.579,77	41	128.958,34	24	122.084,06
Nível de Escolaridade: Superior						
Área	Quantitativo Estagiários 2015	Despesas Totais no Exercício 2015 (R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2016	Despesas Totais no Exercício 2016 (R\$ 1,00)	Quantitativo Estagiários 2017	Despesas Totais no Exercício 2017 (R\$ 1,00)
Área Fim	79	315.208,66	90	518.735,39	93	630.959,89
Área Meio	74	321.200,27	86	536.158,45	97	598.148,43
Total	153	636.408,93	176	1.054.893,84	190	1.229.108,32
Somatórios Gerais						
Totais (Aux Bolsa Educação + Aux Transporte)	193	757.988,70	217	1.183.852,18	214	1.351.192,38

Taxa Administrativa	Ano 2015	50.973,00	Ano 2016	84.081,50	Ano 2017	90.870,00
Total Geral (R\$ 1,00)		808.961,70		1.267.933,68		1.442.062,38

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Informações extraídas dos Relatórios: EL2102 (Planilha de Verbas Específicas) e EL2210 (Folha de Pagamentos – Estagiários)

O Programa de Estágio da Eletrosul, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior tem por objetivo proporcionar aos estudantes um ambiente de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o contexto básico da profissão.

A Norma de Gestão Empresarial Programa de Estágio NG-032 da Eletrosul regra a contratação de estagiário, e está baseada na Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. De acordo com o Art. 17 do Capítulo VI dessa lei, o número máximo de estagiários que uma empresa com mais de 25 empregados pode ter em relação ao seu quadro de pessoal é de 20%. Na Eletrosul, o Programa de Estágio estipulou que as vagas totais disponibilizadas são limitadas a 10% do quadro de pessoal aprovado para a empresa, ou seja, 163 vagas de estágio. A administração e operacionalização da contratação de estagiários é realizada por meio de um Agente de Integração.

Os benefícios concedidos aos estagiários são bolsa-auxílio educação, auxílio-transporte, seguro contra acidentes pessoais e recesso remunerado. Há também a possibilidade de participarem de treinamento promovido pela empresa, a critério do Órgão de Gestão de Pessoas e da área solicitante, desde que a carga horária do treinamento não ultrapasse a jornada de estágio permitida em Lei e não interfira nas atividades escolares do estudante.

Quanto à análise do quadro, os números mostram que o Programa de Estágio da Eletrosul atendeu em 2017 214 estagiários. Deste total, 24 estudantes foram do Ensino Médio/Técnico e 190 estudantes do Ensino Superior, com investimento aproximado de R\$ 1,44 milhão.

Em relação ao valor unitário da taxa administrativa, podemos observar que em 2017 ao ser prorrogado o contrato com o agente integrador, obteve-se em razão do cumprimento da cláusula da vantajosidade, uma redução da mesma na ordem de 13,63%. Contudo, verificou-se um aumento do valor total pago à Agência Virtual de Estágios - Agiel em relação a 2016 devido à contratação de 71 novos estagiários em 2017, conforme demonstrado na coluna de variação da planilha abaixo:

Quadro 5.1.4.2.1 Variação Percentual no Número de Estagiários no Período Avaliado

Mês	Valor Tax Adm/estag 2016 (R\$1,00)	Nº Estag por mês 2016	Valores Totais por mês/2016 (R\$1,00)	Valor Tax Adm/estag 2017 (R\$1,00)	Nº Estag por mês 2017	Valores Totais por mês /2017 (R\$1,00)	Variação % no número de estagiários entre 2016 e 2017
Janeiro	39,00	109	4.251,00	62,50	124	7.750,00	13,76%
Fevereiro	39,00	106	4.134,00	62,50	125	7.812,50	17,92%
Março	39,00	121	4.719,00	62,50	123	7.687,50	1,65%
Abri	39,00	110	4.290,00	62,50	128	8.000,00	16,36%
Maio	62,50	122	7.625,00	55,00	130	7.150,00	6,56%
Junho	62,50	126	7.875,00	55,00	135	7.425,00	7,14%
Julho	62,50	128	8.000,00	55,00	138	7.590,00	7,81%
Agosto	62,50	134	8.375,00	55,00	139	7.645,00	3,73%
Setembro	62,50	144	9.000,00	55,00	136	7.480,00	-5,55%
Outubro	62,50	145	9.062,50	55,00	135	7.425,00	-6,89%

Novembro	62,50	135	8.437,50	55,00	134	7.370,00	-0,74%
Dezembro	62,50	133	8.312,50	55,00	137	7.535,00	3,00%

Fonte Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

A gestão do patrimônio imobiliário dos empreendimentos de geração e transmissão sob concessão da Eletrosul é realizada pelo Setor de Gestão da Informação e Geoprocessamento - SEGIG, vinculado à Divisão de Engenharia Fundiária – DEFR, que, por sua vez, está vinculada ao Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária – DEA, um dos departamentos da Diretoria de Engenharia - DE.

O patrimônio imobiliário gerido pela Eletrosul compreende assim as áreas de terras cujos direitos foram adquiridos para fins de implantação e operação de empreendimentos sob sua concessão, tendo sido registrados tais direitos em nome da Eletrosul.

No âmbito geral da gestão do patrimônio imobiliário, a empresa utiliza o Sistema DIM – Desapropriação de Imóveis, o qual possibilita o armazenamento e a manipulação de informações alfanuméricas relativas aos seguintes processos relacionados a imóveis, dentre outros:

- Servições administrativas para obras de Linhas de Transmissão.
- Desapropriações para obras de Subestações.
- Desapropriações para obras de Usinas Hidrelétricas.
- Servições/Cessões de Uso/Desapropriações para obras de Usinas Eólicas.
- Locação/Comodato/Aquisição para obras de Telecomunicações.

O armazenamento das informações consiste no registro de cada imóvel interceptado pelos empreendimentos, contendo, basicamente, a identificação cadastral do processo administrativo, a denominação do proprietário, a área total do imóvel e a área vinculada ao empreendimento, o valor indenizado pelo processo aquisitivo, o valor gasto com despesas legais (cartórios, etc), o valor indenizado pelas benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas, o valor indenizado pelos danos de obras, dentre outros. Permite ainda, a discriminação da situação do processo, ou seja, se encontra-se concluído, pendente ou tramitando em juízo (imissão na posse).

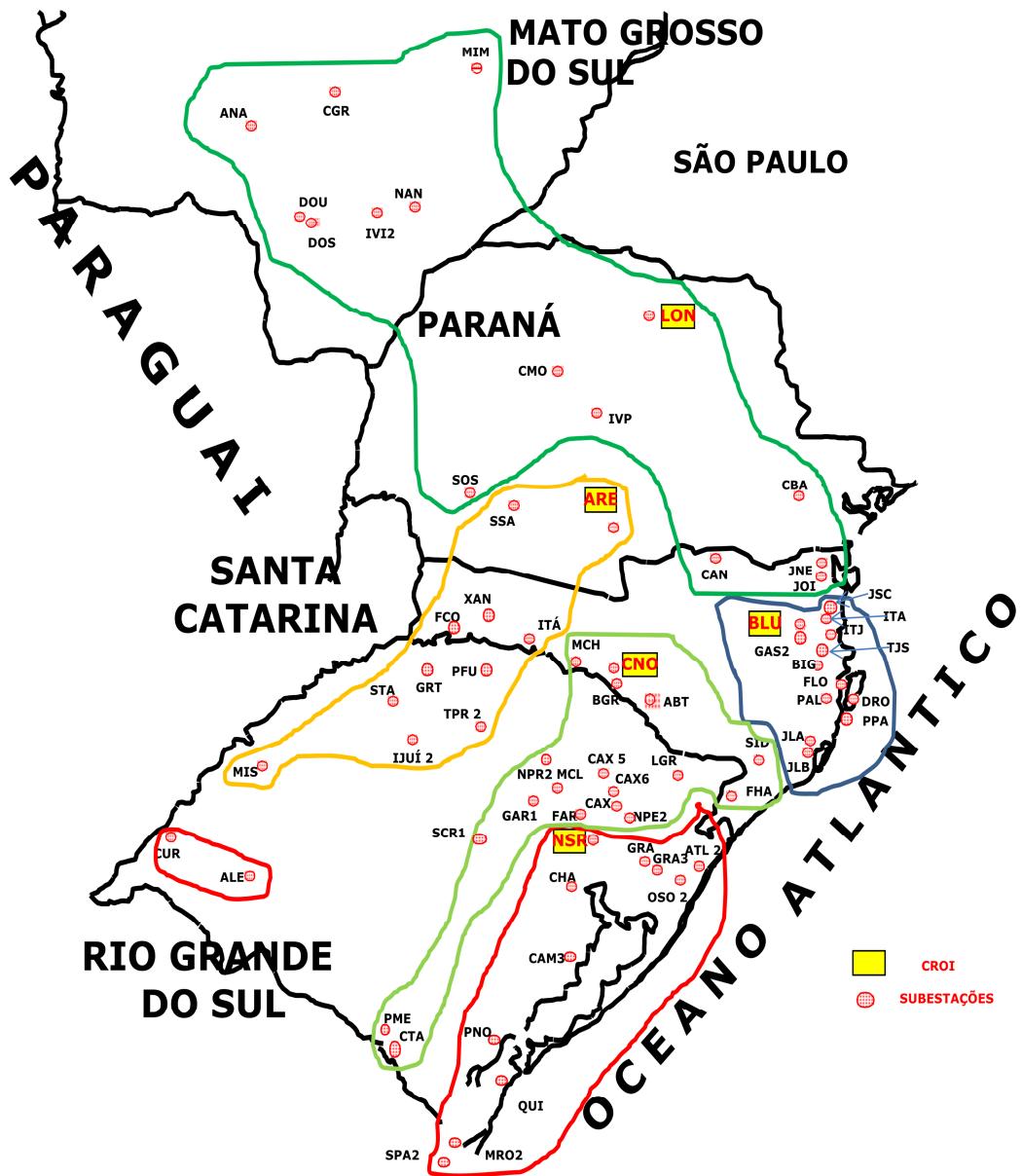
Atualmente, com o advento da implantação de um sistema multifinalitário e integrado de gestão da informação de forma corporativa, o Sistema DIM poderá ser substituído por um Sistema de Gestão Fundiária, o qual permitirá uma integração desse sistema com demais sistemas de informações, proporcionando a integração de informações alfanuméricas e espaciais de forma conciliada e em tempo real com outras informações dos empreendimentos, tais como: informações do licenciamento ambiental, da engenharia, de equipamentos, dentre outros.

Gestão dos Ativos – Operação e Manutenção

Conforme informado no item 2.1 – Finalidade e Competências, a Eletrosul coordena a operação, ininterruptamente, por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSEE), dividido em Centro de Operação da Transmissão (COT), Centro de Operação da Geração (COG) e Centro de Operação de Telecomunicações (CCT). Os comandos de operação são executados por Centros Regionais de Operação de Instalações (CROI) para as instalações de Transmissão e pelo próprio COG, para instalações de geração, com o auxílio de técnicos de apoio à operação nas instalações,

com a possibilidade de operação do COSEE, em backup, por meio do Centro de Operação de Contingência (COC). As instalações de transmissão podem ser operadas, em backup, pelo COSEE.

Figura 2 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul



Para gestão da operação dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 5.2.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação

SISTEMA	FUNCIONALIDADE
GIRO – Gerenciador Informatizado de Rotina da Operação	Livro de turno, incluindo registros de manutenção e de intervenções.
GPI – Gerenciador do Processo de Intervenções	Solicitação e programação das intervenções no sistema.
Portal da Operação	Instruções operacionais.
RDOS – Relatório Diário de Ocorrência no Sistema	Registrar os eventos na operação do Sistema.
RRO – Relatório de Registro de Ocorrências	Registrar as ocorrências de desligamentos nas instalações de transmissão e geração.
LEQ – Localização de Equipamentos	Gestão de registro das localizações dos equipamentos operados ou

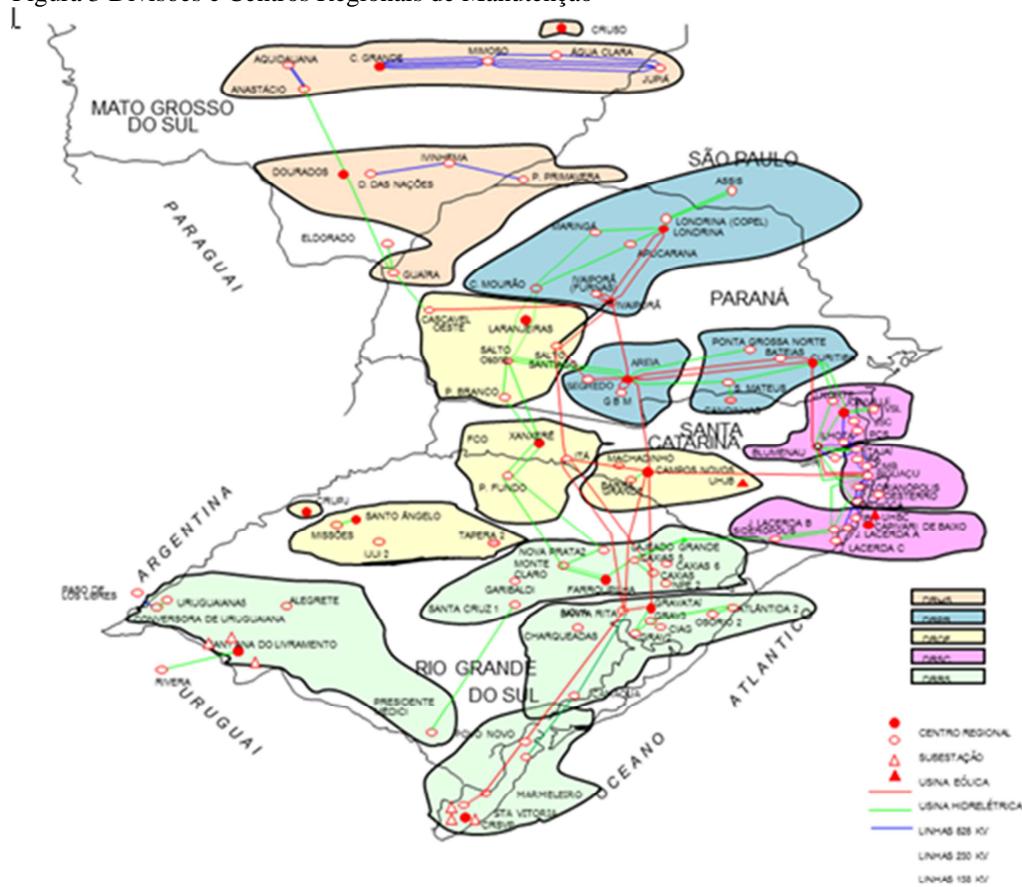
mantidos pela Eletrosul

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

As responsabilidades, as regras e os procedimentos que envolvem a operação do sistema sob o comando e a execução da Eletrosul são normatizados no Manual de Operação, alinhados com os Procedimentos de Rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). As intervenções no sistema elétrico são analisadas, documentadas e otimizadas por uma equipe de programação de desligamentos, objetivando maximizar a disponibilidade do sistema. Para tanto, a empresa mantém uma equipe de engenharia especializada em estudos elétricos, que assegura a operação dentro dos padrões de segurança sistêmica, visando garantir confiabilidade e disponibilidade dos seus ativos. O controle da qualidade da operação é realizado pelas áreas de pós-operação.

A manutenção dos ativos de transmissão, geração e telecomunicação da Eletrosul é efetuada por cinco Divisões Regionais de Manutenção, segregadas em 13 Centros Regionais de Manutenção:

Figura 3 Divisões e Centros Regionais de Manutenção



Para gestão da manutenção dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 5.2.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção

Quadro 3.2.2 Sistemas Informados da Gestão da Manutenção	
SISTEMA	FUNCIONALIDADE
BDE – Banco de Dados de Equipamentos	Gestão de ativos, incluindo cadastro, pedido de serviços, movimentações de equipamentos.
PPC – Prontuário e Plano de Contingência	Gestão de documentos de manutenção, incluindo prontuários de instalações e planos de contingências.
Recomendações Técnicas	Cadastro de recomendações técnicas de Engenharia de Manutenção.

Manual de Manutenção	Instrução de manutenção
SIM – Sistema de Informação da Manutenção	Geração de relatórios gerenciais de apoio à decisão.
MANPR – Manutenção Preditiva de Equipamentos	Gestão de registros e laudos de termovisão.
AEPC – Ajustes e Estudos de Proteção e Controle	Gestão de registros das parametrizações dos Relés de Proteção.
RTM – Relatório Técnico da Manutenção	Gestão de registro das ocorrências que necessitam de análise da Engenharia e/ou revisão de Instruções Normativas da Manutenção

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

A Eletrosul utiliza o BDE como o principal sistema informatizado de gestão da manutenção. Constitui-se no cadastro de todos os equipamentos instalados nas áreas operacionais da Empresa, mantendo registro histórico dos serviços de manutenção realizados, ensaios das análises preditivas, das movimentações e transferência de equipamentos.

Como principais aplicações deste sistema, temos os Pedidos de Serviços, relatórios de controle, consolidação das movimentações de equipamentos e atualização do cadastro de ativos operacionais.

A infraestrutura e procedimentos para gestão dos ativos da Eletrosul, em relação aos aspectos de operação e manutenção, apresentam-se adequadas, haja vista, os elevados indicadores operacionais da empresa.

5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O patrimônio imobiliário gerido pela Eletrosul por meio do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária – DEA - compreende assim, as áreas de terras cujos direitos foram adquiridos para fins de implantação e operação de empreendimentos sob sua concessão, tendo sido registrados tais direitos em nome da Eletrosul.

Os bens imóveis que constam em nome da União foram levantados e informados em resposta ao Ofício Eletrobrás CTA-PR-7706/2013, por meio da CE PRE-0116/2014, de 03/07/2014. Os bens informados restringiram-se ao levantamento de um imóvel no município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, o qual se encontra destinado à Subestação Alegrete, sob concessão de transmissão da Eletrosul.

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Telemática e Automação (PDTA) é um instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função de TI, Telecomunicações e Automação na empresa, que é apresentado para a aprovação da Diretoria Executiva.

Cabe ao Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL) a coordenação das ações e do grupo de trabalho multidisciplinar que revisa e propõem as ações do triênio. Cabendo a Diretoria de Operação a sua coordenação.

Em maio de 2010, por meio da Deliberação de Diretoria Executiva – DD 1320-03 de 05/05/2010, a empresa aprovou a Norma de Gestão Empresarial (NG 114) Provimento de Recursos de Telemática (Telecomunicações e Informática) e Automação, que normatiza o atendimento das demandas

referentes a telecomunicações, informática e automação, para dar sustentação às decisões das Diretorias e processos da Eletrosul.

O atual Plano Diretor de Telemática e Automação da Eletrosul (PDTA) Triênio 2016 – 2018 foi aprovado por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD 1601-10, de 03/11/2015.

Tendo em vista as novas definições por parte da empresa, este plano necessitou sofrer alterações no ano de 2017 devido a restrições orçamentárias.

Adicionalmente, salienta-se o alinhamento da prática da Eletrosul em efetuar um planejamento de TI conforme as orientações do TCU, que por meio de questionário junto as empresas públicas “Levantamento de Governança de TI” questiona se a empresa possui plano de TI que contemple objetivos, indicadores e metas para TI, vinculado aos objetivos explicitamente alinhados ao planejamento estratégico da empresa.

As funções do comitê Gestor de TI estão inclusas no comitê gestor do PDTA, que engloba também as funções de telecomunicações e automações de toda a empresa.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas:

Composição do Grupo de Trabalho de revisão periódica do PDTA

O grupo de trabalho de revisão periódica do PDTA foi determinado por meio da Comunicação Interna da Diretoria de Operação – CI DO 0009/2013 de 16/07/2013, e tem a seguinte composição:

- Gerente do Departamento de Automação, Proteção e Telemática – DTL, como coordenador e Antônio Fernando de Souza como suplente;
- Gerente da Divisão de Engenharia de Manutenção de Proteção, Controle e Automação – DPCA, representando a Diretoria de Operação e Allan Falchetti Magri como suplente;
- Gerente da Divisão de Engenharia e Operação de Telecomunicação – DEOT, representando a Diretoria de Operação e Daniel Kolm como suplente;
- Gerente da ASG representando a Presidência – PRE, e Carlos Henrique Machado como suplente;
- Chefe de Setor de Engenharia de Projeto de Telecomunicações representando a Diretoria de Engenharia – DE, e Léo Flávio Cardoso Pereira como suplente;
- Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI, representando a Diretoria Administrativa - DA, e Miguel Aldo Gutierrez como suplente;
- Gerente do Departamento Financeiro – DEF, representando a Diretoria Financeira – DF e Sandro Lacau como suplente.

Reuniões e principais decisões tomadas:

O grupo de trabalho de revisão periódica do PDTA reuniu-se em duas oportunidades no ano de 2017 para a verificação e ajustes do planejamento, sendo que os principais pontos tratados foram:

- Meta 1- Uso de software livre ou de código aberto;
- Meta 2- Implementação da política de segurança da Informação e Comunicações - PSIC;
- Meta 3- Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis;
- Meta 4- Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos;
- Meta 5- Web e Intranet;
- Meta 6- ERP Implantação SAP e ERP_CONSIST;

- Meta 7- Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária - SGF;
- Meta 8- Implementação do Sistema de Ensino a Distância - EAD;
- Meta 9- Implementação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Físico;
- Meta 10- Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM;
- Meta 11- Infraestrutura de redes de telecomunicações;
- Meta 12- Infraestrutura de Automação;
- Meta 13- Convergência – Integração rede Eletrobras;
- Meta 14- Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação;
- Meta 15- Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade:

Manutenção: Os sistemas de informações: Software de Medição de Fronteira, Coleta Grandeza Anemométrica, Banco de dados Histórico do SAGE, estão em produção, e sua manutenção é realizada pelas equipes técnicas do Departamento de Automação, Proteção e Telemática - DTL.

Desenvolvimento: Os sistemas de informações (Software de Medição de Fronteira, Coleta Grandeza Anemométrica, Banco de dados Histórico do SAGE) estão em produção, foram desenvolvidos por equipes técnicas do Departamento de Automação, Proteção e Telemática - DTL.

Riscos:

Avaliação de Riscos: Todos os procedimentos, para garantia da continuidade e disponibilidade dos sistemas de informação, estão contidos no Plano de Contingência da Eletrosul.

Sistema Software de Medição de Fronteira – O sistema atende a área de comercialização de energia da Eletrosul. A falha desse sistema ocasiona dificuldades na gestão da medição/comercialização de energia e a supervisão dos serviços de comunicações prestados para a CCEE para acessar aos medidores do Sistema de Medição para Faturamento da Eletrosul. Para mitigar eventuais riscos de indisponibilidade, esse Sistema é monitorado continuamente pela ferramenta OPMON que verifica de forma online a disponibilidade dos serviços.

Sistema de Coleta Grandeza Anemométrica- O sistema de coleta diária de dados de intensidade e direção do vento nas usinas eólicas da Eletrosul atende às áreas de pós-operação e planejamento da Eletrosul, que elaboram estudos e relatórios que avaliam o desempenho dos parques eólicos, apontam necessidades de melhoria e servem como subsídios na implantação de novos empreendimentos. Além disso, a Eletrosul tem obrigatoriedade de enviar quinzenalmente esses dados à EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas, sob pena de receber multas em caso de descumprimento dos prazos pré-estabelecidos. Dessa forma, a indisponibilidade do sistema de coleta interrompe as atividades de análise, estudos e elaboração de relatórios pelas equipes de pós-operação e planejamento, podendo acarretar ineficiências na operação das usinas eólicas e baixa qualidade das informações que servirão de subsídios na implantação de novos projetos. Adicionalmente, a Eletrosul pode ser penalizada pela EPE no caso do não envio dos dados em tempo hábil.

Para mitigar eventuais risco de indisponibilidade o sistema é monitorado pela ferramenta OPMON que verifica de forma online a disponibilidade do sistema.

Banco de dados Histórico do SAGE - esse sistema de banco de dados histórico tem a função de guardar os dados de grandezas elétricas gerados a partir do monitoramento da rede elétrica da

Eletrosul pelo Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (SAGE). Os dados ficam disponíveis para consulta através de uma interface específica, e podem ser consultados a qualquer momento para dados com idade igual ou inferior a 2 meses, ou por solicitação à equipe de suporte para dados mais antigos. Os principais usuários são as equipes de pós-operação e planejamento do sistema elétrico.

A indisponibilidade temporária do banco de dados histórico do SAGE pode provocar dificuldades na execução das atividades de análise e planejamento. A perda definitiva dos dados provocada por problemas de hardware não são toleradas. Para mitigar eventuais riscos de indisponibilidade, esse Sistema é monitorado continuamente pela ferramenta OPMON que verifica de forma online as suas disponibilidades e são realizados backups diários como forma de preservar a integridade desses dados.

Quadro 5.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da Eletrosul

Sistema	Objetivo	Responsáveis Técnicos	Responsáveis Área	Tipo Manutenção	Despesas em 2017 (Valores em R\$ 1,00)
Software de Medição de Fronteira	Medição de energia para Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – Criticidade Alta.	Marlon Luis Petry	Anderson Maccarini Coral, Luciano Oliveira, Ricardo Matsukura Lindemeyer	Própria	R\$ 0,00
Sistema de Coleta Grandeza Anemométrica	Medição de grandeza anemométricas de parques eólicos – Criticidade Alta.	Diogo Vargas Marcos Luis Gustavo Coelho	Basílio Smaczilo Diogo Vargas Marcos Marcos R. Benedetti Tarcisio Kemper Anilson dos Santos Duarte	Própria	R\$ 0,00
Banco de dados Histórico do SAGE	Histórico do Sistema de supervisão do sistema elétrico – Criticidade Média.	Diogo Vargas Marcos	Anilson dos Santos Duarte	Própria	R\$ 0,00
Sistema de Leilão Digital da Eletrosul	Realização de Leilões de compra e venda de energia elétrica. Criticidade Baixa.	Carlos Alberto Ceolato Junior, Gustavo Fortes Tondello	Alceu Vieira Neto, Daniela Brandão Nascimento, Israel de Castro Palma, Julio Guido Signoretti Junior, Luís Felipe Schramm de Carvalho Rosa	Própria	R\$ 0,00
Sistema Integrado de Gestão - ConsistGEM/ConsistHR	Propiciar o suporte as Áreas de Negócio da Eletrosul para a execução das atividades Contábil, Fiscal, Financeira, Patrimônio, Suprimentos, Recursos Humanos e Informações Gerenciais da	Andre Demboski Pinter	Gerentes das Áreas de negócio da Eletrosul.	Terceirizada	R\$ 956.260,16

	Eletrosul. Criticidade Alta.				
Inspeção de Linhas de Transmissão (SGS)	Gerenciar as inspeções nas linhas de transmissão. Criticidade Alta.	Carlos Alberto Ceolato Junior	Mara Beatriz Farias de Souza; Marcio Ribeiro Faverão; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00
Sistema de Manutenção Preditiva de Equipamentos	Propiciar o suporte ao gerenciamento das manutenções preditivas em equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul e que tem por objetivo prever e prevenir a ocorrência de falhas e defeitos nos equipamentos monitorados. Criticidade Baixa	Carlos Alberto Ceolato Junior	Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich	Própria	R\$ 0,00
Banco de Dados de Equipamentos	Gerenciar as tabelas de dados empregadas nos sistemas da Manutenção e da Operação do Sistema Elétrico. Criticidade Alta.	Andre Demboski Pinter, Carlos Alberto Ceolato Junior,	Altair Coutinho de Azevedo Junior; Cláudio Wanderlei Gomes Vargas; Mara Beatriz Farias de Souza; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00
Manual de Manutenção	Contém as Instruções de manutenção da empresa. Criticidade Baixa.	Izi Silva Sena	Mara Beatriz Farias de Souza; Rodrigo Gil Esteves; Sandro Waltrich.	Própria	R\$ 0,00
Manual de Operação	Contém as Instruções de operação do sistema operativo da empresa. Criticidade Baixa.	Izi Silva Sena	Guilherme Belloli Réos; Sandro dos Santos Pereira.	Própria	R\$ 0,00
Gerenciamento do Processo de Intervenções	Disponibilizar ferramenta para criação, análise e programação de Solicitações de Intervenções no Sistema de Transmissão da Eletrosul. Criticidade Média.	André Martins Miler	Luis Roberto de Oliveira; Maico Marques Dias.	Própria	R\$ 0,00

Fonte: Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

Anualmente os treinamentos são identificados e registrados nos sistemas de PDEquipe (Planejamento de Desenvolvimento de Equipe) e PDI (Planejamento de Desenvolvimento

Individual). Os treinamentos registrados no PDEquipe resultam das necessidades das equipes de acordo com os projetos e atividades planejadas no período. Os treinamentos registrados no PDI resultam das avaliações efetuadas no Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), de acordo com a necessidade de aprimoramento das competências avaliadas do empregado.

Plano de Capacitação de Pessoal de Telemática

- Habilitar as questões legais de segurança e medicina do trabalho;**

- i. Curso NR10;
- ii. Curso NR35;

Justificativa: Capacitar o empregado para o trabalho em equipamentos energizados, em área e altura de risco;

Resultado Esperado: Equipe certificada e habilitar legalmente a atuação dos empregados;

- Participação em eventos de atualização tecnológica nas áreas de Telecomunicações, TI e Automação;**

- i. SUMMIT UTCAL;
- ii. FUTURECOM;
- iii. Encontro de provedores de serviços de telecomunicações;
- iv. Grupo de Trabalho de Engenharia e Operação de Redes (GTER);
- v. Grupo de Trabalho em Segurança de Redes (GTS);
- vi. Brazil Automation;

Justificativa: Capacitar o empregado com as novas tecnologias de telemática aplicadas ao setor;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- Atualização em novas tecnologias para sistema SCADA;**

- i. protocolos IEC61850;
- ii. treinamento SCADA SAGE;
- iii. protocolo ICCP;

Justificativa: Capacitar o empregado com o uso dos novos protocolos aplicados a automação, telesupervisão e telecontrole;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- Treinamento de sistema de monitoramento de infraestrutura de telemática;**

- i. Treinamento avançado no software OPMON;

Justificativa: Capacitar o empregado com técnicas de monitoramento de infraestrutura e serviços online aplicadas às áreas de telecomunicações, infraestrutura de TI e Automação do sistema elétrico de potência para que o mesmo possa planejar sua ampliação;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter novas tecnologias, garantindo a qualidade operacional através de monitoramento adequado;

- Novas Tecnologias de ERP;**

- i. Treinamento básico SAP;

Justificativa: Capacitar o empregado com tecnologia ERP-SAP referente a infraestrutura de TI ;

Resultado Esperado: Equipe apta a especificar, operar e manter as novas tecnologias aplicadas ao setor;

- **Segurança da Informação (tecnologia);**

- i. ISO 27001;
- ii. Treinamento em técnica avançadas para proteção de ataques cibernéticos;
- iii. Treinamento em cybersecurity aplicado ao setor elétrico;
- iv. Datamining aplicado à segurança;

Justificativa: Capacitar o empregado em políticas, boas práticas e técnicas relacionadas à segurança da informação;

Resultado Esperado: Equipe apta a desenvolver políticas e boas práticas na gestão da segurança da informação corporativa e operacional;

- **Governança de Tecnologia da Informação;**

- i. Treinamento em ITIL;
- ii. Treinamento em COBIT;

Justificativa: Capacitar o empregado em políticas e boas práticas da gestão da segurança da informação;

Resultado Esperado: Equipe apta a desenvolver políticas e boas práticas na gestão da informação corporativa e operacional;

- **Negócios de Telecomunicações;**

- i. Tributação Federal e Estadual aplicadas a serviços SCM-Serviços de Comunicação Multimedia, regulação da ANEEL e ANATEL;
- ii. Participação em eventos de Telecomunicações;
- iii. Participação em congressos: FUTURECOM;

Justificativa: Capacitar o empregado na legislação e regulação do mercado de telecomunicações;

Resultado Esperado: Equipe apta a comercializar serviços de telecomunicações;

Quadro 5.3.2 Capacitação do Pessoal de TI Efetivamente Realizada

Evento	Período	
A4 E A5 - INTRODUÇÃO E PRÁTICO COM A NORMA IEC61850	17/01/2017	20/01/2017
ASPEC CONTRAT AEROGERADORES	06/10/2017	06/10/2017
BRIGADA DE EMERGÊNCIA	06/06/2017	07/06/2017
BUSINESS PROCESSES IN FINANCIAL ACCOUNTING (AC010)	07/03/2017	10/03/2017
CAPACITAÇÃO NO USO DO AVA	29/05/2017	02/06/2017
CIPA	19/06/2017	21/06/2017
COMPARTILHANDO CONHECIMENTO	18/08/2017	18/08/2017
DEBATES DE ASSUNTOS DA MANUTENÇÃO E DESAFIOS ATUAIS	22/08/2017	23/08/2017
EDUCAÇÃO FINANCEIRA	20/10/2017	20/10/2017
ELETROTÉCNICA APLICADA NA METROLOGIA	26/06/2017	30/06/2017
ELETROTECNICA BÁSICA	19/06/2017	23/06/2017
ÉTICA E INTEGRIDADE	23/11/2017	23/11/2017

FUNDAMENTOS DO ACL	25/10/2017	27/10/2017
GERENCIAMENTO DE ALARMES NA ELETROSUL	06/10/2017	06/10/2017
GERENCIAMENTO DO ESTRESSE	23/05/2017	23/05/2017
IMPLEMENTATION PROJECTS WITH SAP SOLUTION MANAGER (SMI310)	08/03/2017	10/03/2017
IMPLEMENTATION PROJECTS WITH SAP SOLUTION MANAGER (SMI310)	29/03/2017	31/03/2017
INTEGRIDADE E ÉTICA - COMPLIANCE	31/10/2017	08/01/2018
INTERPRETAÇÃO DA NORMA ABNT NBR ISO/IEC 17043:2011	05/07/2017	06/07/2017
INTERPRETAÇÃO DE CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO	17/05/2017	19/05/2017
LINKED OPEN DATA BRASIL	03/01/2017	03/02/2017
LOTUS NOTES	06/03/2017	10/03/2017
MEDITAÇÃO ATIVA	20/10/2017	20/10/2017
METEOROLÓGICOS SEVEROS & IMPACTOS NO SETOR ELÉTRICO	30/08/2017	31/08/2017
NIVELAMENTO EM WEB MÍDIAS SOCIAIS E EAD	29/05/2017	02/06/2017
NR 10 RECICLAGEM-SEG. EM INSTAL. E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE	24/04/2017	12/05/2017
NR 10 RECICLAGEM-SEG. EM INSTAL. E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE	29/05/2017	30/06/2017
NR35 -TRABALHO EM ALTURA - PRÁTICO	17/10/2017	17/10/2017
NR35 -TRABALHO EM ALTURA - TEÓRICO	28/09/2017	31/10/2017
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	15/09/2017	15/09/2017
PRO ERP - SAP GESTÃO DE ATIVOS	23/01/2017	03/02/2017
PRO ERP - SAP SUPRIMENTOS	24/01/2017	26/01/2017
PRO ERP - SAP SUPRIMENTOS	27/01/2017	03/02/2017
PRO ERP- SAP RECURSOS HUMANOS (HCM)	13/02/2017	17/02/2017
PROERP - ACADEMIA ABAP	13/03/2017	31/03/2017
PROERP - ACADEMIA CO	13/03/2017	05/04/2017
PROERP - ACADEMIA FI	20/03/2017	12/04/2017
PROERP - ACADEMIA HR	10/04/2017	05/05/2017
PROERP - ACADEMIA MM	13/03/2017	05/04/2017
PROERP - ACADEMIA PI	17/04/2017	28/04/2017
PROERP - ACADEMIA PM	13/03/2017	28/03/2017
PROERP - ACADEMIA PM	02/05/2017	17/05/2017
PROERP - ASSET ACCOUNTING (AC305)	13/03/2017	16/03/2017
PROERP - BUSINESS PROCESSES IN PLANT MAINTENANCE (PLM300)	03/04/2017	06/04/2017
PROERP - HR 515 TRAINING AND EVENT MANAGEMENT	06/11/2017	09/11/2017
PROERP - PROCESSES IN PROCUREMENT ((SCM500))	20/03/2017	22/03/2017
PROTEÇÃO DIGSI5,7SJ85,7UT86,7KV87	17/07/2017	21/07/2017
RECICLAGEM BRIGADA DE EMERGÊNCIA	09/08/2017	10/08/2017
RELAÇÕES DE GÊNERO E EQUIDADE	29/11/2017	29/11/2017
SAÚDE INTEGRAL	18/10/2017	18/10/2017
SEGURANÇA DE REDES	26/10/2017	26/10/2017
SNPTEE - SEMINÁRIO NACIONAL DE PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENE	22/10/2017	25/10/2017
SOFTWARE ANTIVÍRUS	24/04/2017	28/04/2017
SOFTWARE DIANE	05/07/2017	06/07/2017
SOFTWARE PARA FILTRAGEM DE CONTEÚDO NO ACESSO À INTERNET	24/05/2017	26/05/2017
SOLUÇÃO CORPORATIVA DE ANTI-SPAM	17/05/2017	19/05/2017
SOLUÇÕES PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO COM SOFTWARE EQUIPMINT	11/04/2017	11/04/2017

TECNOLOGIAS E SOLUÇÕES PARA TI INDUSTRIAL - SWITCHES E ROTEA	09/03/2017	10/03/2017
UTILIZAÇÃO DRONES INSP LT ELETROSUL	06/10/2017	06/10/2017

Fonte: Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

Quadro 5.3.3 Força de Trabalho de TI

Força de Trabalho de TI	Quantitativo
Empregados efetivos da carreira de TI da unidade (Empregados com formação de TI)	23
Terceirizados	6
Empregados efetivos de outras carreiras da unidade (Empregados com outras formações, trabalhando com TI)	19
Estagiários	4
Total	52

Fonte: Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado:

O processo de gerenciamento de serviços de TI para manutenção e desenvolvimento de sistemas considera demandas definidas no Plano Diretor de Telemática e Automação da ELETROSUL (PDTA), revisado periodicamente e solicitações específicas realizadas pelas áreas da empresa. Os serviços de TI são solicitados por meio de sistema destinado a gestão das demandas.

Nas manutenções de sistemas em produção, os serviços de TI devem ser aprovados pelo Gestor do Sistema que enviará para os responsáveis de TI que definirão a prioridade, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, conforme tabela a seguir:

Quadro 5.3.4 Manutenções de Sistemas em Produção

Natureza do Serviço	Motivo
1 – Manutenção Corretiva	Paralisação Total do Sistema
	Paralisação da atividade, sem possibilidade de solução paliativa
	Paralisação da atividade, com possibilidade de solução paliativa
	Sem paralisação da atividade
2 – Manutenção Evolutiva	Exigência legal
	Melhoria no Processo
	Melhoria na Apresentação/ Layout
3 - Desenvolvimento	Exigência legal
	Melhoria no processo

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Os serviços de TI são executados por equipe interna ou por empresas contratadas. Tanto os serviços de desenvolvimento de novos sistemas, quanto os serviços de manutenção de sistemas em

produção, após a sua conclusão, são enviados para o solicitante da demanda que procederá a avaliação do serviço de TI.

Novos Desenvolvimentos

Os desenvolvimentos de novos sistemas necessitam aprovação do Gerente Formal da Área solicitante e o serviço é encaminhado para o Comitê de Priorização de Sistemas de Informática, formalmente constituído, conforme documento Correspondência Interna CI DGI-0345/2015 de 04/11/2015 e sua composição está relacionada a seguir:

Quadro 5.3.5 Composição do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática

Nome	Matrícula	Espaço Ocupacional
Tarcisio Kemper (Coordenador)	1515933	Gerente de Departamento
Andre Demboski Pinter	1537664	Chefe de Setor II
Carlos Eduardo Sens Junior	1535189	Chefe de Setor II
Khaled El Adoui	1537573	Gerente de Divisão
Miguel Aldo Gutierrez Cordeiro	1506693	Gerente de Divisão
Sabrina Weiss Raupp	1535668	Analista de O & M
Vivianne Mehlan	1537630	Analista de O & M

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

No ano de 2017 foram realizadas seis (06) reuniões do Comitê de Priorização de Sistemas de Informática e analisada dez (10) solicitações referentes a novos desenvolvimentos de sistemas de Tecnologia da Informação, sendo dois (02) concluídos e em produção, sete (07) sistemas em processo de desenvolvimento e um (01) sistema aguardando a definição de termo de cessão.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

A Norma de Gestão Provimento de Recursos de Telemática (Telecomunicações e Informática) e Automação - NG 114 orienta a coordenação, a elaboração e o gerenciamento do PDTA, que é o "Instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função telemática e automação na empresa".

O atual Plano Diretor de Telemática e Automação da Eletrosul (PDTA) Triênio 2016 - 2018 foi aprovado pela RD 1601-10 de 03/11/15 e, por esse mesmo instrumento foi delegada a competência ao Diretor de Operação, a criação do grupo de trabalho para revisão periódica do PDTA, conforme proposto no RAD DTL-0006/2010.

As metas abaixo apresentadas fazem parte do PDTA do triênio 2016-2018, aprovadas pela Diretoria Executiva da Eletrosul, destacamos que tal Plano é o instrumento formal de planejamento, que orienta e disciplina as ações afetas à função telemática e automação na empresa.

Metas do PDTA ano 2017

A tabela PDTA faz um resumo das metas de TI (Tecnologia da Informação Administrativa), TO (Tecnologia da Informação Operacional) e TC (Tecnologia Telecomunicações).

Quadro 5.3.6 Resumo PDTA 2017

META	2017	
	Previsão (Valores em Reais Mil)	Realizado (Valores em Reais Mil)

1 - Uso de software livre ou de código aberto	20	0
2 – Implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações –PSIC	300	0
3 - Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis.	3.213	913,72
3.1 - Estações de trabalho, notebooks, monitores e tablets.	1.412	629,2
3.2 - Data Center (principal e contingência)	1.412	163,13
3.3 - Rede corporativa.	389	121,39
4 - Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos.	133	0
5 - Portal Web e Intranet	0	0
6 – ERP	13.572	956
6.1 – ERP em Produção – Consist GEM	700	956
6.2 – ERP em Implantação – SAP	12.872	0
7 – Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária - SGF	140	0
8 – Implementação do Sistema de Ensino a Distância - EAD	6	0
9 – Implantação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Fixo	41	0
10 – Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM	0	0
11 - Infraestrutura de redes de telecomunicações	1.248	15,85
11.1 - Implantação de DWDM no anel óptico	818	0
11.2 - Expansão do Backbone de telecomunicações	430	15,85
12 - Infraestrutura de Automação	0	0
12.1 - Centro de Operação do Sistema ELETROSUL (COSE)	0	0
12.2 - Centro de Operação de Contingência (COC)	0	0
12.3 - Centro de Controle da Automação (CCA)	0	0
12.4 - Laboratório de Automação Supervisão e Controle (LASC)	0	0
12.5 - Centro Regional de Operação de Instalações (CROIs)	0	0
12.6 - Usinas/Subestações Coletoras	0	0
12.7 - Subestações da Rede Básica	0	0
12.8 - Reset elétrico de equipamentos de SDSC	0	0
13 - Convergência – Integração rede Eletrobras	0	0

14 - Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação	4	5,05
15 - Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul	1.751	11,84
15.1- Sistema de comunicação satelital.	92	61,54
15.2 – Atualização tecnológica da comunicação operacional no pátio das SE's	204	0
15.3 – Atualização tecnológica do Sistema de VHF	1000	0
15.4 - Telefonia Administrativa e Operacional	115	13,9
15.5 - Implantação de Sistema de Monitoramento através de CFTV para as Unidades Operacionais	300	36,4
15.6 - Manutenção e ampliação do Sistema de Medição de Faturamento	40	0
TOTAL ANUAL	20.428	2.002,46

Fonte: Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL) e Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Meta 1 Uso de software livre ou de código aberto

Identificar áreas de tecnologia onde a aplicação de software de código aberto ou livre esteja consolidada, possuindo suporte e vantagem financeira para sua aplicação.

Resultado Esperado: Instalado sistema operacional GNU/Linux em 74 servidores de um total de 158. Também foram implantados os seguintes softwares livres: Servidor Radius para controle de acesso físico da rede (Free Radius), Servidor de controle de acesso e monitoramento a rede de convivência (PFSense) e Servidor de monitoramento de tráfego de rede (Cacti).

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a não haver necessidade, pois o conhecimento para implementar os novos softwares foram obtidos através das documentações.

Meta 2 Definição de política de segurança de Telemática e Automação

Implementação de ações em cumprimento às diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicações.

Resultado Esperado: Implementar recursos necessários para garantir a segurança básica de acesso, de integridade e de disponibilidade das informações, através dos seguintes recursos de hardware e software: antivírus Symantec Endpoint Protection instalado nos servidores e nas estações de trabalho, firewall nos pontos de acesso da rede corporativa a rede internet, acesso a rede corporativa através de login e senha com regra de formação, controle de acesso a diretórios por perfil de usuário, controle de acesso a pontos de rede física, execução de rotinas de backup periódica e controle de acesso as dependência do Data Center Principal e Contingência e controle de acesso a Internet.

Observações referentes a essa meta: O valor ficou acima do previsto devido a correções monetárias e alta do Dólar.

Meta 3 Definição do plano de atualização do parque tecnológico e previsão de compras de equipamentos e consumíveis

Estabelecer critérios para atualização e substituição das estações de trabalho, dos servidores, notebooks e softwares da cesta básica utilizados na Eletrosul; reorganizar a infraestrutura do ambiente computacional corporativo centralizado; expansão da Rede Corporativa e Operacional.

Resultado Esperado: Estabelecer um plano de atualização, onde a substituição das estações de trabalho levando em consideração os critérios de desempenho requerido pelos softwares utilizados, tempo de garantia, vida útil, taxa de falha, perfil de usuário e local de instalação.

Consolidação dos servidores e serviços com a implantação dos novos servidores Blades (em lâminas), sistema de virtualização (XEN), melhorias no cabeamento estruturado de rede e readequação do layout dos Datacenters (Principal e Contingência).

Expansão da Rede Corporativa.

Contínua expansão das redes operacional e corporativa em atendimento a expansão do setor elétrico e novos clientes.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 4 Definição de política de redistribuição, reaproveitamento e descarte de equipamentos

Identificar a possibilidade de reaproveitar equipamentos obsoletos entre áreas, e outras possibilidades de aplicações para esses equipamentos. Deverá ainda estabelecer os critérios para o descarte de peças e equipamentos, bem como a forma como isso será feito, em acordo com as normas vigentes de meio ambiente.

Resultado Esperado: Descarte consciente de equipamentos obsoletos.

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a não ter alcançado o uso do licenciamento atual.

Meta 5 Portal Web e Intranet

Disponibilizar informações e serviços para as partes interessadas, ou seja, sociedade, fornecedores, clientes, acionistas e empregados por meio do Projeto Portal da Eletrosul.

Resultado Esperado: Migração da atual tecnologia por uma mais segura, propiciando à Eletrosul uma maior agilidade da gestão de conteúdo externo, preparação do ambiente interno da Eletrosul para o crescimento horizontal do Portal.

Observações referentes a essa meta: Não realizado devido a restrições orçamentárias.

Meta 6 ERP Implantação SAP e ERP CONSIST

Implantação, e manutenção do Sistema Integrado de Gestão Empresarial, denominado SAP ERP, conforme Resolução DEE – RES 475/2013, da Eletrobras, denominado de Programa de implantação do padrão ERP nas empresas Eletrobras (PROERP).

Resultado Esperado: O objetivo principal da implantação deste sistema é a padronização dos Sistemas ERP das empresas Eletrobras, Além disso, para a Eletrosul, será possibilitar a integração dos diversos processos de negócio em substituição ao atual sistema implementado pela CONSIST com parte dos sistemas legados, conforme escopo definido e aprovado para a referida implantação.

Observações referentes a essa meta: Adequação orçamentária.

Meta 7 Implementação de Novo Sistema de Gestão Fundiária (SGF)

Aquisição de um Sistema Integrado de Gestão e Governança dos Processos Patrimoniais e Fundiários dos empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica em implantação e operação da Eletrosul.

Resultado Esperado: Disponibilizar o novo sistema para ser utilizado nos processos patrimoniais decorrentes do Leilão ANEEL 004/2014.

Observações referentes a essa meta: Parte do escopo está previsto na implantação do SAP. Não encaminhado por orientação da holding, aguardando definição do escopo SAP.

Meta 8 Implementação do Sistema de Ensino a Distância (EAD)

Contratação de serviço para a configuração, fornecimento, customização, operação e gestão de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), via WEB.

Resultado Esperado: Com a implantação de sistema para ações educacionais a distância haverá maior facilidade para a capacitação de um maior número de empregados, com redução significativa com despesa de viagens e hospedagem, bem como com inscrições em cursos.

Observações referentes a essa meta: Parte dos serviços foi executada pela equipe técnica da Eletrosul.

Meta 9 Implantação de Sistema de Controle de Inventário de Ativo Fixo

Implantação de novas soluções para controle de ativo fixo em virtude do sistema ineficaz existente para o controle dos Equipamentos Gerais pertencentes à Eletrosul.

Resultado Esperado: Maior eficiência de controle.

Observações referentes a essa meta: Restrição orçamentária. Atividade continua sendo executada de forma manual.

Meta 10 Renovação de Licenças dos Produtos de Colaboração IBM

Renovação das licenças de suporte/atualização dos produtos de colaboração IBM.

Resultado Esperado: Renovação efetuada bienalmente.

Observações referentes a essa meta: A renovação do produto foi alterada para bienual devido a restrição orçamentária. Expandir as licenças somente quando houver necessidade.

Meta 11 Infraestrutura de redes de telecomunicações

Ampliação, manutenção e adequação da infraestrutura de redes e de comunicação entre as unidades de produção e administrativas da ELETROSUL, bem como dessa com outros agentes. Implantação do novo projeto de convergência da empresa.

Resultado Esperado: Implantação e expansão do sistema DWDM. Expansão do meio de transmissão óptico. Implantação do novo projeto de convergência da empresa.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 12 Infraestrutura de Automação

Estava previsto o retrofit dos equipamentos switches para as unidades de produção da empresa. Na sede da empresa, no COSEE (Centro de Operação do Sistema da Eletrosul) estava previsto a substituição do videowall da função operação e telecomunicação.

Resultado Esperado: Aumentar a segurança do sistema de telecontrole, como por exemplo, controle de acesso com autenticação centralizada e individualizada ao sistema de automação e telecontrole. Recapacitação da infraestrutura para atendimento aos serviços do ambiente industrial (SCADAs e gateway-ONS), baseada em virtualização.

Observações referentes a essa meta: Não realizado todo o valor devido a restrições orçamentárias.

Meta 13 Convergência – Integração rede Eletrobras

Permitir ambiente de integração das empresas do grupo Eletrobras em uma rede privada chamada Netbras, que agregue os serviços de videoconferência, telefonia e Intranet das empresas do grupo Eletrobras.

Resultado Esperado: A rede Netbras está integrando atualmente as empresas Eletrosul, CGTEE, Furnas, Eletrobras RJ, Eletrobras Brasília em uma rede com quatro vlans, sendo que os serviços atualmente em operação são videoconferência e intranet para ligando as unidades da Eletrobras RJ e Brasília.

Observações referentes a essa meta: Coordenação da holding. Para a interligação (prevista para o triênio 2016/2017/2018) serão utilizados recursos existentes.

Meta 14 Monitoramento da qualidade de serviços e infraestrutura de telemática e automação

Realizar licitação para adquirir a plataforma de monitoramento de serviços e infraestrutura de rede de TI, TO e Telecomunicações.

Resultado Esperado: Adquirido através de licitação pública o software de monitoramento OPMON com os serviços e infraestrutura já configurados e operacionais.

Observações referentes a essa meta: Execução limitada a 25% do valor da licitação para aumento do número de pontos. Obtido de custo de oportunidade.

Meta 15 Melhoria da infraestrutura de Telemática que atende as Unidades Operacionais da Eletrosul

Identificação e implantação das melhorias nas infraestruturas de telecomunicações, TI e automação das unidades operacionais da Eletrosul.

Resultados Esperados: Avaliação, adequação e contratação de serviços de comunicação satelital para apoio a manutenção de linha de transmissão.

Avaliação de sistema de comunicação via VHF das controladoras com as subestações telecontroladas e dessas com o COSEE. Avaliação de atualização tecnológica do atual sistema de VHF da empresa.

Elaboração de política para a implantação do sistema de monitoramento patrimonial e operacional das unidades operacionais da Eletrosul. Elaborar projeto e implantação em algumas unidades operacionais para avaliação da sua eficácia.

Adequação e implantação de um sistema moderno de comunicação para atendimento às unidades administrativas e operacionais, integrando sistemas e garantindo os requisitos operacionais ditados pelos procedimentos de rede.

Elaboração de política para a implantação do sistema de monitoramento patrimonial e operacional das unidades operacionais da Eletrosul.

Implantar sistema de medição de faturamento para atender às solicitações das áreas afetas.

Observações referentes a essa meta: Licitação pública para contratação de serviço satelital, serviço satelital com valor da tarifa vinculado a moeda estrangeira.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade:

Atualmente a Eletrosul necessita da prestação de serviços de TI do Sistema de Gestão Empresarial (ERP) desenvolvido por empresa especialista no assunto. Por decisão das empresas Eletrobras, iniciamos em 2014 o projeto de Padronização do ERP usando o Sistema SAP, o qual prevê capacitação especializada para todos os profissionais das empresas do Sistema Eletrobras, resultando em obtenção de conhecimentos fundamentais. Com isso prevemos uma menor dependência de empresas terceirizadas nas demandas de manutenção, parametrização e desenvolvimento.

5.3.1 Principais Sistemas de Informações

A resposta a este subitem encontra-se na letra “c” do item 5.3 - Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A resposta a este subitem encontra-se na letra “b” do item 5.3 - Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

a) Visão geral da Política de Sustentabilidade Ambiental adotada pela unidade:

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras está alinhada a Missão, Visão e Valores da empresa e tem como objetivo nortear o tratamento das questões socioambientais em consonância com os princípios da sustentabilidade.

A premissa fundamental é a conformidade com as diretrizes das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, bem como com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Foi elaborada em 2006 e passa por revisões periódicas com o intuito de contemplar em seu escopo os principais temas e disciplinas integrantes do cotidiano da gestão ambiental praticada pelas empresas Eletrobras.

As atualizações são discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Política Ambiental (GT1) do Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, e as revisões aprovadas pela Eletrobras passam por aprovação da Diretoria Executiva da Eletrosul.

A adesão da empresa à versão 3.0 da Política Ambiental foi aprovada por meio de Resolução da Diretoria Executiva da Eletrosul – RD 1620-04, na qual houve a inserção de preceitos associados ao remanejamento de populações atingidas por empreendimentos de energia elétrica.

As atividades de divulgação, internalização, acompanhamento e avaliação do processo de implementação da Política nas empresas, são discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Comunicação Ambiental (GT9), que atua em caráter permanente e possui um representante de cada uma das empresas Eletrobras.

Importante salientar que a Eletrobras coordena o Subcomitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras (SCMA), vinculado ao Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente (COPEM) que é vinculado ao Conselho Superior do Sistema Eletrobras (CONSISE). Esse Subcomitê é um colegiado composto pelos gestores das áreas de meio ambiente, contando com o apoio de 9 Grupos de Trabalho permanentes e 5 comissões temporárias formados por representantes das equipes técnicas de cada uma das empresas Eletrobras, para tratar de assuntos de interesse comum.

A Eletrosul em consonância com a recomendação da *holding*, aprovou a criação de uma Comissão Interna para o gerenciamento do Plano de Internalização da Política Ambiental na empresa.

As sugestões propostas nesse Plano foram objeto de ampla discussão pela citada Comissão Interna, composta pelas áreas de meio ambiente, responsabilidade social e comunicação, sempre propondo ações exequíveis, associadas ao mínimo dispêndio de recursos humanos e financeiros.

Algumas ações do Plano de Internalização já foram realizadas visando à disseminação aos empregados dos princípios e das diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, que reforçam o respeito ao meio ambiente, o compromisso com o desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos nos negócios de curto, médio e longo prazo.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

A Eletrosul não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

A Eletrosul separa seus resíduos recicláveis descartados, tanto nas áreas descentralizadas quanto na sede da empresa, conforme preconiza o Decreto 5.940/2010.

Todas as informações referentes à destinação dos resíduos sólidos gerados na empresa são armazenadas num software denominado “Indicadores para Gestão da Sustentabilidade nas Empresas Eletrobras (IGS)”, software utilizado sob a coordenação da holding e operacionalizado pelo CEPEL. O aplicativo foi desenvolvido no ambiente da internet com a função de monitorar, registrar, arquivar e uniformizar mensalmente os indicadores ambientais, de forma corporativa.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

Apesar do Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, não ser aplicável à Eletrosul, pois esta não está enquadrada como administração pública federal direta, autárquica e fundacional ou empresa pública dependente, conforme definido no art. 1º do supracitado Decreto, a Empresa integra o Grupo de Trabalho Sustentabilidade, vinculado ao Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos do Sistema Eletrobrás – CELSE, coordenado pela Eletrobras, que tem como objetivo orientar as Empresas Eletrobras e estabelecer padrões de contratação sustentável.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012:

A Eletrosul não possui plano de gestão de logística sustentável.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

O Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030 apresenta em sua Missão, Visão e Valores, o compromisso de atuar de forma sustentável. A partir dessas premissas, a Eletrosul vem desenvolvendo diversas ações no sentido de aprimorar a gestão e os processos relacionados à sustentabilidade empresarial, incluindo metas ambientais de redução de consumo de energia, água e combustíveis fósseis.

Tanto na fase de implantação, quanto na fase de operação de seus empreendimentos, atua em absoluta observância às legislações ambientais e respeito às populações abrangidas pelos seus empreendimentos.

Para aferir os resultados da gestão ambiental, a empresa utiliza um conjunto de indicadores, que avaliam os quantitativos de insumos e resíduos produzidos no processo produtivo e seus impactos nos recursos naturais.

Tendo como base o monitoramento e análise desses indicadores, anualmente são elaborados inventários temáticos ambientais (água, energia, resíduos, combustíveis, supressão vegetal, entre outros), além de diagnósticos de desempenho para todas as áreas da empresa, permitindo o estabelecimento de estratégias, planos e metas de melhoria do desempenho ambiental, contribuindo para a redução do desperdício e incentivando a reutilização de materiais no processo produtivo.

Além disso, atendendo a objetivos estratégicos relacionados ao tema “mudanças climáticas”, anualmente, a Eletrosul contabiliza suas emissões de gases de efeito estufa, participando da elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa das Empresas Eletrobras. Este inventário é auditado anualmente, e em 2016 a Eletrosul foi selecionada como uma das empresas Eletrobras, cujos controles passarão por essa avaliação.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A resposta a este subitem encontra-se na letra “d” do item 5.4 - Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

A estrutura organizacional da Eletrosul contempla a Ouvidoria Geral subordinada ao Conselho de Administração, e tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos.

Desde 21 de Agosto de 2017, as denúncias passaram a ser recebidas por um canal externo de denúncias das empresas Eletrobras. Esse canal é uma ferramenta específica e oficial para o tratamento de denúncias relativas a todo tipo de irregularidades, além de permitir que as empresas tenham ciência de eventuais problemas e promovam as devidas ações corretivas.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias de infração ética, é responsável pelo esclarecimento de dúvidas sobre ética pelo desenvolvimento de ações educativas sobre ética.

São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, sugestões e elogios, conforme quadro abaixo:

Quadro 6.1.1 Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico às partes interessadas	fone: (48) 3231-7300 3231-7000
Ouvidoria Geral – Tem por propósito receber, analisar e encaminhar solicitações, reclamações, elogios e sugestões decorrentes de procedimentos da atuação da empresa, com o objetivo de buscar soluções a estas com a maior brevidade possível, sempre observando os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.	Site da Eletrosul www.eletrosul.gov.br Ouvidoria: http://www.eletrosul.gov.br/ouvidoria/como-funciona Email: ouvidoria@eletrosul.gov.br Canal Externo de Denúncia: https://www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/ 08003778037 – Canal Denúncia Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315/3231-7809 08006487822 – Ouvidoria e Frota da empresa End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Em atendimento à Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), está disponível o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Esse sistema permite que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhe pedidos de acesso a informação a empresa.	Site: https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx E-mail: sic@eletrosul.gov.br Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315/3231-7809

	<p>ou 0800.6487822 End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal - Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas</p>
Comissão Permanente de Ética – é responsável pela gestão da Ética na Eletrosul, pelo esclarecimento de dúvidas sobre ética e sobre atos e condutas de empregados que podem ser caracterizados como infração ética, pelo desenvolvimento de ações educativas sobre ética, pela comunicação sobre ética e condutas éticas, assim como pela apuração de denúncias de infração ética comunicados nos canais de comunicação da Eletrosul	<i>e-mail: etica@eletrosul.gov.br</i>

Fonte: Ouvidoria Geral (OVGE) e Comissão Permanente de Ética

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Ouvidoria Geral recebeu através do Sistema de Gestão de Ouvidoria, 272 manifestações, sendo 144 solicitações de informações, 75 reclamações, 43 denúncias, 2 elogios e 8 sugestões. Destaca-se que todas as manifestações recebidas nesse período foram respondidas.

Salienta-se, ainda, que no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, foram recebidos 57 Pedidos de informação e 53 recursos pelo sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (Lei 12.527/2011), sendo todos respondidos.

Informamos que não houve alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso ao cidadão. Da mesma forma, não há previsão de implementação de procedimentos em exercícios futuros a fim de otimizar o atendimento, tendo em vista que o mesmo atende as necessidades das partes interessadas.

A Comissão Permanente de Ética, de 01/01/2017 a 31/12/2017, recebeu 2 (duas) consultas através do Sistema de Consultas e Denúncias à Comissão de Ética e 2 (duas) denúncias entregues presencialmente e por escrito. Com relação às denúncias, foi instaurado Procedimento Preliminar de Apuração.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Eletrosul não se configura como unidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, não havendo publicação da Carta de Serviços ao Cidadão.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Os mecanismos para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e ou serviços da Eletrosul são as pesquisas, os diagnósticos e os canais de comunicação, disponibilizados para sugestões, reclamações entre outros. As pesquisas e diagnósticos elaborados pela empresa são:

Pesquisa de Satisfação de Clientes Eletrosul

A partir de 2001, a empresa incorporou na sua gestão a busca pela satisfação dos clientes, procurando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços, utilizando uma pesquisa, aplicada por empresa especializada, com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes.

A pesquisa, que, entre os anos de 2001 e 2011 era realizada anualmente, passou a ser bienal. A decisão de alterar a periodicidade da aplicação da pesquisa se deu a partir da solidificação dos resultados ao longo dos anos e se mostrou acertada, pois não teve impacto negativo para os resultados, o que demonstra que a cultura para a melhoria da satisfação dos clientes já está incorporada na empresa.

A Eletrosul não realizou em 2015 a Pesquisa de Satisfação com os Clientes, o que acabou ocorrendo no primeiro semestre de 2016.

A Pesquisa de Satisfação de Clientes 2016 foi realizada via web, com intervenções realizadas por telefone, diferentemente de anos anteriores em que foi realizada de forma presencial. Além desta mudança, a empresa contratada para realização da Pesquisa trabalha com critérios de avaliação de respostas com medição por meio de escala Likert, atribuindo pesos diferentes para os conceitos “muito satisfeito” e para o “satisfeito”.

Apresentamos abaixo o resultado da Pesquisa da Satisfação dos Clientes aplicada em 2016:

Quadro 6.3.1 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2016

Índice/Ano	2016
Índice de satisfação geral Eletrosul	94,7

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Ao compararmos este resultado aos resultados de 2013 e 2011 (abaixo apresentados), houve uma pequena piora nesse índice atribuído principalmente as mudanças de metodologia adotados pela empresa contratada realizadora da pesquisa.

Quadro 6.3.2 Índice de Satisfação de Clientes Eletrosul 2011 e 2013

Índice/Ano	2011	2013
Índice de satisfação geral Eletrosul	95,5	100,0
Índice de satisfação geral no conceito muito satisfeito	53,3	57,1
Índice de satisfação geral no conceito satisfeito	42,2	42,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Canais de Comunicação

A Eletrosul possui vários canais de comunicação, visando à aproximação da empresa com seus *stakeholders*.

A comunicação com a sociedade e com os clientes ocorre por meio de publicações em jornais de grande circulação, relatórios publicados (Relatório de Administração e Relatório de Sustentabilidade), internet (*site, facebook e twitter*) e por meio dos canais da Ouvidoria. Na comunicação com a sociedade ainda podem ocorrer eventos e programas próprios abertos ao público, como o Programa Casa Aberta e a Casa Eficiente.

Com os clientes, o relacionamento também é mantido por meio de reuniões técnicas, de relatórios, de pesquisas de satisfação, onde são extraídas informações de referência para a melhoria de produtos e serviços.

6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

Com o objetivo de garantir a transparência da gestão, o site da Eletrosul disponibiliza, de forma clara e direta, as informações sobre sua atuação. Entre os canais disponibilizados logo na primeira visualização do site está o “Acesso à Informação”, que traz informações institucionais, ações e programas desenvolvidos, informações sobre despesas, repasses e transferências de recursos, licitações e contratos, entre outras.

Os Relatórios de Auditoria, de Gestão Empresarial, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Dirigente de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial relacionado estão acessíveis a partir da primeira visualização, ao clique sobre “Processo de Contas Anuais”. Os editais e documentos públicos, bem como os relatórios com as demonstrações financeiras, também podem ser acessados de forma rápida e direta. A mesma facilidade para acesso, no site, é observada para “Canal de Denúncias”, “Ouvidoria” e “Fale Conosco”, oferecidos para manifestação da população. Os Relatórios de Sustentabilidade, que trazem as informações relacionadas a esse tema, podem ser acessados pelo item de mesmo nome, na página principal.

Abaixo os links:

Acesso à Informação - <http://www.eletrosul.gov.br/ampnbsp/acesso-agrave-informacao>
Processo de Contas Anuais - <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios/processo-de-contas-anuais/processos-de-contas-anuais>

Editais e Documentos Públicos <http://www.eletrosul.gov.br/ampnbsp/editais-e-documentos-publicos>

Relatórios com as Demonstrações Financeiras -

<http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios/demonstracoes-financeiras>

Relatórios de Sustentabilidade - <http://www.eletrosul.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

Transparência Pública -

<http://www3.transparencia.gov.br/index.jsp?CodigoOrgao=910810%20%20%20%20%20&TipoOrgao=3&consulta=0>

Canal de Denúncias - <https://www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/>

Ouvidoria - https://www.eletrobras.com/SOU/Manifestante/Nova_Solicitacao.asp?empresa=Els

Fale Conosco - <http://www.eletrosul.gov.br/fale-conosco>

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho Financeiro no Exercício

O Fluxo Financeiro da Companhia é demonstrado no Quadro 7.1.1. Para este demonstrativo, foi adotada itemização da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFLUX), conforme apresentado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MP). Os saldos de caixa apresentados no DFLUX seguem o critério de Disponibilidades de Caixa e Bancos, incluídas as aplicações de alta liquidez, consideradas como equivalentes de caixa. Nas demonstrações financeiras esta apuração coincide com a soma das Rubricas Caixa e Títulos e Valores Mobiliários. De modo a trazer detalhamento de movimentações relevantes, foram abertos itens adicionais.

Quadro 7.1.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFLUX)	Realizado 2017
Grupos de Receitas e Despesas	(em R\$)
Disponível Inicial	78.975.941
De Empréstimos em Moedas	690.000.000
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	37.980.435
Entradas de Vendas e Outras Receitas Operacionais	2.209.184.902
Comercialização e Repasse de Energia	337.105.416
Venda de Energia Própria	587.022.680
Receita de Transmissão	1.166.604.534
Outras Receitas Operacionais	118.452.272
Entradas de Receitas Não Operacionais (Exceto Financiamentos)	1.876.655.398
Alienação de Ativos	1.023.917.677
Dividendos Recebidos	19.950.462
Outras Receitas não Operacionais	832.787.259
Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações	47.731.013
Total de Recursos Financeiros	4.861.551.748
Saídas de Capital	1.944.000.162
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	1.552.830.628
Investimento no Ativo Imobilizado	94.765.224
Inversões Financeiras	197.805.937
Distribuição de Lucros	98.598.373
Pagamento de Contas e Outras Obrigações	2.606.382.107
Pessoal e Encargos Sociais	451.341.573
Encargos Financeiros e Outros	675.900.534
Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações)	104.632.950
Materiais e Produtos	452.878.023
Serviços de Terceiros	140.566.374
Utilidades e Serviços	3.748.742
Tributos e Encargos Parafiscais	362.208.147
Outros Dispêndios Correntes	415.105.764
Total das Saídas	4.550.382.269
Disponível Final	390.145.420

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

RECURSOS:

- **De Empréstimos em Moedas:**

Engloba a entrada de recursos através de operações de crédito de longo e curto prazo. Em 2017 foram contratados R\$ 690 milhões de longo prazo para fazer frente ao programa de investimentos da companhia.

- **Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo:**

O valor realizado nesta rubrica refere-se ao recebimento dos recursos repassados através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, onde a Eletrosul atua como intermediador e repassador dos recursos entre a Eletrobras e as prefeituras participantes. Em 2017 também ocorreu a devolução de recursos aplicados na Transmissora Sul Litorânea Energia, empresa na qual a Eletrosul detém participação acionária.

- **Comercialização e Repasse de Energia:**

Estão contabilizadas nesta rubrica a comercialização de energia própria ocorrida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a energia adquirida através dos contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária.

- **Venda de Energia Própria:**

Refere-se aos valores recebidos da energia produzida pelas usinas pertencentes à Eletrosul vendidas nos contratos do mercado regulado. Por se tratarem de contratos de Longo Prazo no ambiente regulado do mercado de energia, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Receita de Transmissão:**

Compreende a Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de subestações e linhas de transmissão sob a responsabilidade da Eletrosul. Por se tratar de mercado regulado, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Outras Receitas Operacionais:**

Os maiores componentes desta rubrica são os recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros e os valores recebidos por pessoal próprio cedido a outras empresas do grupo ou órgãos governamentais.

- **Alienação de Ativos:**

O montante desta rubrica é composto pelos valores relativos a transferência de ativos para a Eletrobras, ocorrida em 2017, e pelos valores relativos ao recebimento final da alienação da PVTE e Norte Brasil, transação ocorrida em exercícios anteriores cujo recebimento foi parcelado.

- **Dividendos Recebidos:**

Dividendos recebidos das empresas em que a companhia detém participação acionária.

- **Outras Receitas não Operacionais:**

Em 2017, aproximadamente 95% dos recursos recebidos nessa rubrica são decorrentes dos recebimentos provenientes de créditos da Lei 8727/93. Em agosto o Tesouro liquidou o restante desses ativos com a Eletrosul recebendo nesse mês R\$ 782 milhões.

- **Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações:**

Esta rubrica refere-se às receitas auferidas pela aplicação da disponibilidade de recursos no mercado financeiro.

SAÍDAS:

- **Pagamento de Empréstimos e Financiamentos**

O item apresenta a amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos. Do montante apresentado, 73% se referem à amortização de financiamentos com a Eletrobras, como contrapartida da transferência de ativos a mesma.

- **Investimento no Ativo Imobilizado**

Apresenta desembolsos com os empreendimentos corporativos da empresa, sendo que do valor realizado 80% são referentes à ampliação e melhorias dos ativos de transmissão da Eletrosul.

- **Inversões Financeiras**

Um grande volume de recursos foi aplicado nas participações que a companhia possui em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). As Inversões Financeiras foram realizadas em nove companhias, dos segmentos de geração e transmissão de energia.

- **Pessoal e Encargos Sociais**

Os desembolsos são predominantemente compostos pelo salário-base, encargos sociais e benefícios sociais. Também compõem esta rubrica os gastos com periculosidade, horas extras e demais gastos.

- **Encargos Financeiros e Outros**

O item apresenta o pagamento de juros e de outros encargos decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos em andamento. Do montante apresentado, 75% referem-se aos empréstimos e financiamentos com a Holding Eletrobras. As demais despesas foram destinadas ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BTG Pactual e Fundação de Previdência ELOS e BNDES. O valor com a Holding foi substancial nesse exercício, motivado pela amortização realizada com a transferência de ativos, uma vez que os estoques de encargos no balanço da empresa foram liquidados concomitante a amortização.

- **Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações)**

A maior parte dos valores da rubrica refere-se à dação de valores em garantia, com destaque às garantias necessárias às operações na Câmara de Comercialização de Energia e às decorrentes dos contratos de financiamento.

- **Materiais e Produtos**

O item é majoritariamente composto, em 97%, da Compra de Energia, decorrente de contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e Eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária. O restante decorre dos gastos com material de escritório, limpeza, manutenção predial, despesas com combustíveis, etc.

- **Serviços de Terceiros**

Os Serviços de Terceiros apresentam as despesas com a prestação de serviços técnicos, administrativos e operacionais, compreendendo consultoria, auditoria, assessoramento, elaboração de projetos, manutenção de equipamentos, serviços de limpeza, vigilância, viagens

de empregados, alimentação, auxílio transporte, seguros, treinamento, publicidade e propaganda, entre outros.

- **Utilidades e Serviços**

O item é composto pelos gastos relativos ao consumo de energia das instalações, telecomunicações, água, correspondências, etc.

- **Tributos e Encargos Parafiscais**

Os desembolsos com Tributos e Encargos Parafiscais são compostos em 2017 por Impostos sobre a Receita (PIS/COFINS, ICMS, ISS) representando 36% do total. Impostos sobre o Resultado (IRPJ e CSLL) com 56% e impostos e contribuições setoriais (RGR, Aneel, ONS, etc.) com 8%.

- **Outros Dispêndios Correntes**

O grupo Outros Dispêndios Correntes engloba os dispêndios não relacionados nos itens anteriores e é composto principalmente por royalties, aluguéis, despesas judiciais, parcelamento PAES (Lei 10.684/2003), recolhimento de impostos de terceiros, seguros, entre outros.

Em relação ao equilíbrio de fluxos de entradas e saídas, pode-se realizar a seguinte análise: A Companhia apresenta compatibilidade entre as suas receitas e despesas operacionais, com excedente para amortizar as dívidas com bancos e demais credores. Em relação à gestão de dívida, em 2017 a Eletrosul efetivou a transferência de ativos junto a Eletrobras, no valor de R\$ 970 milhões que foram utilizados em grande parte para amortizar o saldo da dívida junto a mesma. Em agosto também ocorreu o recebimento dos recursos ligados a Lei 8.727/93 no valor de R\$ 782 milhões onde, após descontados os tributos, permitiu a Eletrosul reduzir seu endividamento junto a Eletrobras em mais de R\$ 480 milhões. Estes acordos estão inseridos nas diretrizes do Plano de Negócios 2017-2021, aprovada pela Controladora, que prevê liquidação de parte desta dívida com base na transferência de ativos.

A Eletrosul atua em setor regulado, deste modo as receitas operacionais possuem risco muito baixo de inadimplência. No exercício de 2017 a companhia financiou seus investimentos com uma composição de recursos da seguinte forma: parte com recursos de terceiros, proveniente de empréstimos e financiamentos, além de recursos próprios.

7.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público não é aplicada à Eletrosul.

As demonstrações financeiras da Eletrosul são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas regulatórias da ANEEL constantes no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 e os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

7.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A Eletrosul, por ser sociedade de economia mista, segue as normas contábeis aplicáveis às Sociedades por Ações, estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos Contábeis e demais orientações aprovadas pelos órgãos competentes. Também, como participante do setor elétrico, deve observar as normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em observância ao sistema informatizado de apuração dos custos e aos normativos, foram desenvolvidos controles contábeis internos, cuja apuração ocorre por meio de registros contábeis em Ordens ou Unidades, estas últimas denominadas internamente como Locais de Aplicação, bem como por meio de contas contábeis definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela ANEEL. Os registros são efetuados com a finalidade principal de atendimento ao órgão regulador e normativos contábeis, e, por decorrência, também para fins gerenciais.

Destaca-se que a contabilidade da Eletrosul não efetua a apuração dos custos de programas, como ocorre na administração direta. A apuração tem como objeto a geração e transmissão de energia. O resultado é apresentado nas Demonstrações Financeiras, em Nota Explicativa com a segregação das informações por segmento de Negócio: Geração e Transmissão de Energia.

A estrutura orgânica responsável pelos controles contábeis é de responsabilidade do Departamento de Contabilidade, onde a atividade de elaboração de relatórios gerenciais relativos ao custeio operacional está sob a responsabilidade da Divisão de Informações Contábeis – DVIC, enquanto a atividade de elaboração de relatórios relativos a investimentos está sob a responsabilidade da Divisão de Controle Patrimonial – DVCP.

7.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis da Eletrosul, bem como as Notas Explicativas (parte integrante das demonstrações financeiras) encontram-se publicadas em seu sítio da *internet*, no link a seguir indicado:

[http://www.eletrosul.gov.br/files/files/Eletrosul%20-Relat%C3%B3rio%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Demonstra%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202017\(1\).pdf](http://www.eletrosul.gov.br/files/files/Eletrosul%20-Relat%C3%B3rio%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Demonstra%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202017(1).pdf)

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2017 não houve a prolação de acórdãos do TCU contendo determinações/recomendações orientadas à Eletrosul.

O monitoramento das Determinações/Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) é realizado pela área técnica responsável pela implementação das medidas cabíveis e Auditoria Interna, que, desde 2013, dispõe de um sistema informatizado voltado exclusivamente para o registro e acompanhamento de pontos de auditoria provenientes dos órgãos de controle (SMROC).

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No ano de 2017 a Eletrosul recebeu 03 Relatórios de Auditoria emitidos pelo Órgão de Controle Interno, totalizando 39 recomendações de auditoria, das quais 8 foram atendidas no próprio exercício de referência e 31 permanecem em atendimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 8.2.1 Monitoramento de Recomendações do Órgão de Controle Interno em 2017

Diretoria	Área	Relatório	Constatção	Recomendação	Situação
PRE	GPR	201603161	1.1.1.1	1	Atendida
PRE	DRP	201603161	1.1.1.1	2	Em Análise CGU
PRE	DRP	201603161	1.1.1.2	1	Em Análise CGU
PRE	DRP	201603161	1.1.1.2	2	Atendida
PRE	CCR	201603161	1.1.1.2	3	Em Análise CGU
PRE	GPR	201603161	1.1.1.2	4	Em Análise CGU
DF	CDF	201603161	1.1.1.5	1	Em Análise CGU
DF	CDF	201603161	1.1.1.6	1	Em Análise CGU
DF	CDF	201603161	1.1.1.8	1	Em Análise CGU
PRE	GPR	201603161	1.1.1.8	2	Atendida
DF	CDF	201603161	1.1.1.9	1	Atendida
PRE	AUD	201603161	1.1.1.9	2	Em Análise CGU
PRE	GPR	201603161	1.1.1.9	3	Atendida
DE	DES	227928	1.1.2.1	1	Atendida
DE	DES	227928	1.1.2.2	1	Atendida
DE	DES	227928	1.1.2.2	2	Em Análise CGU
DE	DES	227928	1.1.2.4	1	Em Análise CGU
DE	DES	227928	1.1.2.5	1	Em Análise CGU
DE	DES	227928	1.1.2.5	2	Em Análise CGU
PRE	AUD	201701193	1.1.1.6	1	Em Análise CGU
PRE	DRP	201701193	1.1.1.6	2	Em Análise CGU
PRE	DRP	201701193	1.1.1.7	1	Em Análise CGU
PRE	CCR	201701193	1.1.1.7	2	Em Análise CGU
DF	CDF	201701193	1.1.1.10	1	Atendida
DF	CDF	201701193	1.1.1.11	1	Em Análise CGU
DF	CDF	201701193	1.1.1.13	1	Em Análise CGU
PRE	AUD	201701193	1.1.1.14	1	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.1.2.2	1	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.1.2.2	2	Em Análise CGU

Diretoria	Área	Relatório	Constatação	Recomendação	Situação
DA	CDA	201701193	2.1.2.2	3	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.1	1	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.1	2	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.3	1	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.3	2	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.3	3	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	2.2.1.3	4	Em Análise CGU
DO	CDO	201701193	2.2.1.3	5	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	3.1.1.2	1	Em Análise CGU
DA	CDA	201701193	3.1.1.2	2	Em Análise CGU

Legenda:

AUD – Auditoria Interna; CCR – Conformidade, Controle e Riscos; CDA – Coordenadoria de Gestão da Diretoria Administrativa; CDF – Coordenadoria de Gestão da Diretoria Financeira; CDO – Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação; DES – Departamento de Engenharia do Sistema; DRP – Departamento de Regulação, Negócios e Participação; GPR – Chefe de Gabinete da Presidência.

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

O monitoramento das Determinações/Recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) é realizado pela área técnica responsável pela implementação das medidas cabíveis e Auditoria Interna, que, desde 2013, dispõe de um sistema informatizado voltado exclusivamente para o registro e acompanhamento de pontos de auditoria provenientes dos órgãos de controle (SMROC).

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No decorrer do ano de 2017 não foram identificados registros de desvios de conduta ética e em desacordo com as Leis Anticorrupção que pudessem causar danos financeiros, operacionais ou de imagem à Eletrosul.

Com a responsabilidade de aplicar o Programa de Compliance das Empresas Eletrobras e de implementar as ações necessárias para capacitação e comunicação de ética e de integridade a Assessoria de Conformidade Controle e Riscos - CCR e a Comissão Permanente de Ética vêm adotando estratégias e ações para a disseminação da cultura ética e de integridade na Empresa, para o fortalecimento da governança corporativa, para a atuação de governança com as melhores práticas de gestão e para conduzir as atividades da empresa sem a influência de condutas ilegais, antiéticas e em desacordo com a políticas de condutas disciplinares.

Tais medidas, além de fortalecer o comprometimento de manter os mais altos níveis e padrões profissionais e éticos na condução dos negócios, estimulam os colaboradores a cumprirem com os compromissos de conduta assumidos pela empresa e contribuem para que esses profissionais repudiem e denunciem aos canais adequados as tentativas de desvio de conduta.

8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A realização dos pagamentos pela Eletrosul está regrada em normativos internos de gestão, os quais estabelecem normas, diretrizes, políticas e deliberações da Empresa, assim como definem as regras e os princípios básicos para a implementação das políticas da Empresa, com observância às disposições contidas no art. 5º da Lei 8.666/1993, quanto ao cronograma de pagamento, seguindo os requisitos de exigibilidade previamente estabelecidos e critérios objetivos.

A exigibilidade do pagamento ocorre, basicamente, em função do recebimento do bem, da execução da parcela da obra (cumprimento de evento contratual), ou dos serviços adquiridos, que devidamente atestados e registrados pelos gestores/responsáveis por estas etapas do processo, geram o compromisso a pagar.

A quitação dos compromissos a pagar devidos pela Eletrosul segue a estrita ordem cronológica das suas exigibilidades, sendo as obrigações assumidas liquidadas mediante apresentação dos competentes documentos de cobrança e adimplemento, por parte da contratada, das demais condições preestabelecidas para tal, obedecendo aos prazos previstos nos contratos, nos normativos internos e na legislação vigente.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei são estabelecidos pelas Normas (NGs) e Procedimentos de Gestão Empresarial (PGs), destacando-se a Norma de Gestão Aquisição e Alienação de Bens Móveis - NG-005 e a Norma de Gestão Contas a Pagar - NG-034, bem como Procedimentos de Gestão Empresarial subordinados a estas normas.

8.5 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 8.5.1 Despesas com Publicidade

Publicidade	Valores Orçados (R\$ 1,00)	Valores Pagos (R\$ 1,00)
Institucional	847.506,00	19.204,27
Legal	1.760.962,00	1.270.924,02
Mercadológica	-	-
Utilidade pública	104.000,00	4.985,51

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Com relação ao quadro acima, referente à dotação orçamentária para 2017, foi aprovado o valor de R\$ 2.712.468,00 para os serviços de publicidade na Unidade Jurídica. Com uma realização de R\$ 1.295.114,00 a Eletrosul alcançou 47,45% do previsto para o exercício.

Publicidade Institucional: as ações de Publicidade Institucional foram realizadas por meio da Agência MOB Comunicação Ltda. e contando também com impressões de pequenos trabalhos em algumas gráficas. O contrato com a Agência MOB Comunicação Ltda., nº 1304130072, no valor anual de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões), foi encerrado por interesse da Eletrosul no mês de abril de 2017. Ao longo do ano, a Eletrosul realizou ações de caráter pontual visando sempre à manutenção da imagem da empresa junto ao seu público interno e à sociedade. Dentre essas ações, pode-se destacar a produção de cartilhas de preservação do meio ambiente e folders para distribuição junto ao público do evento “Eu amo a Praça”. Essas ações, ainda que realizadas pontualmente, intentaram valorizar a imagem da Eletrosul e estabelecer uma melhor relação institucional.

Publicidade Legal: as informações como balanços, atas, editais e avisos foram publicadas conforme as prescrições legais. Para isso, são utilizados os contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A.(EBC) e com o Diário Oficial de Santa Catarina.

Publicidade Mercadológica: não é realizada porque a Eletrosul não atua em relação de concorrência no mercado.

Publicidade de Utilidade Pública: a Campanha contra Queimadas tem como objetivo educar e orientar a população, principalmente a da área rural, sobre os riscos da realização de queimadas, em especial próximo a linhas de transmissão e subestações de energia. A campanha, realizada anualmente, tem grande repercussão e tradição, contribuindo para a redução no número de desligamentos ocasionados por queimadas. Na edição de 2017, a campanha contou com a produção de camisetas, bonés, canecas, lápis-semente, folders e ecobags.

Quadro 8.5.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2017

Descrição	Valor (R\$)
Publicidade Institucional	19.204,27
AÇÃOFIXA PUBLICIDADE LTDA (72482714000194)	1.077,70
AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA (00403498000133)	14.566,47
GRAFICA DARWIN (05911386000107)	1.790,10
ROCHA GRAFICA E EDITORA LTDA (95833307000180)	1.770,00
Publicidade Legal	1.270.924,02
CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS (87161501000138)	19.179,47
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC (09168704000142)	644.598,94
FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS SC (14284430000197)	426.763,94
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA	84,72
IMPRENSA NACIONAL (04196645000100)	173.221,95
M&W COMUNICACAO INTEGRADA LTDA - ME (09656613000156)	1.725,00
PSR SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM ENERGIA LTDA. (09305983000149)	5.350,00
Publicidade de Utilidade Pública	4.985,51
AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA (00403498000133)	4.985,51

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

9 TÓPICO ESPECIAL RELATIVO AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO ACÓRDÃO Nº 12.355/2016

Em atendimento ao Ofício 1056/2016-TCU/SECEX-SC de 23/11/2016 referente ao processo 026.401/2015-0, cuja notificação determinou à Eletrosul, com fundamentos no art. 208, §2º, do RI/TCU:

9.1 Providências adotadas para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD-Elos/Eletrosul

Em cumprimento ao disposto no item 1.7.1, do Acórdão nº 12.355/2016 - Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, o qual determina que a Eletrosul *"informe, em suas próximas contas, as providências adotadas para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD-ELOS/Eletrosul, em 31 de dezembro de 2014, em consonância com a legislação aplicável, especialmente a Resolução MPS/CGPC 26, de 29/09/2008;"*, apresentamos os esclarecimentos e considerações acerca do tema:

a) **No Exercício de 2014:** nos termos da legislação vigente à época, especificamente da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 com as alterações dadas pelas Resoluções MPS/CNPC N° 13/2013 e 14/2014, o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (108.535.720,26), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Artigo 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, percentual este que ficou abaixo do limite de 10% das provisões matemáticas, não requerendo assim, providências imediatas desta Patrocinadora, posição esta confirmada no Parecer Atuarial constante dos relatórios atuariais elaborados pela Consultoria Atuarial externa da Fundação ELOS relativos às Demonstrações Atuariais (DA's) dos Planos BD-ELOS/Eletrosul, correspondentes ao exercício de 2014.

b) **No Exercício de 2015:** a situação financeiro-atuarial do Plano BD ELOS/ELETROSUL, em 31/12/2015, avaliada pelo Regime Financeiro de Capitalização na versão Agregado, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), equivalente a 13,92% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 1.015.386.315,40. Com base na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não há necessidade de equacionamento deste déficit ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12), equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740.266,93. Considerando que a Duração do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 13,69 anos e que conforme estabelece a Resolução CNPC nº 22/2015 é exigido o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado somente se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em 1% x (duração do passivo - 4), tendo que no Plano BD ELOS / ELETROSUL resulta em um limite de 9,69% (1% x 13,69 - 4) em 31/12/2015, conclui-se que o limite do equilíbrio técnico ajustado de 8,30% para este exercício ficou abaixo do estipulado na legislação vigente, devendo ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano, quando necessário.

c) **No Exercício de 2016:** o Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/ELETROSUL apresentou em 31/12/2016, um Déficit Técnico Acumulado de R\$(103.518.350,31) equivalente a 8,45% das

Provisões Matemáticas, então existentes, de R\$ 1.224.681.553,76. Após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução da PREVIC nº 19/2015, de 04/02.2015, o Déficit Técnico Apurado no encerramento corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (72.640.351,99), equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.224.681.553,76 na posição de 31/12/2016.

Como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2016 em 13,09 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26/2008, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, e considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de 13,09 anos} - 4)$, que resulta em um limite de déficit que pode ser mantido no Plano BD- ELOS/Eletrosul de 9,09% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2016, para o Equilíbrio Técnico Ajustado apurado neste encerramento do exercício de 2016, equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2017, um plano de equacionamento.

Apesar de não ser determinada a obrigatoriedade de realização de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017 para o do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado no encerramento do exercício de 2016 de R\$ (72.640.351,99), equivalente a 5,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido em 31/12/2016, uma vez que ficou em patamar inferior ao limite de Déficit nos termos estabelecidos pelo Artigo 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterado pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, as situações de déficit apresentadas no Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/Eletrosul estão sendo monitoradas e controladas pelos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação ELOS, sobretudo pelos representantes desta Patrocinadora, assim como foram periodicamente acompanhadas pela Consultoria Atuarial contratada pela Fundação, tanto por ocasião de encerramento do exercício como em períodos intermediários, de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações de custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais requeridos para a manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, permitindo vislumbrar soluções para o equacionamento do déficit, quando necessário, de forma que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e capacidade de pagamento dos participantes, assistidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira do Plano de Benefícios.

d) **No Exercício de 2017:** o Plano BD-ELOS/ELETROSUL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 53.421.571,41, contra um Déficit Técnico de R\$ 103.518.350,31, em 2016.

Depois de calculado o valor do ajuste de precificação, o Déficit Técnico Ajustado, apurado, foi de R\$ 22.530.533,08, que representa -1,80% do total das Provisões Matemáticas do plano, no montante de R\$ 1.253.039.463,54, evidenciando uma redução significativa em relação a 2016, quando o Déficit representava -5,93% do total das Provisões Matemáticas do plano, no valor de R\$ 1.224.681.553,76.

O ajuste de precificação foi calculado pela Consultoria Atuarial externa, responsável pela Demonstração Atuarial da Fundação Elos, em atendimento ao estabelecido na Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e na Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

O Déficit Técnico Ajustado do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, o qual, depois de calculado o ajuste de precificação, corresponde a R\$ 22.530.533,08, equivalente a 1,80% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.253.039.463,54 na posição 31 de dezembro de 2017, posiciona-se abaixo do limite máximo tolerável de 8,70%, calculado nos termos estabelecidos pelo Artigo 28 da Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, não sendo obrigatório o seu equacionamento imediato, devendo,

no entanto, ser anualmente observado pela Entidade visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano, quando necessário.

As situações de déficit que vêm sendo apresentadas no Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/Eletrosul estão sendo monitoradas pela governança da Fundação, que conta com membros indicados pela Eletrosul, e vem apresentando um equacionamento gradual e uma sensível redução do Déficit Técnico Acumulado do plano.

No quadro abaixo, apresentamos um resumo da situação financeira/atuarial do Plano BD ELOS/Eletrosul no encerramento dos exercícios de 2016 e 2017, e os limites legais permitidos para déficit sem obrigatoriedade de plano de equacionamento no exercício seguinte:

Quadro 9.1.1 Situação Financeira/Atuarial 2016 do Plano BD ELOS/Eletrosul

Referência (Valores em R\$ 1,00)	31/12/2016	31/12/2017
PM de Benefícios Concedidos	812.003.383,35	915.120.324,07
PM de Benefícios a Conceder	412.678.170,41	337.919.139,47
Provisão Matemática a Constituir	-	-
Provisões Matemáticas (PM)	1.224.681.553,76	1.253.039.463,54
Patrimônio Líquido	1.121.163.203,45	1.199.617.892,13
RESULTADO	- 103.518.350,31	- 53.421.571,41
% em relação às Provisões Matemáticas	-8,45%	-4,26%
Equilíbrio Técnico Ajustado (CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014 - DOU de 24/11/2014)		
Ajuste de Precificação	30.877.998,32	30.891.038,33
Equilíbrio Técnico Ajustado (base p/eqacionamento)	- 72.640.351,99	-22.530.533,08
% em relação às Prov. Matem. Após "Ajuste de Precificação"	-5,93%	-1,80%
Limite do Resultado deficitário (Res. CNPC nº 22 de 25/11/2015 - DOU de 03/12/2015)		
Duração do Plano	13,09	12,70
Limite Déficit (solvência) em % = 1% x (duração - 4)	-9,09%	-8,70%
Limite Déficit (solvência) em R\$ = Limite Déficit % x PM	- 111.323.553,24	-109.014.433,33

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 22 de maio de 2018.


Gilberto Odilon Eggers
 Diretor-Presidente

Anexo 1 – Regulamento da Auditoria Interna

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.- ELETROSUL

REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna da ELETROSUL, visando ao desenvolvimento de suas atividades, de acordo com os normativos vigentes e com as Resoluções CGPAR nº 2 e nº 3, de 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3591/2000, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à empresa, fortalecendo seus controles e operações.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento;

II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da empresa, zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

III - avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando

o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;

IV - promover a realização de auditorias internas, visando à verificação da regularidade, eficácia dos serviços e à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa;

VI - recomendar à Diretoria da empresa a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VII - avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna e pelos órgãos de controle interno e externo;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, quando convocada, para manifestação sobre os assuntos de sua área de atuação;

IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da empresa ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;

X - acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com a Controladoria-Geral da União -CGU e o Tribunal de Contas da União -TCU;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da empresa e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte à aprovação do Conselho de Administração, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes;

XIV - encaminhar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, bem assim aos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa e

XV - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo único. Os órgãos de direção podem fazer uso da auditoria interna no assessoramento relativo às decisões importantes da empresa, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Art. 5º A Auditoria Interna da Companhia é composta pela Gerência e corpo técnico capaz de atender suas finalidades, devendo ser provida dos recursos materiais adequados, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Parágrafo Único -A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Diretor Presidente, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna é substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna, designado de acordo com os normativos vigentes.

Art. 7º Os membros da Auditoria Interna estão obrigados a cumprir todas as normas aplicáveis aos demais empregados da empresa, inclusive o Código de Ética.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico, que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados aos gestores e Diretorias envolvidas para justificativas e implementação das recomendações apresentadas.

Parágrafo Único. Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades deve ser dado o devido tratamento, com vistas a permitir que os responsáveis da

empresa possam adotar as providências cabíveis.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão da especificidade ou singularidade da matéria, pode ser requerida a participação de outros empregados da empresa.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da empresa, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, qualquer processo, documento ou informação. As informações e documentos de que tiver conhecimento terão tratamento confidencial e serão utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado dos trabalhos.

Art. 11º Os empregados lotados na Auditoria Interna devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manterem atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

Art. 12º Objetivando o pleno exercício de suas competências, o corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da empresa.

Anexo 2 – Norma Organizacional da Auditoria Interna

Versão: 4
Aprovação: RD-1708-07
30/08/2017

MISSÃO

Assessorar a Administração da Empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

POSIÇÃO

- Vinculada administrativamente à Presidência (PRE);
- Vinculada funcionalmente ao Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES

- a. elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) atendendo às necessidades dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria e ao disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União (CGU);
- b. executar as atividades constantes do PAINT, examinando e avaliando sistemas, transações, procedimentos, operações e normas da Empresa, com o objetivo de certificar que os controles existentes garantem:
 - a salvaguarda do Patrimônio;
 - a confiabilidade dos sistemas de informações contábeis, financeiros e operacionais;
 - a otimização dos recursos;
 - a eficiência operacional;
 - a adesão às políticas, normas e procedimentos vigentes;
- c. realizar trabalhos especiais de auditoria, no âmbito da Eletrosul, não previstos no PAINT, determinados pelo Diretor-Presidente da Empresa ou pelo Presidente do Conselho de Administração;
- d. participar de trabalhos de auditoria nas empresas do Sistema Eletrobras, por solicitação da holding;
- e. prestar assessoria aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente, aos Diretores e ao corpo gerencial, com relação aos assuntos de sua competência profissional;
- f. examinar e avaliar as transações, procedimentos, operações, normas internas e demonstrações financeiras das entidades das quais a Empresa seja mantenedora;
- g. estender os procedimentos de auditoria onde quer que sejam administrados interesses da Empresa;
- h. atender às visitas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) e coordenar a preparação de respostas às diligências e ressalvas emitidas por esses órgãos;
- i. coordenar a preparação da Prestação de Contas da Empresa e emitir Parecer sobre a mesma;
- j. atestar a conformidade de viagens internacionais, em consonância com os instrumentos normativos da Empresa;
- k. elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de acordo com o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União (CGU), encaminhando-o aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente da Eletrosul e à CGU.

Anexo 3 – Plano Estratégico x Matriz de Riscos

Quadro 3.1.1.1 Plano Estratégico x Matriz de Riscos (Corporativas empresas Eletrobras)

Objetivo Estratégico	Estratégia	Pilar de Risco	Categoria de Risco	Evento de Risco
1- Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades	1. Aprimorar a gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos	Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão de Negócios Corporativos Gestão do Negócio de SPEs
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
2- Garantir a Sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras	1. Adequar a estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras	Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão de Negócios Corporativos
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
3 - Ampliar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Geração	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade na Geração Revisão Tarifária de Geração
			Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
		Pilar Estratégico	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
	2. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Transmissão	Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão

		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional Sustentabilidade
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
			Pilar Operacional	Geração e Comercialização Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração
			Pilar Financeiro	Mercado Risco de Mercado
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional Sustentabilidade
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
			Pilar Financeiro	Mercado Risco de Mercado
		Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão
		Pilar Estratégico	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
			Pilar Financeiro	Investimentos Gestão do Negócio de SPE's
			Mercado	Risco de Mercado
			Liquidez	Fluxo de Caixa

	6. Desenvolver o negócio de prestação de serviços	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade na Geração Revisão Tarifária de Geração
			Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão
			Tecnologia da informação e Telecomunicação(TIC)	Segurança da Informação Operações de TIC
4 – Expandir seletivamente a atuação internacional em Geração e Transmissão, alinhada com os negócios da Empresa	1. Prospectar Oportunidades no exterior	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Financeiro	Mercado	Risco de Mercado
			Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's
			Liquidez	Fluxo de Caixa
5- Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	1. Desenvolver portfólio de experimentos	Pilar Estratégico	Governança Corporativa	Governança de P&D+I
			Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
6 - Aprimorar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Geração	Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões

	2. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Transmissão	Pilar Operacional	Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
	3. Adequar a estrutura de custos à nova regulamentação do setor elétrico	Pilar Conformidade	Reporte	Demonstrações Contábeis e Financeiras
	4. Buscar atendimento de parâmetro regulatórios em Geração e Transmissão com gestão ativa por contrato de concessão	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração
			Transmissão	Concessão de Transmissão Disponibilidade na Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Regularização Fundiária na Transmissão
			Engenharia e Construção	Gestão de Obras Projetos de Engenharia
	5. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os aspectos de financiamento	Pilar Estratégico	Governança Corporativa	Governança de P&D+I
	Pilar Financeiro	Crédito	Captação de Recursos	

	6. Aprimorar o processo de comercialização de energia, contribuindo para a maximização da rentabilidade	Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações
			Liquidez	Fluxo de Caixa
		Pilar Operacional	Geração e Comercialização	Comercialização de Energia e Gestão de Contratos Disponibilidade de Geração Revisão Tarifária de Geração
7- Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas	1. Desenvolver plano de atuação regulatória e institucional	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Fatores Externos	Marco Regulatório
8- Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras	1. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultado e competências	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de desenvolvimento dos empregados e da gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
9- Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial e organizacional do sistema Eletrobras	1. Desenvolver métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas	Pilar Operacional	Gestão de Pessoas	Desenvolvimento Profissional
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
10- Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	1. Adequar estrutura organizacional das empresas do Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
	2. Reforçar e eficientizar processos e sistemas de informação	Pilar Operacional	Tecnologia da Informação e Telecomunicação	Segurança da Informação Operações de TIC Arquitetura de TIC Gestão de Mudanças Gerenciamento de Demandas

				Gerenciamento de Incidentes e Problemas
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
11- Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado	1. Reforçar atuação dos Conselhos de Administração	Pilar Estratégico	Imagen	Comunicação Institucional e de Crises Relações Institucionais com Partes Relacionadas
			Governança Corporativa	Desempenho da Alta Administração
12- Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	1. Criar, aprimorar e integrar instrumentos e condições para estruturação e gestão das parcerias e dos negócios do Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
			Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões
		Pilar Financeiro	Investimentos	Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações
			Liquidez	Fluxo de Caixa
13- Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Alinhar práticas para garantir atuação sustentável	Pilar Operacional	Socioambiental	Licenciamento Ambiental Gestão Ambiental de Empreendimentos
		Pilar Estratégico	Modelo de Negócio	Gestão Estratégica Estrutura Organizacional
14- Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade	1. Promover propósito e identidade comum ao Sistema Eletrobras	Pilar Estratégico	Imagen	Comunicação Institucional e de Crises Patrocínio, Convênio e Doações Relações Institucionais com Partes Relacionadas

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) e Conformidade, Controles e Riscos (CCR)

Anexo 4 - Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

Quadro 5.1.3.1 Eventos de Riscos relacionados a Gestão de Pessoas

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Alguns Fatores de Risco	Impacto do Risco	Providências para Mitigar os Riscos
OPERACIONAL	Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal	Administração de pessoal desalinhada com as melhores práticas de mercado ou em não conformidade com a legislação vigente.	Dimensionamento inadequado da necessidade de pessoal da Companhia; Restrições na legislação para contratação de pessoal (ex: número de vagas limitada por concurso); Inexistência de um planejamento para renovação quadro funcional; Mecanismos pouco flexíveis para contratação de pessoal para atender às necessidades da Companhia; Despesas e cálculos, relacionados à folha de pagamentos (tais como salário, PLR, férias, e outros), realizadas em desacordo com políticas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente; Cálculos, relacionados à Folha de Pagamentos, realizados incorretamente ou não realizados; Colaboradores (empregados, terceirizados, menores aprendizes, etc.) não cadastrados, com cadastros desatualizados, com dados indevidos ou sem dados;	Quadro de profissionais subdimensionado; Ausência de renovação no quadro de colaboradores; Perda de qualidade e excelência operacional; Passivos trabalhistas. Não atingimento dos objetivos empresariais. Aumento do turnover.	- Mapeamento dos processos; - Certificação SOX; - Ciclos de testes da Auditoria Interna; - Ciclos de testes Auditoria Externa ; - Normas de Gestão: 010 - Jornada de Trabalho ; 018 - Benefícios legais e assistenciais; 020 - Afastamento de empregado; 040 - Transferência ou Remanejamento de Empregado; 047 - Registro e Documentação de Empregados e Dependentes; 061 - Pagamento de pessoal, descontos e encargos sociais; 080 - Solicitação de Cessão de Pessoas. - Alguns Procedimentos de Gestão: 005.10-Homologação do Processo de Aquisição e Formalização da Contratação 010.01-Registro da Jornada de Trabalho 018.01-Benefícios assistenciais 020.01- Licenças e Afastamentos 040.01-Proposta de Alteração de Quadro de Lotação 047.01-Registro de Empregado 061.01-Remuneração, Descontos e Encargos Sociais 080.01-Cessão de Pessoas.

		<p>Desenvolvimento Profissional</p> <p>Quadro de profissionais sem conhecimento necessário, treinamento ou experiência suficiente para realizar as atividades de negócio definidas; e/ou com desempenho profissional avaliado e monitorado de maneira inadequada;</p>	<p>Desalinhamento entre o programa de treinamento e as competências exigidas para os planos de negócio;</p> <p>Ausência de mecanismos de transferência de conhecimento / know-how;</p> <p>Ausência ou deficiência na transferência de conhecimento entre os profissionais nos processos críticos da Companhia.</p> <p>Ausência de engajamento gerencial no cumprimento das etapas do SGD (Planejamento, Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento).</p> <p>Não utilização dos resultados da avaliação do SGD no processo de carreira.</p> <p>Não execução das ações de desenvolvimento definidas no PDI (Ações educacionais formais ou não formais).</p> <p>Ausência de plano de carreira e remuneração (PCR) formalmente definido e amplamente divulgado;</p> <p>Defasagem de remuneração e benefícios em relação ao mercado de empresas de Energia Elétrica;</p> <p>Não aplicação do processo de mérito anualmente.</p> <p>Ausência de acompanhamento da carreira do empregado pelo gestor imediato.</p>	<p>Desmotivação / frustração do quadro de profissionais;</p> <p>Perda de qualidade e excelência operacional.</p> <p>Comprometimento do desempenho empresarial.</p> <p>Aumento do turnover.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Anual de Educação Corporativa; - Plano de Gestão do Conhecimento; - Desenvolvimento Gerencial; - Plano de Carreira e Remuneração (PCR) - Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) - Mapeamento dos processos - Ciclos de testes da Auditoria Interna - Ciclos de testes Auditoria Externa - Certificação SOX - Normas de Gestão: 014 - Educação Corporativa 016 - Substituição Temporária de Empregado 025 - Movimentação funcional e salarial no PCS 032 - Programa de Estágio 043 - Captação de Pessoal 070 - Certificação de Empregados que realizam atividades vinculadas à Operação de Sistemas e de Instalações 120 - Movimentação funcional e salarial no PCR. - Alguns Procedimentos de Gestão: 014.01 Demanda de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas - T&D 032. 01 Execução do Programa de Estágio 043.01-Execução de Seleção Interna 070.01 - Operacionalização do Processo - avaliação dos conhecimentos técnicos.

		Relacionamento Trabalhista	<p>Falhas no relacionamento entre a Companhia e os sindicatos e outras associações de trabalhadores.</p>	<p>Ausência de um canal de comunicação formal da Companhia com os trabalhadores;</p> <p>Indefinição do papel político do sindicalismo, o papel político das centrais sindicais e suas relações com os partidos políticos;</p> <p>Baixo número de filiações de empregados (principalmente os mais jovens) aos Sindicatos, gerando a divisão entre eles, reduzindo o contexto coletivo;</p> <p>Desconhecimento de leis e regulamentações trabalhistas;</p> <p>Ingerência governamental / política;</p>	<p>Greves, radicalizações e conflitos nas discussões;</p> <p>Desmotivação do quadro de profissionais;</p> <p>Processos trabalhistas movidos contra a Companhia;</p> <p>Prejuízos à operação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acordos Coletivos firmados com as entidades sindicais. - Realização de reuniões periódicas com as Entidades Sindicais para avaliar reivindicações do coletivo sindical. - Implantação de plano de redução de custos de passivos trabalhistas. - Adoção de plano de contingencia de greve. - Plano de Ação para melhoria dos índices na pesquisa de clima organizacional
--	--	-----------------------------------	--	--	--	---

		<p>Saúde e Segurança do Trabalho</p> <p>Falhas nos procedimentos relacionados à saúde e segurança do trabalho.</p>	<p>Limitação de recursos orçamentários; Necessidade de acompanhamento regular das leis e regulamentações da área de saúde ocupacional e de assistência à saúde suplementar; Falta de profissionais com especializações técnicas da área de saúde, como médico do trabalho, assistente social e psicólogo. Ausência de políticas e procedimentos de segurança formalmente definidos e comunicados a todos as partes envolvidas; Ausência de auditorias de segurança sobre os serviços de terceiros; Atuação ineficaz das CIPAS; Falta de preocupação com os requisitos da ergonomia do trabalho.</p>	<p>Processos movidos contra a Companhia; Aumento de licenças médicas; Clima organizacional negativo; Acidentes e mortes das partes interessadas (empregados, comunidade e terceiros).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS) que abrange o conjunto de ações na área de gestão da segurança e saúde ocupacional, acompanhamento sócio funcional. - Plano de Ação para melhoria dos índices na pesquisa de clima organizacional. - Normas de Gestão: NG 15 – Saúde Ocupacional NG 39 – Segurança do Trabalho - Procedimentos de Gestão: PG15.1-Exames de Saúde Ocupacionais Admissionais PG 15.2-Informações de Saúde PG 39.1-Accidentes e Incidentes do Trabalho PG 39.3-Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva PG 39.4-Sistema de Proteção Contra Incêndio PG 39.5-Periculosidade por Eletricidade PG 39.6-Sinalização de Segurança PG 39.7-Trabalhos em Espaços Confinados. - Ciclos de testes da Auditoria Interna - Certificação SOX - Ciclos de testes Auditoria Externa.
--	--	---	---	---	---

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)